

UNIVERSIDADE PARANAENSE
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Campus Toledo

Thaísa Reginatto Gonçalves

CENTRO DE ACOLHIDA
Uma alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social

Toledo
2021

Thaísa Reginatto Gonçalves

CENTRO DE ACOLHIDA

Uma alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Curso, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paranaense (UNIPAR), *campus* Toledo, para obtenção de bacharelado.

Orientador(a): Arq. Ms. João Paulo Turmina

Toledo

2021

UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR
CAMPUS TOLEDO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE CURSO

CENTRO DE ACOLHIDA Uma alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social

Autor: Thaisa Reginatto Gonçalves

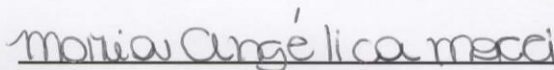
Orientador: Prof.º Me. João Paulo Turmina

Este exemplar corresponde à redação final da Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paranaense – UNIPAR, pela seguinte banca examinadora:

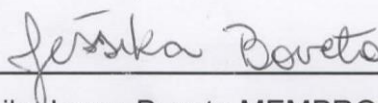
DATA: 17 de novembro de 2021



Prof.º Me. João Paulo Turmina ORIENTADOR (UNIPAR-TOL)



Prof.ª M.ª Maria Angélica Mocci MEMBRO INTERNO (UNIPAR-TOL)



Jéssika Layra Boveto MEMBRO EXTERNO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado forças, capacidade e ânimo para não desistir e concluir essa etapa de formação tão importante de minha vida.

Agradeço à minha família, pelo apoio, carinho, paciência, amor e incentivo por toda a minha caminhada, por acreditarem e apostarem em mim, por não medirem esforços para que esse sonho se tornasse realidade, vocês foram minha motivação e sempre serão.

Ao meu namorado, que sempre esteve ao meu lado, me consolou e ajudou nas horas difíceis, mesmo sendo leigo no assunto, nunca deixou de me incentivar. Obrigada pelo carinho, paciência e pela sua capacidade de me trazer paz em meio a esse turbilhão de emoções.

À minha chefe, por ter me dado a oportunidade de aprender novos conhecimentos e de conhecer como funciona nossa grande profissão pela prática de um escritório, onde cresço como profissional e como pessoa todos os dias.

Agradeço também aos meus professores que contribuíram na minha formação acadêmica, compartilhando seus conhecimentos e experiências.

Também agradeço à todos os meus colegas de curso, pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos.

Por fim, sou grata a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, participaram da realização desse projeto.

“Não somos lixo.
Não somos lixo e nem bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem lixo.
Nós somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam
serem santos.
Não somos lixo.
Será que temos alegria? Às vezes sim...
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,
A lucidez dos sonhos da filosofia.
Não somos profanos, somos humanos.
Somos filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos urbanos.
A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como
fantasmas.
Existem aqueles que se assustam.
Não somos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos.
Depende de nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.”

Carlos Eduardo (Cadu),
Morador de rua em Salvador.

RESUMO

O presente trabalho propõe a concepção de um Projeto Arquitetônico para um Centro de Acolhida, uma alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social atendendo as exigências de conforto, ergonomia e funcionalidade. O projeto visa atender a proposta de um edifício específico destinado a população que se encontra em vulnerabilidade social, oferecendo aos usuários um local apropriado de conforto e segurança, seguindo a hipótese de que espaços bem estruturados são fundamentais para que haja reinserção social do público-alvo. Serão explanadas e organizadas as diretrizes para a elaboração do plano projetual visando a diminuição dos impactos ambientais e socioeconômicos, criando assim, uma Arquitetura que seja vivenciada e inspiradora para a consolidação do desenvolvimento de qualidade de vida urbana.

Palavras-chave: Centro de acolhida. Vulnerabilidade social. Pessoas em situação de rua. Conforto. Albergamento.

ABSTRACT

The present paper proposes an Architectonic Project conception of a Reception Centre, an alternative to people on social vulnerability situation meeting demands of comfort, ergonomics and functionality. The project aims to meet the proposal of a specific building designed to socially vulnerable population, offering the users an appropriate location of comfort and security, following the hypothesis that well-structured spaces are fundamental to the social reinsertion of the intended audience. The directives to the project design will be explained, aiming at the diminishment of environmental and socio-economic impacts, thus creating an Architecture that will be experienced and inspiring for the consolidation of urban quality of life development.

Keywords: Reception Centre. Social Vulnerability. People in a Street Situation. Comfort. Accommodation.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Programa de necessidades Geral	65
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Proteção Social Especial	19
Figura 2 - Diagrama dos três grupos de população de rua.	27
Figura 3 - Diagrama de permanência na rua	28
Figura 4 - Gráfico - Preferência dos moradores de rua.	29
Figura 5 - Moradores de rua, onde dormem	30
Figura 6 - Gráfico: Percentual por sexo e grupo etário	32
Figura 7 - Gráficos: Escolaridade	33
Figura 8 - Gráfico: Motivos para viver na rua.	34
Figura 9 - Gráfico: Local de origem.....	34
Figura 10 - Gráfico: Local de preferência para pernoite.	35
Figura 11 - Gráfico: Alimentação.....	36
Figura 12 - The Bridge Hoemless Assistance Center	42
Figura 13 - Poemas e textos como decoração	42
Figura 14 -Implantação do The Bridge.....	44
Figura 15 - Setorização do projeto	45
Figura 16 - Estudos de fluxos: Planta térrea	45
Figura 17 - Estudo de fluxos : Planta do 1º Pavimento.....	46
Figura 18 - estudo de fluxos: Planta do 2º Pavimento	46
Figura 19 - Análise de insolação nos dormitórios	47
Figura 20 - Análise da insolação na fachada	48
Figura 21 – Brises	50
Figura 22 - Perspectiva Shelter Home.	50
Figura 23 - Estudo de fluxos: Planta térrea.....	51
Figura 24 - Estudo de fluxos: Planta do 1º pavimento.	51
Figura 25 - Interior Quartos	53
Figura 26 – Fachada	54
Figura 27 - Estudo fachada	55
Figura 28 - Mapa de localização do município de Palotina	57
Figura 29 - Mapa de zoneamento do município de Palotina	59
Figura 30 - Parâmetros de uso e ocupação do solo para a zona especial de interesse social.....	60
Figura 31 – Terreno.....	61
Figura 32 - Análise de proximidades.....	62
Figura 33 - Insolação e ventilação	62
Figura 34 - Vista da Avenida Independência	63
Figura 35 - Vista da Rua Ceará.....	64
Figura 36 – Vista da Rua Ipiranga	64
Figura 37 – Fluxograma	68
Figura 38 – Plano Massa	69

LISTA ABREVIATURAS/SIGLAS

ONGs – Organizações não governamentais

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Únicos de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

Centro POP – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

PSE – Proteção Social Especial

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

OAF – Organização do Auxílio Fraternal

SAS/PMSP – Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Paulo

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

ZEIK – Zona Especial das Av. Independência e Presidente Kennedy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 REFERENCIAL TEÓRICO	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	9
1.1 Início do capitalismo.....	10
1.2 A contextualização no Brasil.....	12
1.3 Políticas Públicas.....	11
1.4 Políticas Públicas no Brasil.....	16
1.5 Modelos e Programas de Assistência Pública.....	17
1.5.1 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).....	19
1.5.2 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	20
1.5.3 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).....	20
1.5.4 Serviço de Acolhimento Institucional.....	21
1.5.5 Serviço de Acolhimento em Repúblicas.....	22
1.6 Ação de Entidades Privadas, ONG's e Igrejas.....	23
1.7 Poder Público e as Organizações não Governamentais.....	23
1.8 As Casas de Convivência.....	24
1.9 Recusa ao sistema de Albergamento.....	25
1.10 Terminologia e Perfil da Pessoa em Situação de Rua.....	26
1.11 Dados Censitários.....	31
1.12 A função social e o papel do Arquiteto.....	36
1.13 O Impacto da Arquitetura sobre o comportamento.....	38
2 ANÁLISE DE OBRAS CORRELATAS	41
3 DIAGNÓSTICO	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

“Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo”, (BURSZTYN,2003). De forma crescente, a população de rua faz parte do cenário das grandes cidades do mundo. Trata-se de um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia.

A pesquisa e projeto apresentados a seguir tiveram como motivação as condições de vida da população em situação de rua, com foco nos indivíduos que estão inseridos nos centros urbanos. O extinto Ministério do Desenvolvimento Social (2004 – 2019) e Combate à Fome define população de rua como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2013, p.15)

Tendo em vista a vulnerabilidade da população que será o público-alvo do projeto, buscou-se compreender a realidade acerca do tema, através de estudo a respeito do preconceito sofrido, as principais causas da ineficiência de programas dessa natureza e necessidades que vão além das básicas. Diante destas circunstâncias, a elaboração do projeto representa uma solução para oferecer auxílio a esses indivíduos.

O programa compreende serviços de acolhimento e também atendimento oferecido por profissionais da área de assistência social, saúde e educação, de forma a auxiliarem na inserção dessas pessoas no campo social e profissional.

Além dos serviços relacionados ao atendimento de necessidades básicas de abrigo, saúde e trabalho, o conceito fundamental desta proposta é oferecer condições de reinserção social ao segmento, através do fortalecimento da sociabilidade a ser proporcionada pelas relações estabelecidas por meio do espaço e da arquitetura. Ou seja, parte-se da premissa de que o espaço e a arquitetura podem ter qualidades que permitam que as pessoas se relacionem de forma positiva, podendo explorar as

relações interpessoais. Com base nos dados descritos, o trabalho se organiza da seguinte forma:

O capítulo 1 trata da contextualização histórica a respeito da população em situação de rua, sobre sua origem e evolução no decorrer dos séculos no mundo e no Brasil. Além disso, descreve as políticas públicas, suas origens e modelos de programas de assistência pública de entidades privadas, ONG's e igrejas voltadas à causa. Outros temas como a recusa ao sistema atual de albergamento e o perfil e dados censitários sobre essa população também são abordados no capítulo. Por fim, expõe a função social e o papel do arquiteto em relação aos problemas acima mencionados, além do impacto positivo que a arquitetura pode ocasionar no comportamento humano.

No capítulo 2, são apresentados quatro estudos de caso. O Centro de Assistência a Desabrigados The Bridge, o Shelter Home for the Homeless, a Oficina Boracea e a Praça das Artes. Eles dão subsídio para organizar e referenciar ideias de projetos arquitetônicos que atendessem aos critérios desejados, a respeito do centro de acolhida e atendimento à pessoa em situação de rua e sua implantação no contexto urbano.

No capítulo 3 são relatados os estudos urbanos que sistematizam fatores como: zoneamento, referências locais, implantação urbana, condicionantes climáticas e ambientais.

No capítulo 4 será apresentada a proposta projetual e a "resolução do problema" através desta.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Conforme afirma Simões Jr. (1992, p.19): “Morar na rua, quer seja por opção ou por falta de opção, não é um fenômeno dos tempos contemporâneos”. Há notícia de que a presença de determinados grupos de pessoas habitando em ruas e vivendo quase que exclusivamente de mendicância é fato observado desde a antiguidade. Ainda que o fato em si tenha obtido distintos conceitos no decorrer da história, o habitar na rua sempre sustentou uma característica essencial: é visível somente em agrupamentos humanos constantes, o que significa ser este um caso especificamente urbano. (SIMÕES JR,1992).

Segundo Snow e Anderson (1998), as primeiras referências sobre a existência de populações habitando as ruas remontam à Grécia e Roma, onde foram ocasionados grandes deslocamentos para a cidade pelos que desapossavam suas propriedades devido à expropriação de terras. Juntamente com debilitados e vítimas de guerras, formavam a população marginal da época.

Na Idade Média, a princípio, a igreja católica idealizava a pobreza e apoiava a implantação de ordens mendicantes. No entanto, os objetivos da mendicância profissional iam além do sustento, buscando também a formação de poupanças. Desta maneira, a igreja começou a considerar essa atividade improdutiva e ameaçadora à ideologia do trabalho, em conformidade com uma sociedade que passou a rejeitar as farsas e subterfúgios utilizados pelos pedintes. (SIMÕES JR,1992).

Na forma de produção feudal, por exemplo, o servo era ligado ao senhor por relações de servidão e proteção, recebendo compensação de certas carências dentro das associações comunais e especialmente religiosas. A religião servia para reconhecer a esmola, o asilo e certos cuidados de saúde. Nesse modo de produção, o servo era possuinte dos meios de produção. (FALEIROS, 2000).

Nos séculos XV e XVI, com a fragmentação do modo de produção feudal, surge o capitalismo que gera um rompimento entre a posse dos meios de produção e o trabalhador. Os meios de produção, em seguida, passam a ser de propriedade do capitalista, pela desapropriação, pela reprodução simples e ampliada e pela acumulação. O homem se vê livre, sem estar ligado ao seu senhor, pronto a oferecer a sua força de trabalho como indivíduo, em troca de salário. (FALEIROS,2000).

A consolidação das ligas corporativas, que dificultavam a introdução aberta a todas as profissões, junto ao êxodo rural, constituem condições para o progresso das atividades de mendicância e de modelos progressistas de sua sistematização, como os *Gueux* na França – grupos ordenados de esmoleiros que se juntavam em pátios inúteis para discutir suas abordagens. (SIMÕES JR.,1992).

2.1 Início do capitalismo

Toda a movimentação e as modificações que ocorreram em decorrência do crescimento da produtividade colaboraram para a manifestação do modo de produção capitalista. Êxodo rural, crescimento das cidades e disseminação do comércio somam-se às mudanças na própria dinâmica do campo. O sistema capitalista foi elaborado a partir do momento em que os costumes e as tradições presentes no feudalismo deram lugar ao mercado e à busca pelo lucro monetário na resolução das ordens econômicas que viriam a influenciar na produção. Esse modo de produção capitalista é definido pela separação entre trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, e capitalistas, que são os donos dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias com fins lucrativos. (VIDIGAL & GONDIN,2019).

Como consequência das modificações tecnológicas, econômicas e sociais que aconteceram na Europa, e em específico na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX ocorre a Revolução Industrial. O artesão começou a vender sua força de trabalho, e não o fruto de sua arte. A indústria artesanal falecia. Essa transformação revelou as portas para o poder do sistema fabril em larga escala, característico da Revolução Industrial. As inovações tecnológicas possibilitaram expandir a transição das forças humana e animal pela automação. Nesse procedimento, cada vez mais rápido, houve a intensificação da troca da capacidade humana por instrumentos mecânicos; e a descoberta e/ou melhoria de métodos de obtenção e elaboração de matérias primas. (VIDIGAL & GONDIN, 2019).

Embora as amplas variações econômico-sociais que se estenderam para além da Inglaterra em caráter duradouro, a Revolução Industrial não deixou de ser um sistema contraditório. De um lado, era plausível constatar o acréscimo da produtividade e o aprofundamento da divisão social do trabalho. Do outro, era notória

a miséria da maioria dos trabalhadores, obrigados a trabalhar até 16 horas por dia. Eram coagidos com a ameaça constante de desemprego, além de serem privados de direitos políticos e sociais. VIDIGAL & GONDIN (2019). Segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004):

O mercado de trabalho seleciona os mais aptos; ou seja, os que se enquadram nas exigências do processo produtivo, deixando para os que menos se enquadram o lugar de reserva, onde cumprirão as tarefas menos valorizadas, mais mal remuneradas, recaindo ainda sobre eles o estigma do trabalho não legitimado e a ameaça de serem vistos como classes perigosas. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004, p.21).

Como consequência do êxodo rural, os trabalhadores não foram incorporados pela indústria iniciante com a mesma velocidade com que se tornaram acessíveis, seja pela incompetência da indústria, ou pela complexidade de ajuste imediato a um novo tipo de organização de trabalho. Dessa maneira, muitos se transformaram em mendigos e ladrões, em parte por pré-disposição, mas na maior parte dos acontecimentos por força das eventualidades. (SILVA, 2006).

Nesse contexto deu-se o começo de um acontecimento que se propagou, alcançando toda a Europa Ocidental, no último período do século XVIII - o pauperismo. Esse cenário, ainda no final do século XV e todo o século XVI, fez emergir nos países da Europa uma legislação dura contra a vadiagem. Essas leis foram empregadas com a finalidade de coagir os trabalhadores a concordarem com trabalhos de baixos salários e de impossibilitar sua mudança em busca de melhores condições. (Snow & Anderson, 1998).

Como afirmam Snow e Anderson, “na essência, as leis funcionam como um substituto da servidão”. Snow e Anderson (1998, p.30). Assim, a população rural, desapropriada e expulsa de suas terras, impelida à vagueação, foi levada à inflexível organização do processo de trabalho assalariado por meio de legislação severa, cuja efetivação contou com os poderes e a estrutura material do Estado.

Sucedendo a ausência de mão de obra, há uma rejeição propagada a dispersão das atividades associadas à vadiagem e à mendicância, visto que esses grupos agora instalam-se como pertinentes ao exército, indústria de reserva, à categoria do lumpemproletariado. As primeiras leis de amparo e de previdência social tendem também a promover a desorganização política desses grupos e instituições. (SIMÕES JR., 1992).

No entanto, desorganizada ou não, a prática da mendicância profissional subsiste até hoje, e seus adeptos, que sempre foram uma parcela significativa da população de rua ao longo da história (junto com pedintes por necessidade, os doentes, os deficientes físicos e mentais), constituem-se hoje em apenas um subgrupo em vias de extinção (em número bastante reduzido em face do contingente de desempregados, dos ambulantes e de outros tipos de desabrigados e miseráveis que habitam e sobrevivem nas ruas). (SIMÕES JR.,1992).

Em sua competência específica de ampliar a geração e o rendimento de forma ordenada, o capitalismo produziu uma alteração e uma diversidade excepcional de soluções às necessidades humanas, ampliando, conjuntamente, estas mesmas carências. Mas, de modo paralelo, originou um processo de classificação exageradamente hierárquica, permitindo em sua essência uma grande massa de pessoas desprovida de bens. (BURSZTYN,2003).

2.2 A contextualização no Brasil

Iniciou-se na década de 1970 um processo de modificação na divisão internacional do trabalho e de remodelação das relações econômicas mundiais e da visão de gestão urbana. Com a revolução da informática na década mencionada, a transnacionalização e financeirização do capital assumiram proporções mais precisas e permaneceram expandindo de forma rápida e em notáveis dimensões nas décadas seguintes, e áreas estruturadoras da economia mundial foram consideravelmente motivadas, como as comunicações, os transportes e o próprio processo produtivo. (WHITAKER,2000).

Coincidente a esse progresso, inovadores modelos tecnológicos e organizacionais interromperam as regras de produção fordista-taylorista, a exemplo do processo norte-americano descrito por Snow e Anderson (1988). A robotização da indústria aumenta a produção em níveis nunca antes vistos, mas vê também o mercado consumidor diminuir, uma vez que se iniciava o processo de transição da mão de obra pela máquina. Gerava-se cada vez mais, contratando cada vez menos e, portanto, sem ter a quem vender. (WHITAKER,2000).

De fato, os movimentos retratados impactaram de modo direto o âmbito do trabalho por todo o Brasil, de forma que as percentagens de desemprego e subemprego possuíram consideráveis modificações no estágio tratado, após um contínuo decréscimo devido à reestruturação produtiva. Entre 1930 e 1970, a organização produtiva brasileira substituiu a centralidade da sustentação agrário-exportadora para uma urbana-industrial, de que a arrecadação ultrapassou a da agricultura em meados da década de 1950. Desta forma, o Estado promoveu e reforçou esta nova estrutura produtiva com aplicações dirigidas ao campo industrial, causando o crescimento do número de empregados com carteira assinada. Os centros urbanos cresceram consideravelmente com o êxodo, conseqüentemente, porém, a qualidade de vida dos trabalhadores não se desenvolvia na mesma proporção. (SILVA, 2006).

Com a robotização da indústria no início na década de 1980, vasta parcela dos funcionários são despedidos e acabam se instalando no ramo de serviços, que não o comporta adequadamente, vendo-se dessa maneira crescer a informalidade e o emprego sem carteira assinada. O crescimento do subemprego e da informalidade também se origina do empenho do método produtivo brasileiro em transformar-se concorrente frente ao mercado estrangeiro que se empregava do abrimento comercial que ganhava forma. A contenção dos gastos de produção proporciona a fragilização das circunstâncias e convivências de trabalho. (SILVA,2006).

Através da perda de ligações formais de trabalho, gradativamente pessoas começaram a trabalhar sem possuir alcance a um instrumento de resguardo social, ora de previdência ou de assistência, em caso de desemprego. Grandes quantidades de empregados se encontraram em cenários de imensa instabilidade, finalizando em eventualidades mais extremas como a condição de rua. (SILVA,2006). Maria Lucia Lopes Silva (2006) afirma:

Deste modo, as mutações no processo produtivo e a reestruturação das empresas associadas à desregulamentação dos direitos relativos ao trabalho, ao profundo incremento tecnológico na prestação dos serviços 24 financeiros, ao arrefecimento do movimento sindical, a partir da década de 1990, e à redefinição do papel do Estado na reordenação do ciclo reprodutivo do capital, mediante intensa produção normativa restrita de direitos, privatização de empresas estatais, incentivo às demissões de servidores públicos, enxugamento do aparelho do Estado, provocaram mudanças expressivas no mundo do trabalho, resultando numa profunda desestruturação do mercado de trabalho e expressivo crescimento da superpopulação relativa. (SILVA, 2006, p.68)

Os indivíduos desempregados, de acordo com dados do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), possuem em geral semelhanças quanto à idade ou sexo, com o público em estado de rua. (SILVA,2006). Portanto o acréscimo de pessoas vivendo nas ruas no Brasil está associado à repercussão da miséria e da vulnerabilidade. Contudo, como afirmam Snow e Anderson (1988), grande parte acaba se tornando suscetível devido ao contexto econômico, mesmo que nem todos terminem nas ruas.

Analisando as citações acima, nota-se que o advento das pessoas habitando nas ruas é uma decorrência das modificações na esfera urbana e da industrialização das cidades. O avanço e a evolução delas ocasionou o aumento desses índices paulatinamente. No entanto, apesar de estar entre os fatos primários, atualmente é possível observar demais causas responsáveis por esse quadro e que serão descritas mais à frente.

2.3 Políticas Públicas

Segundo Bursztyn (2003), “a realidade das desigualdades sociais é quase tão antiga quanto a história da civilização humana”. Após a Revolução Francesa em 1789, até a Declaração dos Direitos do Homem, afirmou serem todos os homens iguais, distintos meios de fabricação e de organização social e política retrataram situações em que a desigualdade era institucionalizada diante da lei e mesmo pela tradição. Métodos para amenizar situações extremas, que representassem algum risco à paz e à estabilidade social existiam, mas diziam respeito basicamente à competência da ação privada, acima de tudo no campo religioso. A primeira geração de políticas públicas voltadas ao amparo da pobreza remonta ao fim do feudalismo.

De fato, o nascimento das políticas sociais está associado aos movimentos de massa principalmente democratas e ao estabelecimento dos estados na Europa Ocidental do fim do século XIX. Apesar disso, sua disseminação encontra-se na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, principalmente em sua parte tardia, depois da Segunda Guerra Mundial. BEHRING & (BOSCHETTI,2006).

À medida em que os movimentos operários ocorreram com o capitalismo, emerge a política social e, a partir do século XIX, com o advento dessas mobilizações populares, é que ela é entendida como método governamental. Na Inglaterra a

Revolução Industrial (do século XVIII a meados do século XIX) trouxe efeitos como a urbanização exacerbada e o aumento da taxa de natalidade. Esses fatores estimularam a consciência política e social, instituições proletárias, sindicatos e cooperativas no empenho de alcançar o acolhimento público e as primeiras ações de política social. (PIANA,2009).

Em meados do século XIX até os anos de 1930, o liberalismo é amparado pela geração do trabalho como produto e sua regulamentação pelo livre mercado. O estado liberal é identificado pelo sujeito que procura seu próprio benefício econômico ocasionando o bem-estar coletivo. Portanto, as relações econômicas e sociais são estabelecidas pelo mercado livre e ilimitado, assim também gera o bem comum. (PIANA,2009).

No século XIX, o Estado europeu liberal adotou direitos civis como: direito à vida, à liberdade individual e os direitos de segurança e de propriedade, mas com atributos de Estado policial e repressivo e, assim, a população desfruiu principalmente do direito à liberdade e à propriedade. A consolidação e a ordenação da classe trabalhadora foram relevantes para a modificação da essência do Estado liberal no final do século XIX, e os ganhos sociais e políticos alcançados mais pontualmente no século XX pelos trabalhadores. (PEREIRA,2000).

A história mostra que é no fim do século XIX o estágio em que o Estado capitalista começa a reconhecer e efetivar ações sociais mais ampliadas, projetadas e estruturadas sob caráter de necessidade. Desta forma, esse período vive modificações globais descontroladas que modificam a vida de bilhões de pessoas no mundo. As mudanças no mundo do trabalho definiram novos modelos de formação e gestão da indústria, novos tipos de afinidade e contratos de trabalho e comercialização, altos índices de investimentos em avanços tecnológicos e de automação. (BEHRING & BOSCHETTI,2006).

2.4 Políticas Públicas no Brasil

No ano de 1980, as políticas sociais contaram com definições mais tocantes na vida dos trabalhadores e obtiveram mais encorajamento, depois do método de mudança política concebido numa situação de agravação dos problemas sociais e

ausência de recursos. Apesar disso, as políticas sociais brasileiras sempre possuíram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado por meio de medidas amenizadoras e segmentadas atua nas mobilizações do quesito social, inicialmente concentrado em preservar a ordem social. São elas editadas a partir de um contexto autoritário no interior de um padrão de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente. (VIEIRA, E.,1997).

Promulgada em 1988, a Constituição Federal pauta-se em critérios de igualdade e direitos sociais globais. Estabeleceu conquistas, expandiu os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, estabelecendo estritamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da atuação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da associação profissional e sindical, da atuação de representante dos trabalhadores na concepção direta com empregadores, de greve (artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais). (BRASIL,2019).

A partir da proposta constitucional de 1988, algumas leis complementares foram regulamentadas. Em 1993 foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – que traz garantia de assistência social, direito do cidadão e dever do Estado na criação das políticas públicas. O que resulta em um benefício assistencial que é garantia constitucional do cidadão, presente no art. 203, inciso V da Constituição Federal, sendo regulamentado pela Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). BRASIL (2019).

No âmbito da legislação brasileira, a década seguinte registrou um significativo progresso a aprovação da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incluindo à LOAS a geração de programas de proteção social às pessoas em situação de rua na esfera da Assistência Social, o que reiterou o encargo do Estado com a defesa social aos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de rua no Brasil. (BRASIL,2019).

As alterações da LOAS foram realizadas em sua Seção III – Dos Serviços. Artigo 23. Onde é decretado:

Art. 23. Entendem-se por serviços sócio assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§10 O regulamento instituirá os serviços sócio assistenciais.

§20 Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

- I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- II – às pessoas que vivem em situação de rua. (Brasil 1993, Art.23.)

A alteração da LOAS, com aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS), fortaleceu ainda mais esse procedimento, proporcionando fundamentos sólidos para a solidificação da legitimidade da política de Assistência Social e do SUAS no país. Com a formatação e aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) surge o do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que concedeu à Assistência Social um novo conceito: política pública, direito do cidadão que dela necessitar e obrigação do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, e a NOB/SUAS estabeleceram diretrizes para a efetivação da política de Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. BRASIL (2019).

2.5 Modelos e Programas de Assistência Pública

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Social (2004–2019) e Agrário BRASIL (2017):

A Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)” (BRASIL, 2017, p.41).

Ordenadas em duas categorias, as condutas da assistência social no SUAS são classificadas em: básica e especial, e concebidas e/ ou ordenadas pelas unidades públicas Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e de maneira adicional, pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS. BRASIL (2019).

Nos três âmbitos, Federal, Estadual e Municipal, a assistência social desenvolve-se em três modalidades: atendimento contínuos, eventuais e emergenciais. Nesse sentido desenvolve-se a dimensão do público que pode ser respondido, ao relacioná-las com a definição multidimensional de fragilidade. Em relação à população de rua, procuram-se novas formas de abordagem e prestação de

serviços, além da reabilitação e reinserção na sociedade dos indivíduos que se encontram nessa situação. ESQUINCA (2013).

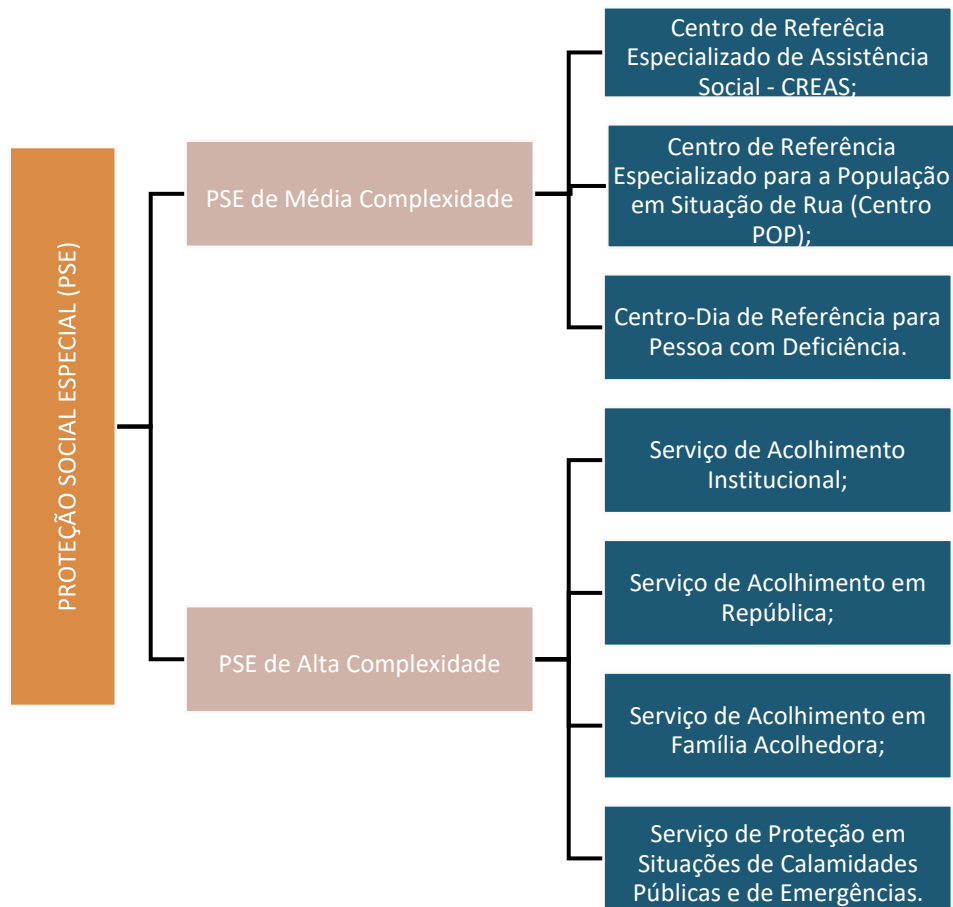
Houve um progresso considerável para a materialização do oferecimento de ações às pessoas em situação de rua no SUAS, com a aprovação da Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, que foi retratado na medida em que implementou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A tipificação determinou critérios para a proposta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade dirigidos a diversos públicos, entre eles a população em situação de rua. BRASIL (2011).

O extinto Ministério do Desenvolvimento Social (2004 – 2019) e Combate à Fome. BRASIL (2011). define os níveis de complexidade da seguinte maneira:

A PSE de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

[...]. No âmbito da PSE de Alta Complexidade, por sua vez, são ofertados serviço de acolhimento. A previsão desses serviços no SUAS parte, dentre outros aspectos, do reconhecimento de que nessas situações é necessário garantir a indivíduos e famílias que utilizam as ruas como espaço para moradia e/ou sobrevivência, acolhimento temporário e possibilidades para desenvolver condições para a independência, a autonomia e o autocuidado. (BRASIL, 2011, p.39)

Figura 1 - Proteção Social Especial



Fonte: BRASIL, 2011, Elaborado pela autora; 2021.

2.5.1 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)

O CREAS é uma repartição pública estatal de assistência social que tem como função instituir-se em referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS, famílias e indivíduos em condição de risco pessoal ou social, por violação de direitos. O oferecimento de trabalho social nos CREAS presume a utilização de variadas maneiras e técnicas essenciais para preparar o acompanhamento especializado. Requisita ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a Unidade e profissionais da equipe, além de postura destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. BRASIL (2011).

2.5.2 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI conta com o oferecimento de auxílio, assessoramento e instrução a famílias com um ou mais de seus integrantes em quadro de coação ou quebra de direitos. Apresenta prescrições e cuidados conduzidos para a efetivação de direitos, a persistência e a consolidação de conexões sociais, familiares e comunitários e a fortificação do encargo protetivo das famílias perante o grupo de conjunturas que causam instabilidade e/ou as sujeitam a circunstâncias de perigo pessoal e social. Obrigatoriamente o PAEFI deve ser concedido no CREAS, pertencendo à administração do setor a incumbência de possibilitar os métodos de controle, ordenação e instrumentalização do PAEFI, levando em conta as peculiaridades dos ambientes territoriais. BRASIL (2011).

2.5.3 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)

“O Centro POP é a unidade pública estatal, de referência e atendimento especializado à população em situação de rua”. (BRASIL,2011). De acordo com a análise e preparação do órgão regente local, pode ser concedido também o Serviço Especializado em Abordagem Social, contanto que isso não incida em perdas a execução da oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. BRASIL (2011).

O centro representa um local de sugestão para a convivência coletiva, social e o desdobramento de ligações e amparo, afetividade e respeito. Na oferta do serviço deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

A unidade de Referência Especializada para a População em Situação de Rua deverá dispor de espaços para:

- Recepção e acolhida inicial;
- Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;

- Copa/cozinha; - Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Lavanderia com espaço para secagem de roupas;
- Refeitório;
- Guarda de pertences, com armários individualizados. (BRASIL, 2011, p.49)

A Unidade será capaz de possuir, conforme a realidade do local, ambientes para: abrigo de animais de estimação em apropriadas acomodações, tendo em conta as indicações dos órgãos hábeis; almoxarifado ou parecido; cômodo com computadores para utilização dos usuários, entre outros. BRASIL (2011).

2.5.4 Serviço de Acolhimento Institucional

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Social (2004 – 2019) e Combate à Fome. BRASIL (2011).

O Serviço de Acolhimento Institucional é um acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (BRASIL, 2013, p.44)

Com propriedades residenciais, deve operar em unidade introduzida na comunidade, com espaço receptivo e construção física apropriada, tendo em vista a evolução de ligações mais próximas do círculo familiar. As instituições têm que ser estruturadas de maneira a amparar as imposições mencionadas nos regimentos existentes e às insuficiências dos usuários, fornecendo circunstâncias de habitabilidade, salubridade, higiene, privacidade, segurança e acessibilidade. (BRASIL,2011).

O serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias pode ser desenvolvido nos seguintes moldes:

- 1- Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto; 32
- 2- Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2013, p.44)

O ambiente físico do Serviço de Acolhimento Institucional conta com repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT. (BRASIL,2011).

2.5.5 Serviço de Acolhimento em Repúblicas

Atendimento que proporciona auxílio, refúgio e residência subsidiada à conjuntos de pessoas maiores de 18 anos em condição de desamparo, situação de instabilidade e perigo pessoal e social, com relacionamentos familiares rompidos ou profundamente debilitados e sem possibilidades de moradia e autossustentação. O apoio deve fundamentar a composição e a fortificação de elos comunitários, a inclusão e cooperação social e a evolução da independência das pessoas acolhidas. A aplicação deve ser elaborada em processo de autogestão ou cogestão, proporcionando progressiva autonomia e autossuficiência de seus moradores. (BRASIL,2011).

É necessário o acompanhamento de uma equipe técnica de orientação para colaborar com a coordenação coletiva da moradia e para assistência psicossocial dos usuários e direcionamento para outros sistemas, projetos e direitos da rede socioassistencial e das outras políticas públicas. Devem ser produzidos sistemas de acolhida em república para distintos segmentos, conforme a necessidade local, os quais devem ser propícios às solicitações e carências exclusivas do público ao qual se destina. Existe o serviço de acolhimento para jovens, idosos e o que vai ser tratado nesse trabalho, voltado a adultos em processo de saída das ruas. (BRASIL,2011).

Este serviço de acolhimento é designado a indivíduos adultos com experiência de rua em estágio de integração social, que se encontram em procedimento de recuperação das ligações sociais e concepção de independência. Compreende tempo de estadia restringido, sendo possível ser reconsiderado e prolongado em incumbência do plano particular elaborado em conjunto com o responsável de orientação. As repúblicas precisam ser ordenadas em entidades femininas e entidades masculinas. O suporte deve segurar a capacitação e incorporação profissional e a composição de projeto de vida. (BRASIL,2011).

O ambiente físico conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. BRASIL (2011). deve contar com:

O ambiente físico do Serviço de Acolhimento em Republicas conta com moradia subsidiada; endereço de referência; condições de repouso; espaço de estar e convívio; guarda de pertences; lavagem e secagem de roupas; banho e higiene pessoal; vestuário e pertences, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. (idem)

2.6 Ação de Entidades Privadas, ONG's e Igrejas

Quanto à alimentação, a população de rua se sustenta essencialmente por intermédio da atuação humanitária realizada pelas instituições sociais de originalidade privada, marcada, sobretudo, pela generosidade cristã. A área da filantropia procede de modo diferenciado, não se limitando ao fornecimento de comida, mas colaborando tanto as pessoas como as famílias carentes, oferecendo-lhes outros recursos, como remédios, cestas básicas, roupas e calçados. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA,2004).

A tarefa dessas instituições apresenta uma essência de dupla atuação, quer no cumprimento de seus conceitos doutrinários, quer no ponto de vista de uma atuação social. A prática do fornecimento da refeição é mediada por significativo sentimento religioso, ocasionada pela compaixão para com seu próximo. O pão também é um símbolo de solidariedade; quem leva, leva o compromisso de repartir o pão, quando estiver sobrando em casa. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA,2004).

Há uma rede de instituições e grupos autônomos que patrocinam a distribuição de alimentos, de forma não articulada, mas que reflete uma identidade com o ideário cristão. Essa rede é formada por dois grupos: um de caráter religioso, que atua segundo orientações kardecista, católica ou evangélica, e outro, que inclui os estabelecimentos comerciais. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA,2004).

2.7 Poder Público e as Organizações não Governamentais

Nos últimos anos surgiram alguns projetos de ação junto à população em situação de rua procurando um novo sentido de intervenção: menor assistencialismo e maior participação. Esse trabalho, em geral organizado ou dirigido por ONG's, procura amplificar nessa população o espírito comunitário, a auto-organização e o desenvolvimento de uma consciência crítica na concepção dessa realidade, de

maneira a atribuir esse grupo social de uma força política que permita a sua autonomia e o aumento do poder de reivindicação de seus direitos perante a sociedade. SIMÕES JR. (1992).

Essa iniciativa dos projetos de ações, concebida pela Prefeitura do Município de São Paulo junto à população de rua, a partir de 1989, se fundamentou num interesse comum: a necessidade de entendimento da população de rua e a sugestão de projetos transformadores. Era preciso tornar perceptíveis as condições de vida dessa população e propor ações de cunho participativo e organizativo. VIEIRA, BEZERRA & ROSA (2004).

Essa parceria trouxe outras vantagens: de um lado, o poder público repassa a verba aos que já vinham trabalhando sem os recursos necessários; de outro, os grupos organizados se aproximam do poder público, disposto à democratização de mecanismos de participação nas decisões. As entidades que assumiram essa relação com a Prefeitura podem ser consideradas de caráter público. VIEIRA, BEZERRA & ROSA (2004).

2.8 As Casas de Convivência

“As casas de convivência são um projeto que expressa na prática a relação de parceria desenvolvida entre as ONGs que trabalham com a população de rua e o poder público”. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004). O projeto foi concebido tendo como influência a Comunidade dos Sofredores de Rua, que existe há mais de dez anos, ligada à Organização do Auxílio Fraternal (OAF), fundada em 1995, vinculada à Igreja Católica (idem).

As Casas de Convivência norteiam-se por princípios de uma ética de dignidade humana, numa direção que não reproduza ou reitere a subalternidade, a exploração da mão de obra e que não tenha como referência os modelos de instituições de confinamento. São espaços onde as pessoas que se encontram na rua podem sentir-se acolhidas, conviver, organizar-se, buscar soluções para seus problemas básicos, visando à recuperação dos direitos, respeito e dignidade. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004).

Apesar das diferenças entre as casas, há serviços comuns entre elas: espaço para banho, corte de cabelo, unhas e barba, pequenos consertos, lavagem e/ou troca

de roupas. Todas elas oferecem alimentação. Neste sentido, as Casas de Convivência são essencialmente espaços de prestação de serviços e de convivência que propiciam o resgate da cidadania (idem).

A metodologia de trabalho ressalta os valores de convivência fraternal e comunitária. Nesse contexto, o atendimento às necessidades básicas de higiene e alimentação constituem uma estratégia de aproximação com os usuários. Por meio do acolhimento realizado de forma pessoal e humanizadora, procura-se congrega os interessados em outras atividades de caráter reflexivo e organizativo, o que efetivamente confere sentido ao trabalho. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA,2004).

2.9 Recusa ao sistema de Albergamento

Historicamente e até os dias atuais, o sistema de acolhida institucional dirigido a indivíduos em situação de rua tem como propósito estimular a reconciliação do residente de rua aos modelos comportamentais, de esmero, de procedimento e de convivência presentes, de maneira que se aguarda, num reduzido intervalo de tempo, que costumes obtidos em anos ou até décadas de existência nas ruas sejam. (GIORGETTI,2017)

Nas instituições, a regulamentação exercida para a efetivação desse propósito é a determinação de regimentos exigentes e pouco maleáveis. O apropriado posicionamento às diretrizes e normas empregadas pelas entidades é entendido pela maior parte dos responsáveis que nelas atuam como a reprodução da pretensão da pessoa em situação rua de se recuperar. (GIORGETTI,2017)

No entanto, se afastar da vida na rua não acarreta meramente a anulação de práticas, mas a abdicação de tudo aquilo que constitui o cotidiano dos que nela e dela subsistem, seus conceitos, seus indivíduos, seus sentimentos e ligações, e sua própria história. Refere-se a uma escolha bastante complexa de ser considerada, visto que a maior parte deles ainda é demasiadamente envolvida em ações a fim de aliviar aflições como o uso de drogas e álcool e as maneiras e instrumentos de sobrevivência nas ruas. (GIORGETTI,2017)

A rejeição ao programa de albergamento disponibilizado na atualidade verifica-se por diversas causas. A abordagem homogênea para uma população diversificada é um dos motivos da decadência deste método. O caminho, conseqüentemente, é a

rua. A deterioração da cidade e de seus locais públicos que não realizam sua incumbência, e a recusa aos albergues como espaços de desgaste e fiscalização, local da desordem e da angustia, é sua prova mais óbvia. É um modo de não aceitar o que é sempre resíduo ou, melhor que nada. (QUINTÃO,2012).

A realidade é que ainda que os abrigos fossem locais propícios, ainda existiriam pessoas que escolheriam habitar as ruas. As organizações urbanísticas direcionadas a esse grupo são limitadas, pouco competentes e parecem partir da pressuposição que há um desejo de todos de deixar de morar nas ruas. (QUINTÃO,2012).

2.10 Terminologia e Perfil da Pessoa em Situação de Rua

De acordo com Simões Jr. (1992, p.17), diversos são os termos utilizados para se referir a esse grupo de pessoas que vive nas ruas: “povo da rua, população da rua, população de rua, população moradora de rua”. De fato, tais referências buscam, de uma maneira consensual, se remeter àquelas parcelas da população de baixíssima renda e em idade adulta que, por uma casualidade temporária ou de forma permanente estão habitando nos logradouros públicos da cidade (praças, calçadas, marquises, jardins, baixios de viadutos), em áreas degradadas (galpões e residências abandonadas, edificações em ruína, terrenos baldios, mocós, tumbas de cemitérios, carcaças de veículos etc.) ou ainda eventualmente, pernoitando em albergues públicos ou em camas quentes alugadas. (SIMÕES JR.,1992).

Os estudos revelam que não há um exclusivo perfil da população de rua, existem diferentes perfis; não é um grupo uniforme de pessoas, são populações. Apresenta, sim, particularidades constantemente observadas, como a preponderância do sexo masculino e a circunstância de carência mental, mas cada homem expressa caminhos próprios de desvinculação e de chegadas às ruas. (BURSZTYN,2000).

Deste modo, se o “mendigo profissional”, o andarilho, o alcoólatra, o deficiente físico ou mental poderia, de uma forma geral, descrever aqueles agrupamentos que se envolvem especialmente com a rua, conseguimos adicionar outros grupos há menos tempo nessa condição, e que são formados por vítimas do desemprego e da recessão. Esses novos grupos podem, no entanto, estar apenas temporariamente nessa situação, pois sobrevivem à custa de atividades ditas no mercado informal. Situam-se aí alguns segmentos dos catadores de papelão, dos marreteiros, dos

carregadores de mercado, dos guardadores de carros, dos biscateiros, dos diaristas de construção civil, os pedintes diversos, entre outros. SIMÕES JR. (1992).

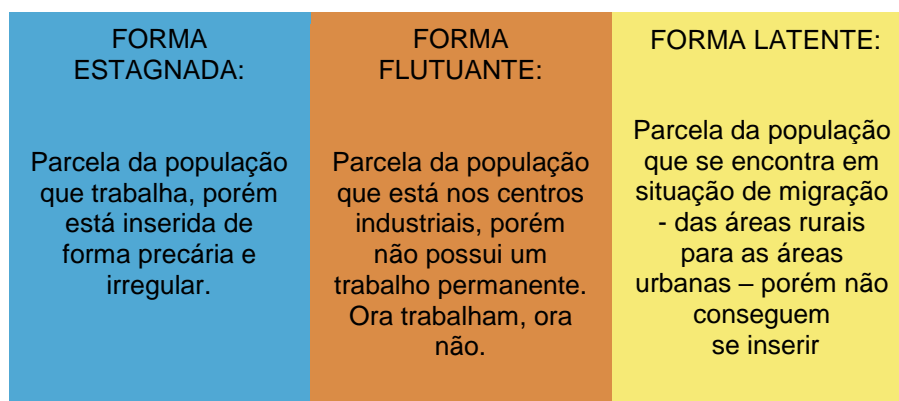
Nesse sentido, pode ser descrito ainda um último subgrupo constituído por migrantes recém-chegados à cidade e indivíduos ou famílias recém-desempregados ou despejados que se veem aplicados na circunstância de enfrentar a realidade da subsistência na rua e buscam, de todas as formas, sair dela o mais rápido possível. São esses os indivíduos que recorrem às entidades públicas e assistencialistas para conseguir algum auxílio imediato ou até mesmo uma nova colocação profissional. Muitos, no entanto, acabam permanecendo mais tempo no desamparo e a situação de conviver com a rua e com as atividades marginais passará a ser então sua realidade, sua única possibilidade de sobrevivência SIMÕES JR. (1992).

No Brasil, o termo usado oficialmente, se tratando de políticas públicas, é “Pessoas em Situação de Rua”. De acordo com o Censo da população em situação de rua 2009/2010, são considerados:

Moradores de rua: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externas de imóveis; Acolhidos: pessoas que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos. (FIPE, 2009/2010, arquivo 2, p.2).

A partir da leitura realizada por Silva (2009, p.15), esta população de rua pode ser definida em três grupos: a parcela flutuante, a latente e a estagnada. Entenda, a seguir:

Figura 2 - Diagrama dos três grupos de população de rua.



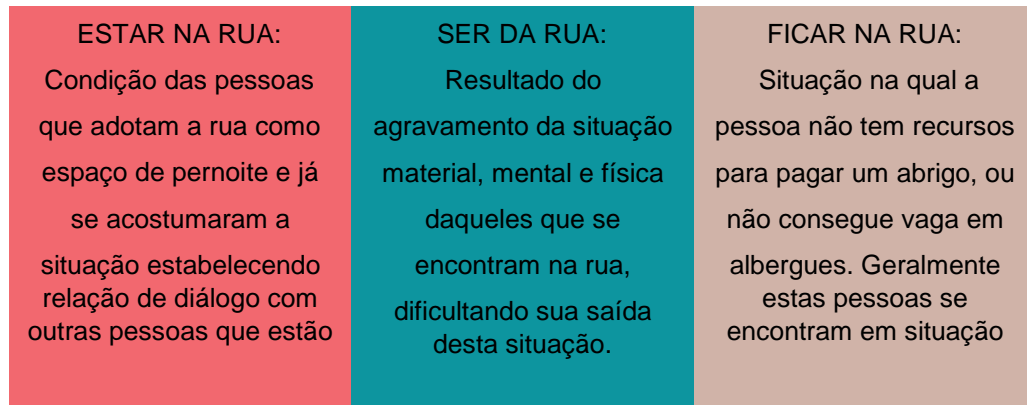
Fonte: SILVA, 2009, Elaborado pela autora; 2021.

Ao menos duas perspectivas podem ser entendidas: a rua pode ser resguardo para os que, sem requisição, residem eventualmente abaixo de viadutos, marquises de lojas ou bancos de jardim e, de outro modo, pode estabelecer-se em uma conduta

de vida, para os que já possuem na rua o seu ambiente e que constituem com ela uma profunda rede de convívio. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004).

Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua:

Figura 3 - Diagrama de permanência na rua



Fonte: VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004; Elaborado pela autora, 2021.

Estar na rua eventualmente é uma condição temporária; contudo, quando a escassez de emprego se alonga e à medida que o adormecer na rua passa a ser consistente, novas convivências se constituem, costumes acabam sendo absorvidos, novas linguagens são criadas. Ser residente da rua não quer dizer exclusivamente estar sujeito ao estado de privação, encarando insuficiências de toda sorte, porém expressa, também, conquistar demais referências de vida social, divergentes dos anteriores fundamentados em princípios relacionados à moradia, ao trabalho, aos vínculos familiares. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 2004).

Como afirmam VIEIRA, BEZERRA e ROSA (2004):

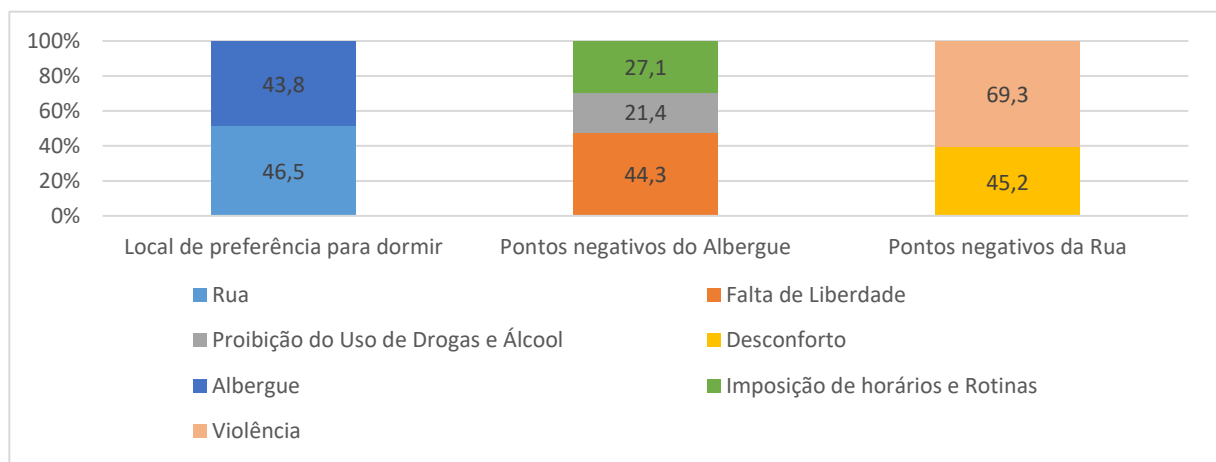
Há um grupo de moradores de rua, especialmente jovens, que já nasceram nela; no entanto, na maioria das vezes, as pessoas que vivem na rua têm uma história que se fez fora dela. Entre estes, há os egressos de penitenciárias, de instituições públicas e privadas que abrigam menores, orfanatos, os que procedem de instituições de saúde, especialmente saúde mental, como hospitais psiquiátricos, de recuperação de alcoólatras, etc. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004, p.97).

Esses indivíduos que estiveram em instituições carregam uma marca social que os relaciona à criminalidade, o que os ocasiona serem entendidos como duvidosos, “loucos” e desqualificados. A complexidade de recebimento social dessas pessoas, ligada ao seu autorretrato difamado, complica a formação de conexões com o emprego e a família, que os compreenderia em critérios de vida socialmente

considerados. Diante disso, a rua pode converter-se em local de direção, ambiente onde essa população encontra seus semelhantes VIEIRA, BEZERRA e ROSA (2004).

De acordo com as informações da primeira pesquisa nacional a respeito da população de rua produzida em 2008, estes estão separados de modo aproximadamente uniforme entre os que escolhem adormecer na rua, e os que optam em adormecer em abrigos, com razões particulares para a preferência de cada um. Observe o gráfico a seguir (FIGURA) (BRASIL, 2009, p.91).

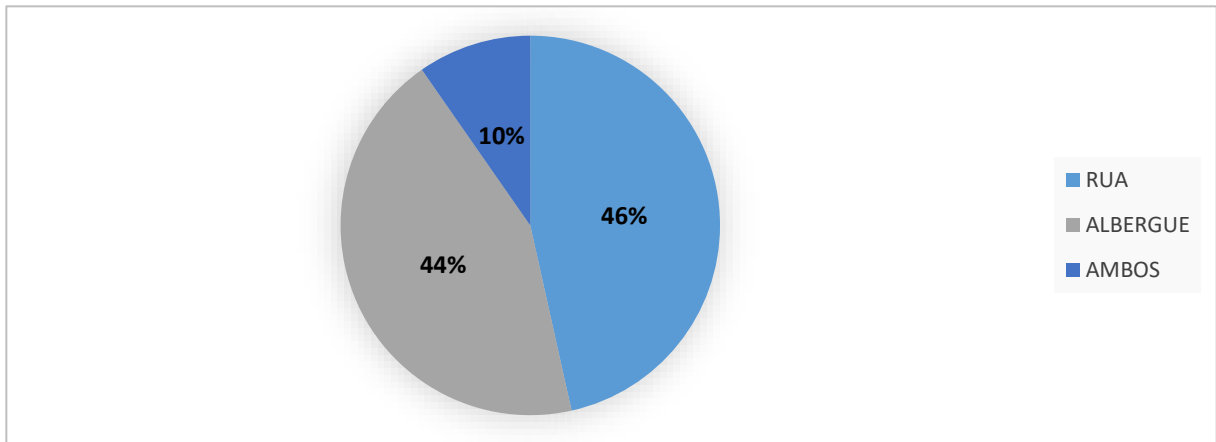
Figura 4 - Gráfico - Preferência dos moradores de rua.



Fonte: BRASIL,2008; Elaborado pela autora, 2021.

A relevância de possuir um espaço para hospedagem provisória torna-se perceptível nos dados, posto que uma ampla parcela dos utilizadores escolhem pernoitar em albergues especialmente nos períodos mais frios do ano, visto que os residentes da rua acabam se sustentando em muitas ocasiões, opostos às suas próprias pretensões, na circunstância de desabrigo, em situações instáveis de alimentação, saúde e psicológicas, conduzindo muitos ao rumo das drogas, depressão, dentre outros problemas. Esta circunstância fica clara quando relacionamos os dados anteriormente expostos sobre a opção de local para dormir, com os dados de onde de fato acabam adormecendo (FIGURA 5) (BRASIL, 2008, p.91).

Figura 5 - Moradores de rua, onde dormem



Fonte: BRASIL, 2008, Elaborado pela autora, 2021.

No entanto, ainda com significativa parcela das pessoas apresentando predileção por pernoitar em albergues, aproximadamente 44% conforme o CENSO de 2008, igualmente, aponta que 69% adaptam-se a dormir nas ruas; o que ocasiona uma discordância, e revela que a dificuldade não está exclusivamente nos moradores de rua, mas do mesmo modo na condição com que as soluções recomendadas são expressadas a eles BRASIL (2008).

Observando o documentário “À Margem da Imagem”(2003), do diretor Evaldo Mocarzel, além do auxílio do Ministério da Cultura, foi possível constatar que a maior parte dos residentes da rua ao serem entrevistados apresentaram uma recusa muito grande aos abrigos e alegam que se sentem menosprezados e humilhados com a própria condição e que se existisse uma melhor possibilidade, eles abandonariam a 46,50% 43,80% 9,68% Rua Albergue Ambos rua.

Baseando-se nessas alegações, a equipe foi conhecer algumas destas organizações mencionadas pelos entrevistados, e chegando ao lugar se deparou com um cenário degradador. Espaços com pouca iluminação, silenciosos, cheio de regras e desconfortáveis, que modificavam os abrigados em indivíduos completamente carentes de contato social, dando explicação à tanta repulsão criada pela população de rua. (À MARGEM DA IMAGEM,2003).

Todavia, é indispensável verificar o outro lado, de acordo com Quintão (2012, p.59), esta ilusória concepção também alcança os próprios desabrigados, que muitas vezes mesmo escolhendo as ruas, são enganados pela visão de uma real liberdade:

É importante não confundir a ideia de “liberdade” que a rua proporcionaria, uma visão romântica sobre o problema, com o motivo mais amplo, que é o significado das privações do estar na rua. É claro que há pessoas que podem escolher as ruas por tais motivos, inclusive por quererem o anonimato das ruas, mas isto não lhes confere o real exercício da liberdade. (QUINTÃO, 2012, p.59).

O tempo de rua é outra questão significativa que impede a saída das ruas. “(...) a duração da permanência na rua altera o comportamento das pessoas, suas percepções, projetos e possibilidades de saída.” (FIPE, 2010, p.6). No momento em que o indivíduo acaba de chegar nas ruas, seu objetivo na maior parte das vezes é ter possibilidades para sair dela o mais rápido possível, porém, com o tempo ele acaba criando relacionamentos sociais com outras pessoas em situação de rua, e estabelecendo grupos onde existe ajuda mútua para que todos possam ter condições de se manter mesmo em condições sub-humanas. Encontrando pessoas que entendem e vivem a mesma situação, o indivíduo acaba se sentindo acolhido e amparado, criando laços e perdendo muitas vezes o anseio que tinha por sair das ruas FIPE (2010).

2.11 Dados Censitários

É evidente, no Brasil, a complexidade de se encontrar informações sobre a população em situação de rua. Devido à inexistência de moradia, eles acabaram situando-se fora das análises do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Até então, ainda não havia conhecimento levantado sobre este público. Entretanto, foi delegada pela Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Paulo – SAS/PMSP – no ano de 2000, uma consulta à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE – que foi executada entre os anos de 2007 e 2008, pelo Instituto de Pesquisa e Opinião Meta, que se transformou no 1º Censo Nacional a respeito da população em situação de rua. BRASIL (2009). Seguidamente encontram-se alguns dos dados mais pertinentes:

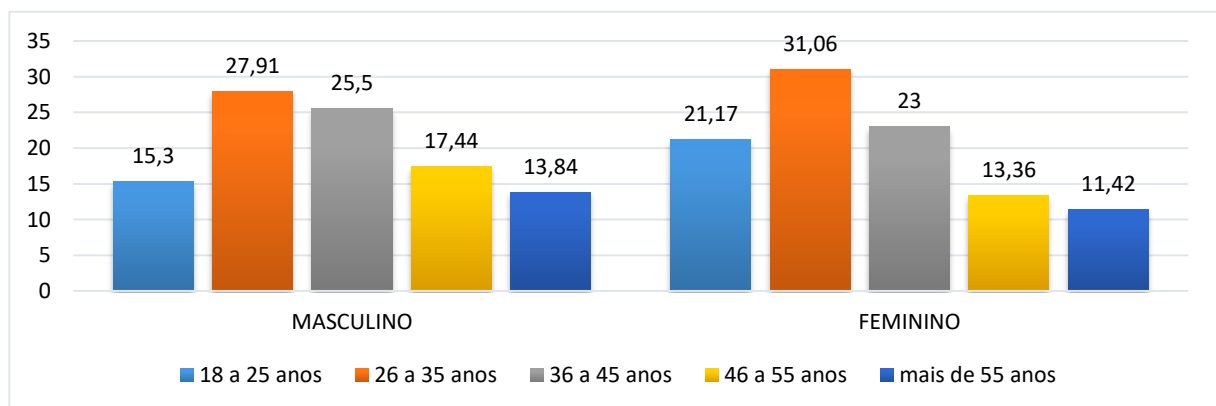
Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, tuneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas) (...) O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades Brasileiras.

Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. (...). Assim, o total de pessoas em situação de rua vivendo no Brasil é mais elevado. O contingente ora descrito equivale a 0,061% da população dessas cidades. (BRASIL 2009, p. 11 e 14).

De fato, é notável o predomínio de homens (82%) em comparação às mulheres (18%), dentro da população em situação de rua. Esta desproporção considerável não sucede por casualidade. A vivência na rua exprime dificuldades muito profundas para a ocupação de uma mulher, em razão de suas características comparadas aos homens. Compelidas a conviver com um cenário eminentemente viril e cheio de prejulgamentos, circunstância que se estabelece de maneira ainda mais violenta do que as ocorrências de agressão e discriminações que ocorrem diariamente por expressiva parcela das mulheres que não se encontram em situação de rua. Este fato se faz presente, visto que são apontadas como frágeis e, desse modo, menos habituadas a esta condição extrema, o que estabelece que sejam enxergadas como vítimas plausíveis BRASIL (2009)

A população identificada é, em geral, jovem, havendo maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa, e com leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos. BRASIL (2009).

Figura 6 - Gráfico: Percentual por sexo e grupo etário

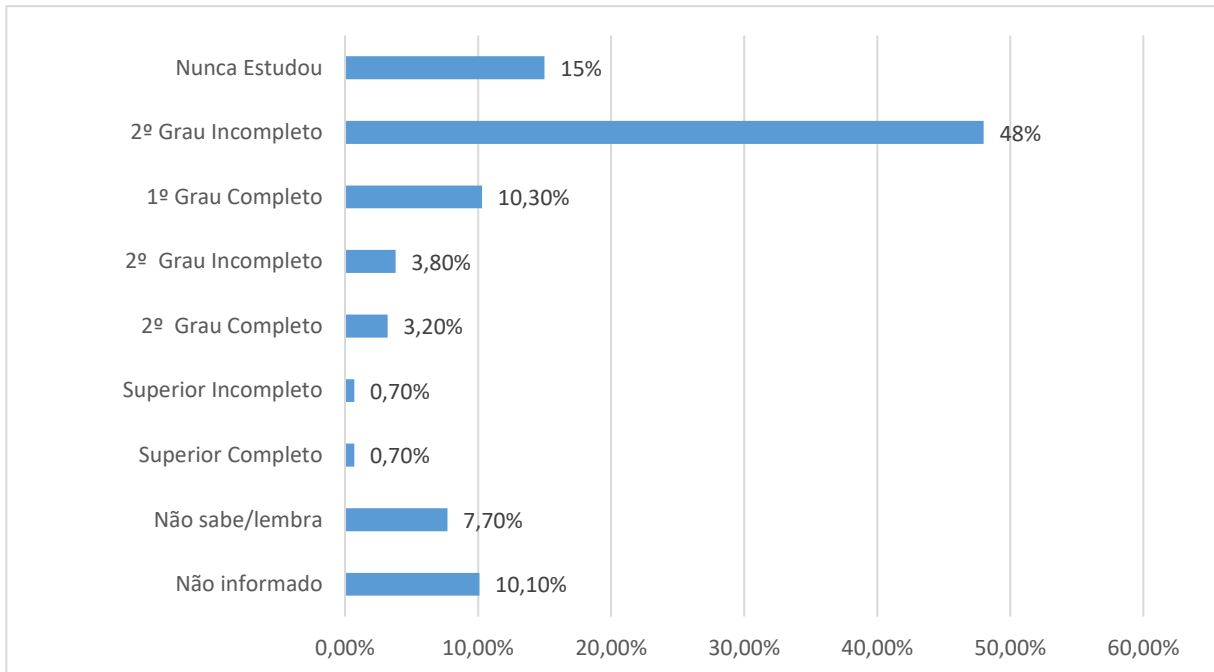


Fonte: BRASIL, 2008; Elaborado pela autora, 2021.

No que se refere à formação escolar, a maioria (63,5%) não finalizou o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% são capazes de assinar apenas o próprio nome. O maior número não estuda atualmente (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados declararam estar realizando algum curso (ensino formal 2,1% e

profissionalizante 1,7%). Este é o público com pouco acesso ao sistema escolar formal, existindo, todavia, pessoas com nível superior que estão atualmente em situação de rua. BRASIL (2009).

Figura 7 - Gráficos: Escolaridade



Fonte: BRASIL, 2008, Elaborado pela autora, 2021

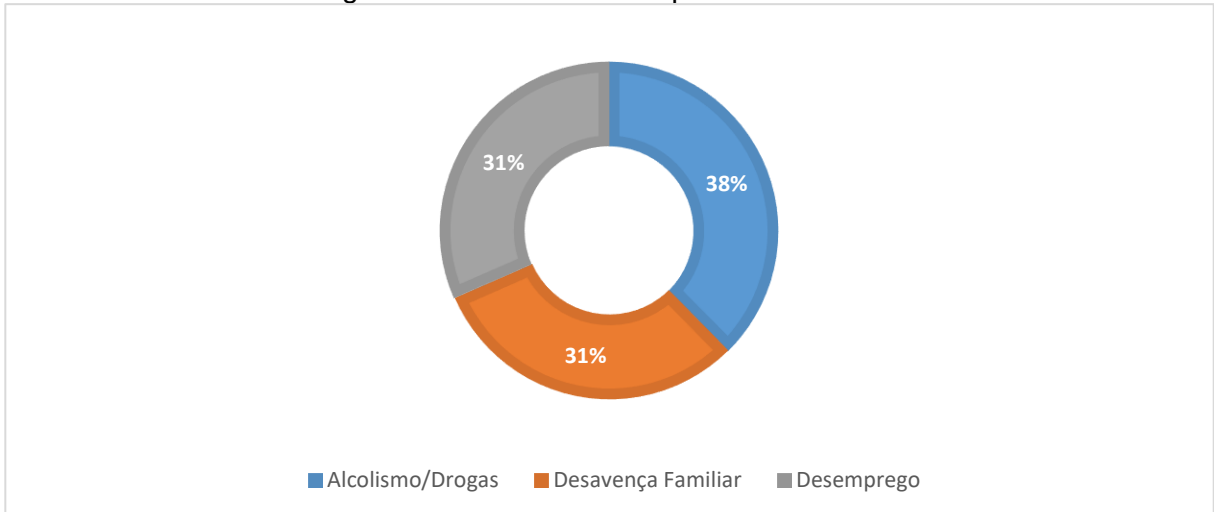
Dentre os entrevistados, 71,3% apresentaram três justificativas em generalidade, frequentemente de maneira associada, ou estabelecendo uma ligação eventual entre eles. As fundamentais razões por eles consideradas se correlacionam a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). BRASIL (2009).

Levando em consideração as causas consideradas, se encontra uma que não sobrevém significativamente nas descrições, mas que requer ser destacada: a preferência pessoal pela rua como escolha de habitação. Esse assunto deve ser analisado, ainda que não compareça como causa essencial da saída de casa, tendo em vista que, mesmo quando os motivos evidenciados compreendem as ameaças e violências sofridas entre o espaço familiar ou divergências familiares, há uma classe de decisão própria para ir para a rua. BRASIL (2009).

Essa preferência frequentemente está associada a uma percepção de liberdade apresentada pela rua, e acaba se tornando um aspecto indispensável para esclarecer não apenas a saída de casa, mas inclusive os motivos da estadia na rua.

Depois de experimentar a condição de liberdade que a rua disponibiliza, diversos indivíduos se sentem submetidos a continuar neste espaço, em razão do local doméstico, classificado, muitas vezes, como inseguro e opressivo. BRASIL (2009).

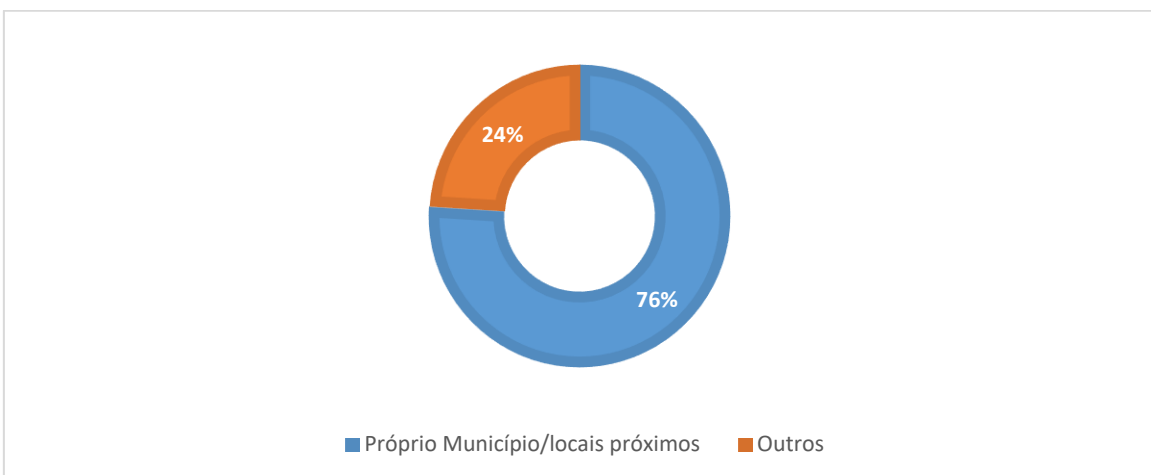
Figura 8 - Gráfico: Motivos para viver na rua.



Fonte: BRASIL,2008; Elaborado pela autora, 2021.

Parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município que mora atualmente e outra parte importante (30,3%) deslocou-se de um município dentro do mesmo estado. Assim, 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado, refutando uma ideia difundida de que as pessoas em situação de rua são migrantes, ou seja, oriundas de outros municípios e estados. BRASIL (2009).

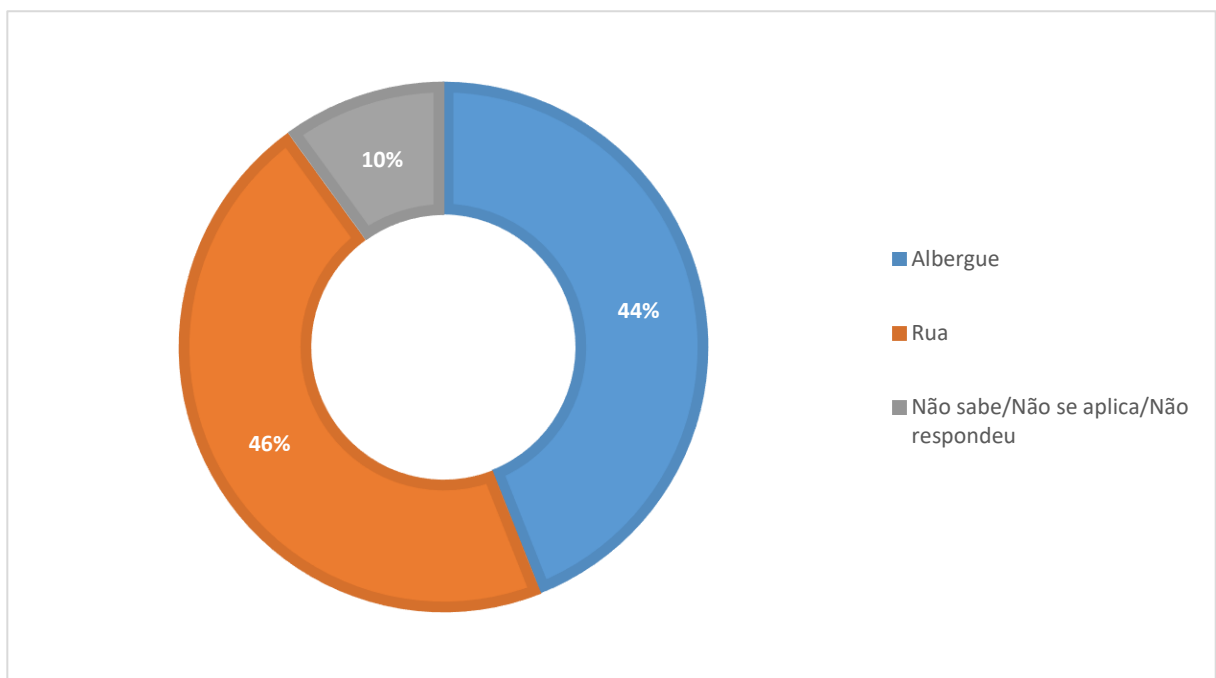
Figura 9 - Gráfico: Local de origem



Fonte: BRASIL, 2008; Elaborado pela autora, 2021.

Constata-se que 46,5% dos interrogados escolhem pernoitar na rua, ao mesmo tempo que 43,8% apresentam predileção por adormecer em albergues. Os principais motivos expostos para a opção pela rua são a ausência de autonomia nos albergues (44,3%), acompanhada do horário de chegada, saída e outras regras (27,1%) e, em terceiro o caso de ser banido nesses lugares o consumo de álcool e drogas (21,4%). Estas duas últimas causas podem também ser relacionadas com a supressão de liberdade, assinalada como essencial adversidade. BRASIL (2009).

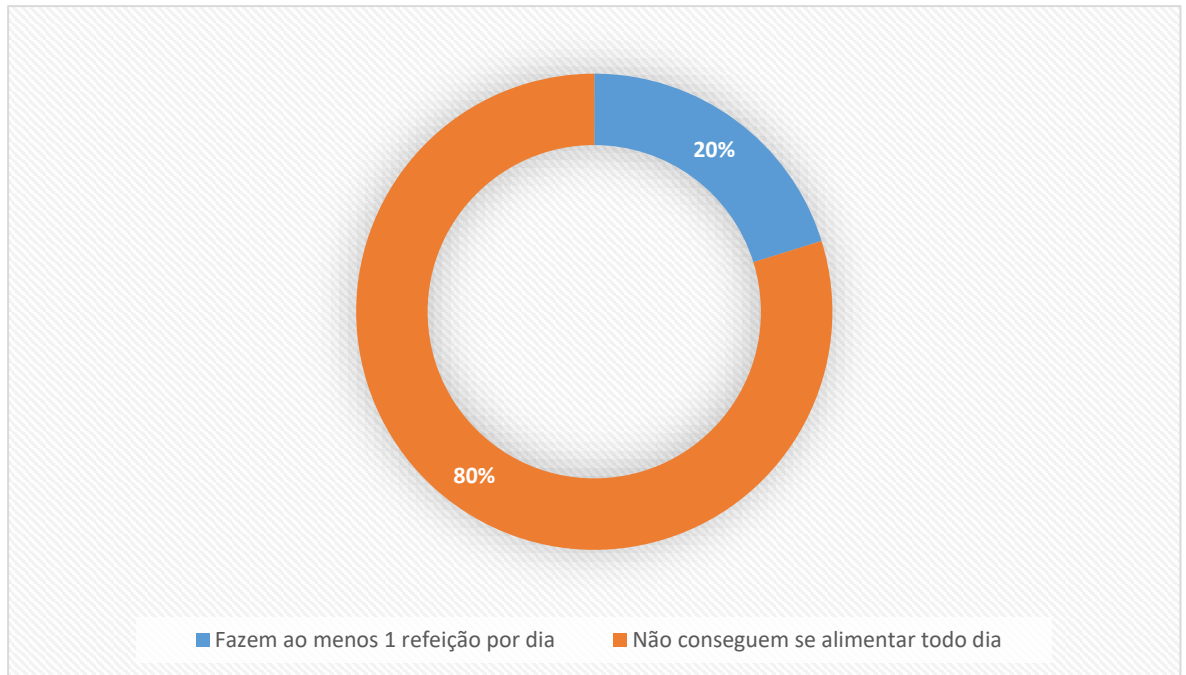
Figura 10 - Gráfico: Local de preferência para pernoite.



Fonte: BRASIL, 2008; Elaborado pela autora, 2021.

No que diz respeito à alimentação, a maioria dos entrevistados (81%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia. Não conseguem se alimentar todos os dias: 19% dos entrevistados. O segmento que se destacou negativamente em relação à alimentação foi o das pessoas que pedem dinheiro para sobreviver: 31,3% delas não se alimentam todos os dias. BRASIL (2009).

Figura 11 - Gráfico: Alimentação



Fonte: BRASIL, 2008; Elaborado pela autora, 2021.

Observando as circunstâncias em que se encontram, era esperado que se notassem altos indicadores de enfermidade entre os entrevistados, o que se certificou, em certa proporção. Aproximadamente 30% dos entrevistados declararam possuir algum problema de saúde e os problemas mais abordados foram: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), diabetes (5,4%) e HIV/AIDS (5,1%). BRASIL (2009).

O maior número deste público não é alcançado pelo resguardo dos planejamentos governamentais: 88,5% declaram não obter nenhum auxílio dos órgãos públicos. Entre os amparos considerados salientaram o Programa Bolsa Família, a aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada – BPC. BRASIL (2009).

2.12 A função social e o papel do Arquiteto

Certamente, neste contexto, o papel do arquiteto urbanista, todavia é pouco abordado, porém é indispensável evidenciar que subsiste uma parcela da comunidade que se encontra em intensa miséria, e que de fato necessita de uma arquitetura adequada e um planejamento urbano habilitado em possibilitar a inserção desses indivíduos, que frequentemente não são recordados na concepção de projetos.

Assim, conforme cada projeto, a pessoa em situação de rua também deve ser vista como um cliente, pois também possui necessidades que precisam ser consideradas no projeto, norteando a elaboração da proposta arquitetônica para que esteja capacitada a atender as aspirações do cliente. O indivíduo não deve ser analisado de maneira autônoma, mas deve ser levado em consideração na cultura na qual está inserido. QUINTÃO (2012). Como reforça Paula Quintão, mestre em arquitetura e urbanismo:

O fato de o morar na rua ser um fenômeno que existe em todos os países, até no mais desenvolvidos, não significa que as respostas, ou quaisquer projetos propostos, devam ser iguais. Não é possível elaborar uma fórmula única, que seja satisfatória para todas as cidades, ou que de conta de todas as variáveis específicas de cada cultura. (QUINTÃO, 2012, p.114)

A complicação em se projetar para esta população se deve ao fato de que o cliente é diversificado, e o programa, complexo, pois se abre a infinitas possibilidades. Portanto, o projeto tem que assumir uma flexibilidade de programa e de localização. QUINTÃO (2012).

Como qualquer projeto arquitetônico, a elaboração tem que compreender desde adormecer, alimentar-se, banhar-se, trocar-se, e todas as restantes atividades habituais, bem como particularidades da vivência rotineira, como espaços para depósito de pertences particulares, áreas para guardar carrinhos, e demais respostas para sua perpetuação, que constituem parcela do programa arquitetônico mais básico, que deve ser especificado. QUINTÃO (2012).

Mediante o exposto, é relevante possuir uma sugestão de diversificação desta rede de amparo: devido a dissemelhança da própria população e a diversidade da população pelo que a rua causa nela. Coincidentemente, o projeto tem que proporcionar uma flexibilidade que permita separar estas pessoas. Para isto o projeto não pode ser uma coisa fechada em si mesmo, acabada. Tem que possibilitar adaptações ao longo do tempo e do uso. QUINTÃO (2012).

Projetar para pessoas em situação de rua é idealizar dentro da diversidade referida. Para a concepção de sugestões inovadora, torna-se indispensável não apenas entender profundamente o público para o qual está se projetando. Mais do que isso, as novas capacidades de manifestações demandam proceder com o imprevisto, o indefinido, e com o universo de outros conteúdos que se ligam neste

tema complexo, valendo, muitas vezes, dos conceitos contemporâneos que vão além do campo da arquitetura e do urbanismo. QUINTÃO (2012).

2.13 O Impacto da Arquitetura sobre o comportamento

A arquitetura, bem como diferentes formas de apresentação estética, segundo Colin (2000), conseguem difundir uma ampla manifestação de sentimentos que constituem parte da nossa existência e rotina: a preocupação com as transformações estruturais, a convicção no futuro desconhecido, pretensões de poder, inclusive os pensamentos mais distintos. Esta mescla de sensações constituem o que intitulamos de conteúdo psicológico da arquitetura, já que a psicologia é a ciência que procura a compreensão das funcionalidades mentais e estímulos comportamentais particular ou de grupos. COLIN (2000).

Para Monteiro (2006), toda arquitetura exige um conceito, à medida em que sem ele não existe arquitetura. O autor também declara que a semiótica é a arte dos sinais e sintomas. O espaço é uma forma genérica de comunicação, repleta de significados, onde o profissional em sua execução insere a sociedade. Para ele, além disso, o espaço se constitui da semiótica e seus sentidos. Quando estabelecidos formato e espaço em um único fundamento, a arquitetura reproduz um conteúdo, é a arquitetura que dá essência à vivência. (CHING,2008).

Pallasmaa (2011), em relação aos sentimentos que a arquitetura inspira nas pessoas, relata que a arquitetura como motivador deve promover coincidentemente nos seres humanos todos os sentimentos, para que como indivíduos, possuam compreensão de sua experiência no mundo.

A arquitetura estabelece a impressão de realidade, de vivência e de personalidade, acompanhado à experiência de se fazer parte do mundo. Por meio dela somos capazes de residir mundos artificiais e de fantasias. PALLASMAA (2011).

Tendo em conta as emoções que a obra de arquitetura é capaz de provocar nos indivíduos, Corbusier (2000) afirma que a arquitetura é concebida para comover. Tal sensação aparece quando a construção causa a expansão de um universo cujas leis padecemos, constatamos e contemplamos.

Arquitetura compõe-se em ligações, é “pura criação do espírito”. CORBUSIER (2000).

Pallasmaa (2011) ainda defende que: por meio da arte e da arquitetura, a percepção de personalidade é acentuada e consente que os seres humanos se comprometam completamente nas proporções mentais dos pensamentos, ideias e vontades. A arquitetura não concebe meros utensílios de encanto visual, afirma o autor, ela estrutura sentidos.

O conteúdo da sugestão final de uma construção transcende a arquitetura, ele altera a compreensão individual e percepção de mundo, com o próprio pressentimento de se ter uma identidade e estar vivo. PALLASMAA (2011).

O ambiente deve ser permanentemente inteligente, gerando lugares, elementos espaciais dos quais as proporções e limites sejam capazes de transformá-las, preparadas de comportar o modelo de relações das pessoas que vão utilizá-las. Por conseguinte, a forma como é pensado o espaço estabelecerá se ele é apropriado para um notável grupo de indivíduos, por exemplo, ou para grupos moderados, específicos (HERTZBERGER,1999). Baseando-se nesta concepção, Pallasmaa (2011) descreve:

Uma edificação não é o fim por si só; ela emoldura, articula, estrutura, da importância, relaciona, separa e une, facilita e proíbe. Assim, experiências autênticas de arquitetura consistem, por exemplo, em abordar ou confrontar uma edificação, envie se apropriar formalmente de uma fachada; em olhar para dentro para fora de uma janela, em vez de olhar a janela em si só como um objeto material; ou de se ocupar o espaço aquecido, em vez de olhar a lareira como um objeto de projeto visual. O espaço arquitetônico é um espaço vivenciado, e não um mero espaço físico, espaços vivenciados sempre transcendem a geometria e a mensurabilidade. (PALLASMAA, 2011, p.60)

A arquitetura converte-se na arte mais integral de todas, por abranger instantaneamente as impressões sensoriais. Cada vivência na arquitetura é repleta de sensações: o ambiente, a proporção e seu conceito são do mesmo modo avaliados por cada parte do corpo humano. Os impulsos visuais dispõem de particularidade específicas - como dimensão, proximidade, iluminação e cor -, fazendo-se considerável o entendimento dessas características para assimilar as informações que o cérebro encaminha para o corpo. A transição do tempo pela arquitetura altera os componentes que dela fazem parte, tais como os materiais, a luz, a sombra, a cor e a água, gerando uma manifestação de sensações perceptíveis ao homem. (GUARDADO,2013)

A utilização de cores, é uma das maneiras da expressão sensorial na arquitetura. Essa demonstração psicológica atua no método de concepção do

ambiente, e torna-se encarregado pela modificação de humor dos indivíduos que experimentam determinado espaço. Conforme Gurgel (2005), as cores agem no subconsciente, conduzindo da memória precisos sentimentos que inspiram a condição de espírito. GURGEL (2005).

As cores possuem a habilidade de influenciar, tanto em condição fisiológica como psíquica no ser humano. Elas instigam na rotina, gerando atividade ou passividade, alegria ou tristeza, equilíbrio ou desequilíbrio, etc. São capazes de transferir sentimentos e reflexos perceptuais de enorme relevância, visto que cada uma delas tem uma agitação definida nos sentidos das pessoas e pode agir como incentivador ou incomodador no emocional. (FARINA,2006). Qualquer cor, se utilizada de modo correto, é capaz de manifestar a personalidade de uma edificação e a essência que este planeja demonstrar, tendo potencial de ser claro e alegre, instituindo festividade e entretenimento. Um outro pode ter um ar severo, e poderoso, propondo ofício e integração, mas para os distintos modelos de obras subsistem variados tipos de cores. (RASMUSSEN,2002).

Assim como as cores, a iluminação também é uma das maneiras da expressão sensorial, de acordo com Rasmussen (2002). Além de elemento comunicativo, a iluminação proporciona numerosas emoções, ela é indispensável para vivenciar a arquitetura. A luz concebe ligações entre as medidas reais e as compreendidas, gerando a aparência espacial representativa e a troca do espaço interno e externo COLIN (2000). Coincidentemente, Bruand (2010) menciona Le Corbusier e sua maneira de projetar, onde fazia a abertura das edificações para o exterior, possibilitando a introdução de iluminação natural e a conexão com a natureza.

Tendo em vista o conteúdo citado, é inegável que a compreensão e os sentidos podem enaltecer as obras de arquitetura, uma vez que claramente analisados podem influenciar nas inspirações de seus utilizadores, estimular muitas reações psicológicas, reproduzir impactos positivos, negativos, sendo capaz de impulsionar imaginações, até mesmo contrariar a vivência no mundo e a definição das coisas. A arquitetura consegue percorrer conjuntamente todos os sentidos humanos, para que, enquanto indivíduos, detenham entendimento do que os circunda. Ao compreender o espaço é perceptível que a arquitetura revela o invisível, além do olhar, é possível ouvi-lo, é possível viver e inclusive cheirar.

3. ANÁLISE DE OBRAS CORRELATAS

Com base na metodologia escolhida para esta monografia, a análise de obras correlatas é uma das diretrizes importantes para o processo de conceitualização do plano projetual. Portanto, destaca-se que as obras escolhidas terão grande importância na elaboração deste trabalho, tanto na base de suas formas quanto em seus aspectos físicos e históricos. É importante salientar que as obras além das particularidades como a funcionalidade, ergonomia, conforto e integração, as mesmas terão influência na forma projetual, quanto a sua volumetria e estética, sendo base e por fim concretizando a eficiência do projeto arquitetônico proposto.

3.1 The Bridge

The Bridge foi projetada pelos arquitetos: Overland Partners, fica localizada em Dallas – Texas, EUA, conta com uma área de 75.000 m² e foi concluída no ano de 2008.

3.1.1 CONCEITO

A cidade de Dallas passava por uma grande dificuldade frente à quantidade de pessoas em situação de rua e a ausência de um local que atendesse suas necessidades de forma satisfatória. Quando quiseram resolver este problema, sabiam que não seria tão simples como dar apenas um abrigo às mais de 6 mil pessoas que estavam neste estado. Era necessário um replanejamento da estrutura de apoio aos sem teto e que toda cidade fizesse parte deste projeto (SHIBLEY, BROOKS & WENER,2011).

A localização do equipamento reflete um compromisso do poder público em manter os sem-teto um pouco fora de vista e assegurar que eles estarão conectados a uma rede de espaços públicos, instalações de transporte, caminhos para pedestres e amenidades, como o conjunto de parques do centro da cidade conhecido por "Emerald Necklace".

Teve como premissa básica o apoio e a integração entre as pessoas em situação de rua e a comunidade da cidade de Dallas, a partir de um projeto que

atendesse as necessidades destes dois públicos diferentes em um mesmo lugar. Não apenas abrigo, mas ressocializando estes moradores através da interação entre ambos os públicos. Resultando em um projeto com edifícios independentes que se ligam através de uma praça de convivência interna (SHIBLEY, BROOKS & WENER,2011).

3.1.2 ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS

O projeto possui formas simples e retas, com exceção do hall de alimentação que dispõe de uma cobertura arredondada. Apenas um dos 6 edifícios possui mais de um pavimento, resultando em uma volumetria horizontal que protege a praça interna, porém não a isola. Com linhas retas e com certa imponência, utiliza cores neutras, uso em larga escala de esquadrias de aço a vidro e a alvenaria de concreto com sua estrutura principal, nesses vidros podemos encontrar como elemento de decoração poemas e frases dos usuários que podem escrever nos mesmos,(FIGURA 12 E 13). A iluminação natural é um ponto forte dos ambientes, por possuir grandes aberturas e ter bom posicionamento solar, a noite a iluminação artificial é bem posicionada, proporcionando ao usuário conforto a qualquer hora.

Figura 12 - The Bridge Hoemless Assistance Center



Fonte: ARCHDAILY, 2011.

Figura 13 - Poemas e textos como decoração



Fonte: ARCHDAILY, 2011.

A parte de sustentabilidade é um ponto de grande referência desse projeto. O edifício tem a certificação prata do LEED. Entre os pontos de sustentabilidade estão: reutilizar um prédio existente (pavilhão), telhado verde no prédio do restaurante, plantas nativas, sistema de reciclagem de água e resíduos materiais, energia solar e ventilação e iluminação natural (SHIBLEY, BROOKS & WENER, p. 30, 2011).

3.1.3 INSERÇÃO NO TERRENO E CONTEXTUALIZAÇÃO COM O ENTORNO

Localizado à beira do centro da cidade, o projeto tem em seu entorno o distrito comercial central, e também proximidade com os pontos mais importantes como o Farmers Market (mercado de alimentos regionais), uma escola pública e a prefeitura da cidade.

Na implantação do edifício (FIGURA 14) é possível distinguir que o mesmo ocupa uma quadra inteira, o que obrigou a realização de uma desocupação de parte do quarteirão para a acomodação do projeto, demonstrando a importância que foi dada por parte da administração em relação a este problema (SHIBLEY, BROOKS & WENER, p. 17, 2011).

Figura 14 - Implantação do The Bridge



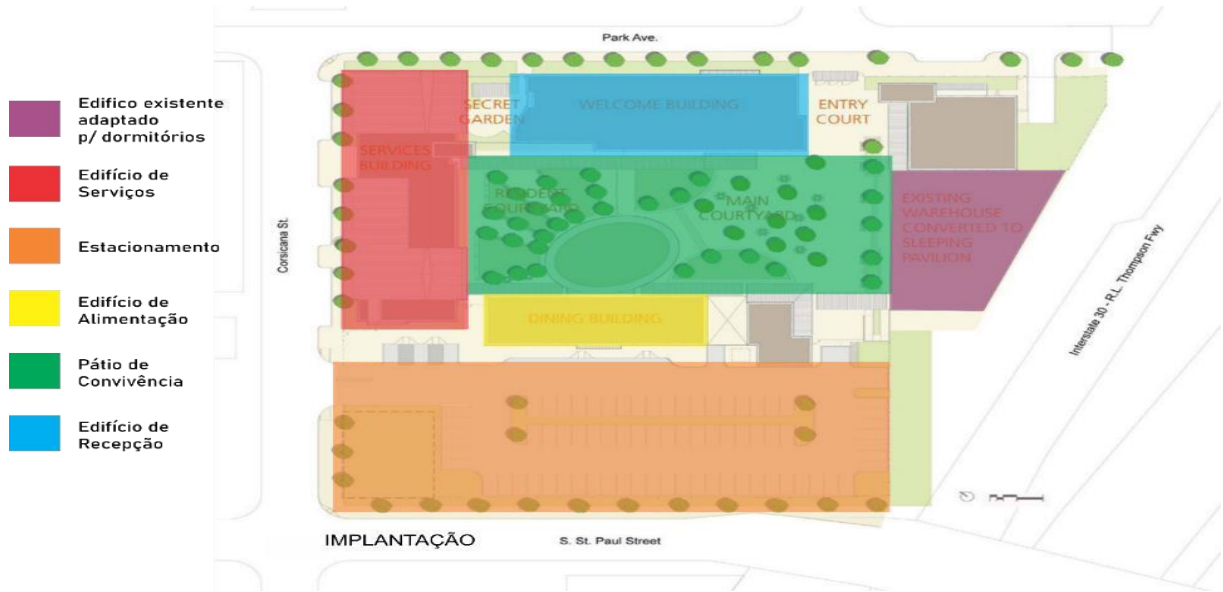
Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2021; Modificado pela autora, 2021.

3.1.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FUNCIONALIDADE

O programa é outro fator importante no projeto, ele foi dividido em seis edifícios localados de modo a formar um pátio aberto central, com refeitório como centro, criando um espaço externo com áreas verdes ao ar livre, vasto e agradável para convivência e descanso. As atividades que ali ocorrem, foram divididas de tal forma: um edifício de recepção e áreas comunitárias como biblioteca, um refeitório, um depósito e armazenamento, um de serviços nos pavimentos inferiores e de acolhimento nos superiores, e um edifício existente que foi adaptado para um pavilhão de dormitórios ao ar livre.

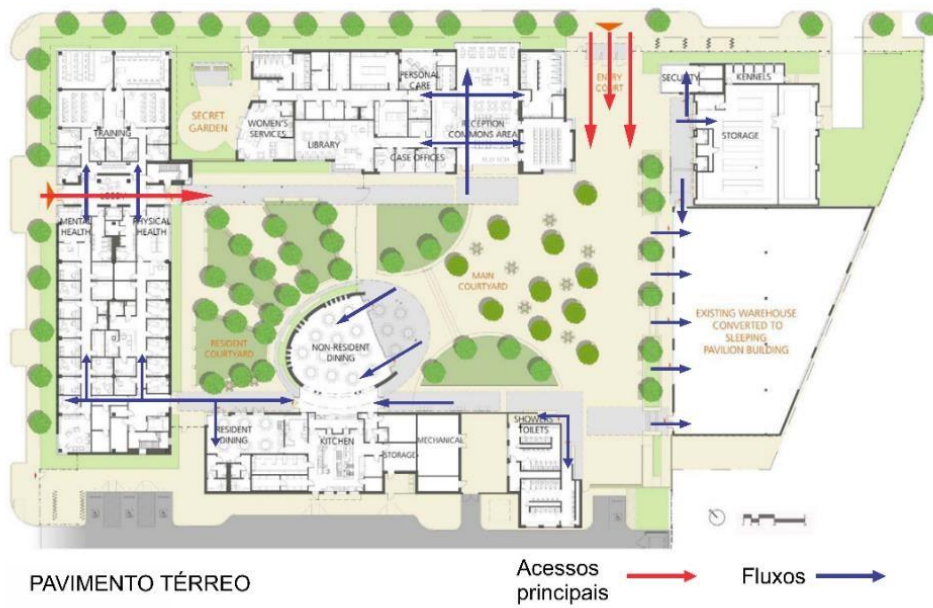
Os estudos apontam a forma com que acontece o fluxo pelos edifícios, as entradas principais que dão acesso ao projeto, tanto à praça quanto ao edifício principal. (FIGURA 15 A 17).

Figura 15 - Setorização do projeto



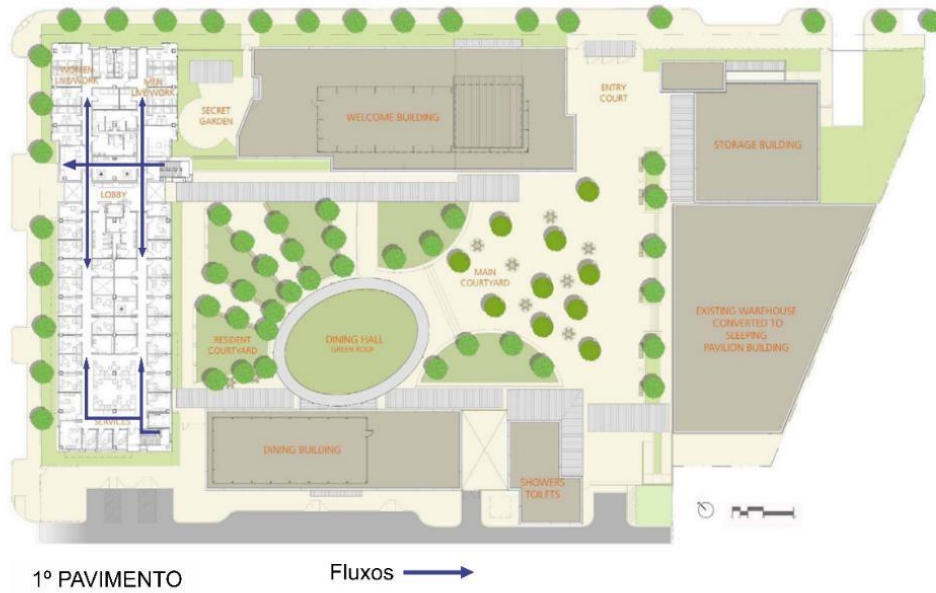
Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

Figura 16 - Estudos de fluxos: Planta térrea



Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

Figura 17 - Estudo de fluxos : Planta do 1º Pavimento



Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

Figura 18 - estudo de fluxos: Planta do 2º Pavimento



Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

3.1.5 SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS EMPREGADOS

Foi utilizada como fachada principal do edifício mais alto a face noroeste, onde se localizam todos os dormitórios no último pavimento, e dispõem de um pé direito duplo, que diminui a ação do ar quente aliviando a temperatura no ambiente, que também possui um sistema de ar condicionado para situações de necessidade.

Quanto à insolação, a fachada Noroeste recebe o sol na parte da tarde, esquentando os quartos para o período noturno, momento em que os ambientes serão utilizados. Tendo isso em vista, beirais longos foram colocados para evitar a entrada do sol durante horários indesejáveis, aliando os dois tipos de vidros: um na parte superior, que recebe a luz e a repassa ao ambiente interno de forma direta. (FIGURA 19 e 20).

Figura 19 - Análise de insolação nos dormitórios



Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

Figura 20 - Análise da insolação na fachada



Fonte: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

3.1.6 CONCLUSÃO

O *The Bridge Homeless Center* é a principal referência para esse trabalho, não só pelo design do edifício, mas principalmente pelo programa e pelas soluções de projeto para tratar desse grupo heterogêneo. É um edifício muito completo e que ganhou diversos prêmios, não apenas por conta do projeto em si, mas também pela forma em que se relaciona com seus usuários e o sentimento que traz a eles na maneira em que são tratados, se tornando referência projetual, conceitual e social.

Ao longo do estudo, serão aplicadas ao projeto do centro de atendimento a soluções formais extraídas, no que se refere a integração entre os moradores, a ressocialização, a utilização de um pátio central que causa relação entre os edifícios e a natureza, as formas simples e retas, as estratégias de sustentabilidade e o programa diversificado.

3.2 Shelter Home

Projeta pelo arquiteto Javier Larraz, se encontra localizada em Pamplona, Espanha, conta com área de 995 m² e foi contruída no ano de 2010.

3.2.1 CONCEITO

O projeto para os Sem-teto, em Pamplona, foi apresentado como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida de um grupo em situação de extrema exclusão social e cujas necessidades são maiores do que obter uma solução temporária para os problemas domésticos e alimentares. (ARCHITIZER, 2015).

A proposta se desenvolve em um conjunto de caixas sobrepostas que protege o seu interior dos olhares externos, mantendo a privacidade dos seus usuários.

O projeto possui uma distribuição racional e modulada, com uma arquitetura sóbria e contida.

3.2.2 ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS

No exterior, o edifício aparece como um elemento calmo e sóbrio, que visa proteger seu conteúdo da curiosidade das pessoas e, ao mesmo tempo, adaptar sua pequena escala a um ambiente muito aberto e pouco degradado, a meio caminho entre o urbano e o Industrial (ARCHITIZER, 2015).

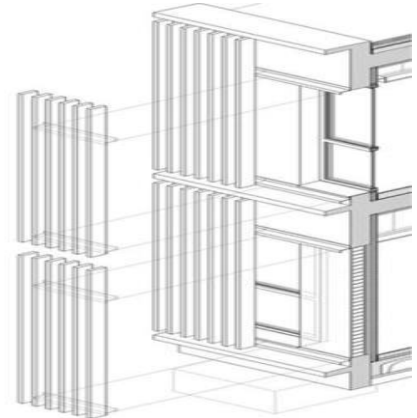
A fachada é composta por um brise formado por perfis comerciais de alumínio revestido em seção retangular cobre externamente o edifício, (FIGURA 21) ocasionando proteção solar, dando uma solução para possíveis problemas de intrusão e garantindo privacidade interna por dentro e alcançando uma seção utilitária e homogênea capaz de adaptar escala e volume ao ambiente (ARCHITIZER, 2015).

O Shelter Home for the Homeless foi projetado com seus pavimentos alinhados. A planta rege simetria, ordena os setores e foi tomado o devido cuidado com o dimensionamento dos ambientes, mantendo-os basicamente com as mesmas metragens para aproveitamento dos espaços.

Figura 21 – Brises



FONTE: LARRAZ ARQUITECTOS, 2021.



3.2.3 INSERÇÃO NO TERRENO E CONTEXTUALIZAÇÃO COM O ENTORNO

O terreno não contempla grandes espaços de área verde, mas encontra-se posicionado em meio à vegetação bem como edificações existentes ao seu entorno, fator percebido na Figura 22.

A proposta de implantação deu-se por meio de um edifício mais horizontal no terreno, com uma forma mais sóbria e sem grandes impactos ao entorno. A integração do interior com o exterior foi alcançada com a permeabilidade das áreas de uso comuns a praça externa.

Figura 22 - Perspectiva Shelter Home.



FONTE: LARRAZ ARQUITECTOS, 2020.

3.2.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FUNCIONALIDADE

A disposição interior promove a convivência entre os desiguais grupos de usuários, e admite atender às diferentes necessidades encontradas em um programa relativamente complexo, apesar de seu espaço limitado: quartos, salas de jantar, oficinas ocupacionais, salas de lazer etc. (ARCHITIZER, 2015).

O edifício deveria atender dois usos diferentes, um albergue para pernoite e uma albergagem de médio prazo, sem interferências e duplicação de serviços. Desta forma, foi proposto acessos independentes para os diferentes usos e um núcleo central com todas as instalações de serviços, a circulação envolve esse núcleo e dá acesso as áreas de estar (quartos, refeitórios, oficinas e áreas de descanso) que estão situadas no perímetro do edifício, beneficiando-se de ventilação e luz natural.

Os estudos apontam a forma com que acontece o fluxo pelos edifícios e as entradas principais que dão acesso ao projeto. (FIGURAS 23 e 24).

Figura 23 - Estudo de fluxos: Planta térrea



FONTE: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

Figura 24 - Estudo de fluxos: Planta do 1º pavimento.



FONTE: ARCHDAILY, 2011; Modificado pela autora, 2021.

3.2.5 SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS EMPREGADOS

O sistema construtivo adotado no projeto foi o *Steel Frame*, que é um sistema industrializado e altamente racionalizado, formado por estruturas de perfis de aço galvanizado, seu fechamento foi feito por placas de fibrocimento na cor equitone. Esse método foi utilizado visando a agilidade na construção, além do custo mais baixo em relação aos sistemas convencionais.

3.2.6 CONCLUSÃO

O edifício de volume sólido que deve proteger seus usuários dos olhares “curiosos” e apresentar-se em escala reduzida de modo a se inserir na paisagem. Particularidades importantes que podem ser adotadas e implementadas neste projeto, sistema do qual possa contribuir para atender as necessidades encontradas, durante o estudo de campo.

No entanto, o projeto Shelter Home, traz ideias de inovação e tecnologia juntamente ligadas a sistemas qualitativos de eficiência funcional, podendo contribuir de forma eficaz para a elaboração deste trabalho de pesquisa.

Mediante ao estudo, serão aplicadas ao projeto do centro de atendimento a soluções formais extraídas, no que se refere à flexibilidade de funcionamento, à utilização estratégica da luz natural e o emprego de brises controlando a incidência solar e causando privacidade ao local.

3.3 La Casa – EUA

La casa foi projetada no ano de 2014 pelos arquitetos: Leo A Daly JV, Studio 27 em Washington, Estados Unidos e conta com uma área de 2728 m².

3.3.1 CONCEITO

La Casa foi projetada para promover a identidade individualizada no contexto da habitação coletiva. A massa do edifício é esculpida no nível da rua para criar uma entrada aberta e convidativa. Camadas de envidraçado proporcionam acesso visual

ao interior, reforçando à comunidade a acessibilidade dos programas internos, ao mesmo tempo que proporcionam segurança.

3.3.2 ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS

Além de maximizar o número de unidades residenciais individuais que poderiam ser acomodadas no pequeno local, a cidade queria redefinir um paradigma de atendimento aos sem-teto que normalmente produz instalações intuitivas anti-sépticas. La Casa é um marco importante para o distrito em seu esforço para redefinir o conceito de habitação para a comunidade de sem-teto.(FIGURA)

Figura 25 - Interior Quartos



Fonte:ARCHDAILY,2021.

O design marcante estimula o orgulho de propriedade, e a segurança e o ambiente doméstico previsível estimulam o crescimento e a mudança contínuos dos residentes.

3.3.3 INSERÇÃO NO TERRENO E CONTEXTUALIZAÇÃO COM O ENTORNO

Em se tratando de espaço aberto, percebe-se que a edificação ocupa aproximadamente 75% do lote, portanto, este é quase nulo neste projeto.

A volumetria é condizente com a tipologia existente no entorno, levando em consideração os alinhamentos das edificações lindeiras bem como a integração de materialidades. Como forma de mobilidade vertical, os abrigados contam com elevador e escadas, estas distribuídas em pontos a suprir a demanda de saída de emergência.

3.3.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FUNCIONALIDADE

A massa geral do edifício é informada pela borda da rua urbana, retrocessos de zoneamento e restrições de altura. Os andares superiores se alinham ao plano de construção zoneado para manter a borda da rua urbana; os primeiros dois níveis dobram-se para fornecer um primeiro plano para a entrada e o pocket park adjacente. (FIGURA 25)

Uma pequena entrada traseira fechada é fornecida pelo sul, que passa pelo refúgio privado de um terraço exterior situado dentro de um pátio. Praticamente, a abertura do pátio reduz a massa do edifício para atingir as proporções necessárias entre o piso e a área, ao mesmo tempo que fornece luz e ar para as unidades voltadas para a parte traseira.

Figura 26 – Fachada



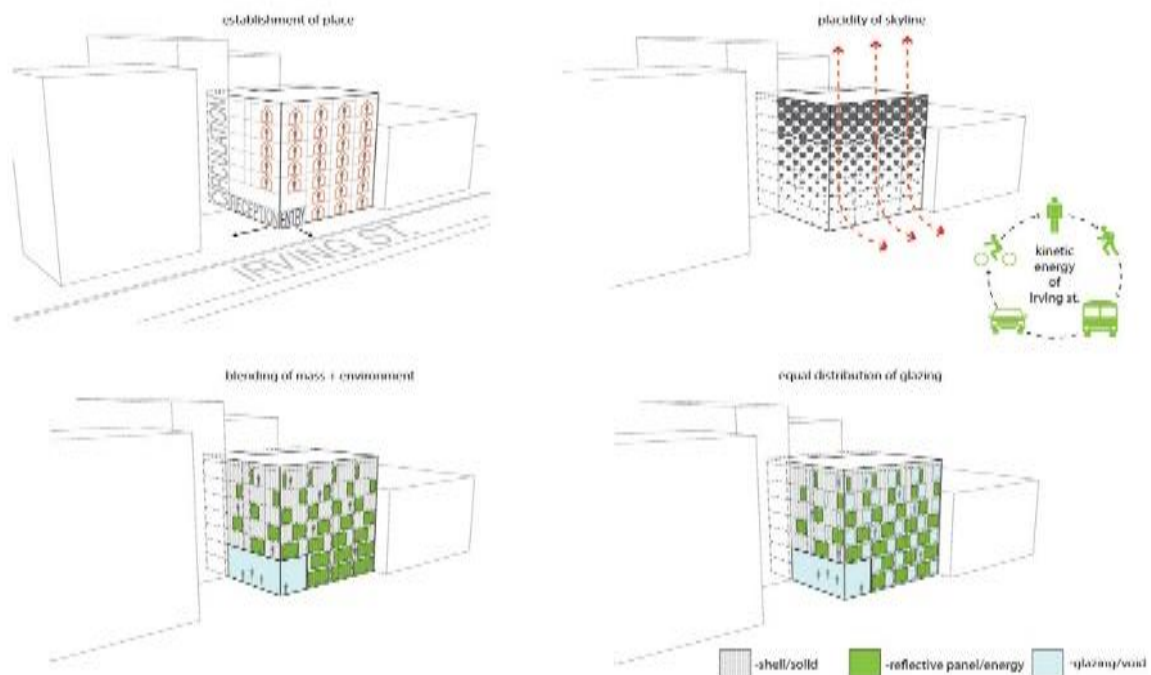
Fonte: STUDIO 27; 2021.

3.3.5 SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS EMPREGADOS

O padrão de vazio sólido da fachada emula os edifícios residenciais multifamiliares adjacentes para atingir uma escala contextual, e a fenestração refina ainda mais essa textura, fornecendo quantidades iguais de envidraçamento para cada unidade habitacional e a padronização de revestimento de fachada para janela foi desenvolvido para permitir que os indivíduos identifiquem facilmente seu andar e unidade particulares e, conseqüentemente, seu lugar na cidade.

fachada principal está voltada para o norte, portanto, a interação de luz, sombra e sombra é limitada. Para contornar esse nivelamento inerente, a equipe de design procurou empregar a luz contrastante de dentro de cada unidade como vazios escurecidos durante o dia e faróis iluminadores à noite. Entre as janelas, o revestimento exterior é composto por um ritmo sincopado de placas de cimento cinzento e painéis Trespa. Esses materiais foram escolhidos por sua estética, durabilidade e resiliência. Eles reduzem os gastos gerais de manutenção do município e fornecem beleza integral que aumenta o contexto animado da Irving Street e a vitalidade da vida noturna da cidade.(FIGURA 26)

Figura 27 - Estudo fachada



Fonte: STUDIO 27; 2021.

Visando o conforto aos abrigados, optou-se pelo piso das unidades serem de concreto exposto e bambu. Já as paredes são todas com pintura branca. STUDIO 27,(2012)

3.3.6 CONCLUSÃO

Habitação de desabrigados, que veio para mudar o conceito deste tipo de moradia. É perceptível que houve preocupação com o design e conforto para oferecer melhores condições àqueles que não possuem moradia própria.

Contudo, as características de fundamentação deste projeto vêm agregar com suas técnicas e oferecer ao estudo deste trabalho de pesquisa, as bases necessárias como por exemplo, funcionalidade, materiais utilizados, as linhas retas, formas geométricas e a escala do edifício.

Por fim conclui-se, que este projeto tem fundamentos interessantes e satisfatórios para a contribuição do plano projetual deste trabalho, com peculiaridades acessíveis e de fato qualitativas para agregar valor ao projeto final. Vem carregando conceitos dos quais tem sido efetivamente notável em muitas obras dentro deste estilo, buscando enfatizar a simplicidade da estética da Arquitetura, tornando a mesma excelente no sistema quesito de funcionalidade.

4. DIAGNÓSTICO

Neste capítulo pode-se analisar os aspectos de inserção e dados relativos do município de Palotina - PR, que por sua vez tem uma grande importância neste plano projetual. Está análise ajudará na escolha do terreno e conseqüentemente nele inserido a proposta do Centro de Acolhida.

4.1 Contexto de Palotina

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico social (IPARDES), o município de Palotina está localizado no Oeste do Paraná, com aproximadamente 32.121 habitantes com área de 652,564 km². Como pode-se analisar na figura 27.

Figura 28 - Mapa de localização do município de Palotina



Fonte: Palotina; alterada pela autora, 2021

Palotina possui seu sistema econômico ligado diretamente à agropecuária, comércio e indústria, a mesma possui um clima temperado, que por sua vez favorece o cultivo de milho e soja. A cidade foi colonizada por colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no ano de 1940, que vieram para cá através da marcha para o Oeste. (IBGE, 2019).

4.2 A Problemática da População em situação de rua na cidade de Palotina

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) relatam que a população em situação de rua pertence, de forma crescente, à paisagem das grandes cidades do mundo. Refere-se à uma parcela da sociedade que, sem residência e sem emprego, recorre à rua como ambiente de subsistência e habitação. O desenvolvimento desse público tem motivado a necessidade de mensurar suas dimensões.

Em uma pesquisa realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Palotina, no ano de 2020, foram abordados 50 indigentes, que foram até a instituição fazer o cadastro.

Através desse levantamento, obteve-se dados importantes para a elaboração de ações a serem implantadas na cidade. De acordo com o CREAS, o sexo masculino representa a maioria das pessoas em situação de rua, estão eles entre 30 e 59 anos.

Assim, com os dados obtidos é possível afirmar que a maioria dos moradores de rua de Palotina é imigrante, ou seja, veio de outros locais para viver no município. Ao explorar a cidade, é possível encontrar muitos indigentes em semáforos, realizando a venda de produtos artesanais e até mesmo pedindo esmolas. Esses indivíduos permanecem expostos à luz solar por um longo período e, inclusive, ficam expostos aos perigos do trânsito.

Dependendo apenas da ajuda da população, estes indivíduos necessitam não apenas de um abrigo, mas de um local que possa atender os diversos tipos de moradores existentes, suprimindo suas necessidades não apenas básicas, mas dando oportunidades e expectativa de um futuro melhor, para que possam se despir dos conceitos de marginalidade e periculosidade, que são atribuídos a eles muitas vezes de forma injusta, proporcionando sentimento de acolhimento, de relação familiar e de humanidade como um todo.

4.3 Fatores Ambientais em relação ao espaço e terreno

Os levantamentos de dados referentes a fatores ambientais do terreno têm sido fundamentais na elaboração do plano projetual, isto é, os conceitos relevantes como localização do terreno, zonas de inserção, acessos em relação ao entorno, posição solar, massas de ar predominantes, entre outros aspectos importantes que possam

favorecer o projeto, é essencial para a elaboração de uma edificação de qualidade e efetiva.

A escolha do terreno se iniciou com alguns pré-requisitos já estabelecidos, que foram definidos através das pesquisas e análises anteriores, são elas:

- Localização próxima ao centro;
- Localização próxima aos principais locais de permanência das pessoas em situação de rua;
- Local em situação de vazio urbano;

O Terreno escolhido está localizado na ZEIK – Zona Especial das Av. Independência e Presidente Kennedy, no qual posteriormente será analisado sua futura aprovação pelo setor público.

Logo abaixo, na figura 28 analisaremos o mapa de Zoneamento do Município de Palotina, no qual o terreno se encontra.

Figura 29 - Mapa de zoneamento do município de Palotina



Fonte: Lei de zoneamento e Ocupação de solo de Palotina, 2021.

Conclui-se através dessa análise superficial do Mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo do Município de Palotina, a cidade é dividida entre zonas que possibilitam o crescimento ordenado do território, facilitando a organização do espaço. Se destaca na região oeste do mapa, a localização do terreno proposto, afirmando que o mesmo está inserido na ZEIK – Zona Especial das Av. Independência e Presidente Kennedy.

A análise do terreno será feita com base nos quesitos de localização, facilidades de acessos, edificações em seu entorno, aspectos ambientais e outros parâmetros que possam ser relativos e de interferência na implantação do edifício.

Conforme a Figura 30, o terreno possui parâmetros a serem seguidos no decorrer do plano projetual, são dados importantes e relevantes para a consolidação de um projeto legal.

Figura 30 - Parâmetros de uso e ocupação do solo para a zona especial de interesse social

ZONA ESPECIAL DAS AV. INDEPENDÊNCIA E PRES. KENNEDY (ZEIK)	Lote Mínimo (m ²)	Frente Mínima (m)	Gabarito Máximo (pav.)	Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação (TO)	Taxa de Permeabilidade (TP)	Recuo Mínimo (m)		
				Mínimo	Básico	Máximo			Frontal	Lateral	Fundos
Comércio ou serviço especial	300,00	10,00	10	0,40	4,00	4,00	70%	10%	0,00 ²	0,00 ²	3,00
Equipamento comunitário 1	300,00	10,00	10	0,30	3,00	3,00	70%	10%	0,00 ²	0,00 ²	3,00
Equipamento comunitário 2	300,00	10,00	10	0,30	3,00	3,00	70%	10%	0,00 ²	0,00 ²	3,00
Equipamento comunitário 3	300,00	10,00	10	0,40	4,00	4,00	70%	10%	0,00 ²	0,00 ²	3,00
Indústria Nivel 1	300,00	10,00	2	0,10	1,00	1,00	60%	20%	3,00	1,50	3,00
Indústria Nivel 2	300,00	10,00	2	0,10	1,00	1,00	60%	20%	3,00	2,00	3,00

Fonte: Site do município de Palotina; 2021

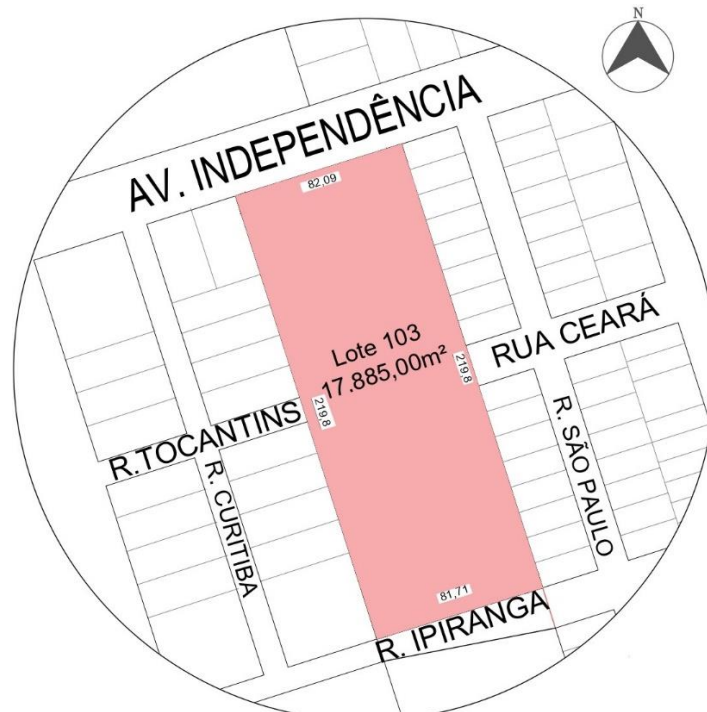
4.4 Pesquisa de campo

Para melhor compreensão do terreno, foi realizada visita de campo, a fim de registrar as condicionantes do lote físicas e ambientais e as principais vistas do entorno.

De acordo com o levantamento de dados o terreno possui uma área total de aproximadamente 17.885,00m² (dezessete mil, oitocentos e oitenta e cinco metros

quadrados). O mesmo está inserido abaixo com suas respectivas dimensões e confrontações. (Figura 31).

Figura 31 – Terreno



Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

As Avenidas Independência e Presidente Kennedy são as principais vias da cidade, destacam-se por ser um grande eixo de comércios e serviços, além de possuir acessos para outros municípios em suas extremidades, e conseqüentemente, conta com o fluxo de carros da cidade de Palotina e região. Sendo assim, o terreno conta com boa visibilidade e fácil acesso à toda a população, fato este de extrema importância para a locação do projeto.

Observa-se que o acesso principal para se conectar com a edificação, será direcionada para a Avenida Independência, pois o mesmo ponto possui facilidade de locomoção e segurança para a comunidade local.

Na análise do perímetro de 1000 metros, pode se observar a proximidade do terreno com a área central da cidade e com pontos relevantes da cidade como o Hipermercado C.VALE, Lago Municipal, PGTUR, assim como os locais de permanência desses indivíduos como a Praça Central, Igreja Católica (Matriz), Rodoviária, por sinal, faz parte da rota que os moradores realizam em seu cotidiano.

Figura 32 - Análise de proximidades



Fonte: EARTH, Editado pela autora, 2021.

Figura 33 - Insolação e ventilação



Fonte: EARTH, Editado pela autora, 2021

Quanto às condições ambientais, o terreno recebe forte incidência solar na vista da Avenida Presidente Kennedy, como exposto no mapa de insolação (FIGURA 32).

Este possui boa ventilação, uma vez que não há barreiras significativas em seu entorno, sendo que os ventos predominantes de Palotina são provenientes do Leste.

Os fatores ambientais que interferem e favorecem o terreno, estão ligados diretamente com as condicionantes do plano projetual que será elaborado.

O terreno não apresenta porte de árvores, o que favorece a implantação do projeto. Entretanto, será produzido juntamente com o projeto do Centro de Acolhida um projeto de arborização do entorno do terreno, isso fará com que diminua ruídos e colabore com a temperatura da edificação.

O entorno do terreno escolhido possui toda infraestrutura necessária para a implantação da proposta deste projeto. Contudo, seus acessos principais deverão seguir o plano projetual, no qual deverá ser revisto com cautela.

Logo abaixo, pode-se observar uma sequência de imagens,(Figura 34 a 49) que foram retiradas no local, como parte do levantamento dos dados relativos aos aspectos ambientais.

Figura 34 - Vista da Avenida Independência



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Figura 35 - Vista da Rua Ceará



Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Figura 36 – Vista da Rua Ipiranga



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este item do trabalho tem como premissa especificar de forma qualitativa tópicos que foram importantes para o desenvolvimento do plano projetual, contudo mostrará aspectos que foram desenvolvidos através das informações coletadas do referencial teórico, obras correlatas e de conhecimento pessoal. Como por exemplo constará programa de necessidades, memorial justificativo, memorial descritivo, conceito, partido arquitetônico, plano massa e fluxograma.

5.1 Programa de necessidades e pré-dimensionamento

O plano de projeto foi baseado nas pesquisas feitas sobre o tema durante o estudo inicial, sendo elas diretamente ligadas à população em situação de rua e indiretamente através dos estudos de caso de projetos que se propunham a abordar a mesma temática, o apoio e suporte à população nestas condições.

Fundamentado nestas pesquisas, optou-se por um programa que proporcionasse não somente a opção de higienização e um local para pernoitar, mas também outras necessidades básicas e ainda mais, disponibilizar assistência para que os usuários tenham uma perspectiva maior e real de reinserção na sociedade.

O plano foi criado levando em consideração o número atual de pessoas em situação de rua do município.

Tabela 1 - Programa de necessidades Geral

SETOR	AMBIENTE	QUANTIDADE E	(m ²)	TOTAL
ACOLHIMENTO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	15,00	607,96
	B.W.C PNE	2	10,00	
	DORMITÓRIO PNE FEM. E MASC.	2	20,00	
	DORMITÓRIO FAMILIAR	4	80,00	
	DORMITÓRIO FEMININO	10	100,00	
	DORMITÓRIO MASCULINO	10	100,00	
	B.W.C MASCULINO	1	39,25	
	B.W.C FEMININO	1	39,25	
	LAVANDERIA	2	41,20	
	ESTENDAL	2	43,26	
	ESTACIONAMENTO COBERTO CARRINHOS	1	120,00	
ESTUDO/ CAPACIDADE	OFICINA EXTERNA DE JARDINAGEM	1	49,00	463,90
	OFICINA EXTERNA DE MARCENARIA	1	49,00	
	OFICINA EXTERNA DE RECICLAGEM	1	49,00	
	OFICINA EXTERNA DE CONSTRUÇÃO	1	49,00	
	BIBLIOTECA	1	50,00	
	SALA DE ESTUDO	1	30,00	
	SALA DE INFORMÁTICA	1	48,90	
	SALA DE OFICINA DE ARTE	1	30,00	
	SALA DE OFICINA DE COSTURA	1	30,00	
	SALA DE OFICINA DE ARTESANATO	1	30,00	
	SALA DE TREINAMENTO	1	49,00	

COLETIVO	HORTA	1	50,00	1.783,05
	POMAR	1	53,65	
	QUADRA	1	430,00	
	PLAYGROUND	1	200,00	
	PRAÇA	1	800,00	
	CAPELA	1	40,00	
	PÁTIO COBERTO	1	103,80	
	SALÃO DE BELEZA	1	80,00	
	BANHEIRO EXTERNO FEMININO	1	7,80	
	BANHEIRO EXTERNO MASCULINO	1	7,80	
	BANHEIRO EXTERNO ACESSÍVEL	1	10,00	
ANIMAIS	CONSULTÓRIO VETERINÁRIO	1	20,00	90,22 m ²
	CANIL E SOLÁRIO	5	43,62	
	BANHO E TOSA	1	26,60	
ATENDIMENTO	RECEPÇÃO SECUNDÁRIA	1	41,19	108,99
	B.W.C FEMININO	3	33,90	
	B.W.C MASCULINO	3	33,90	
ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	1	11,37	166,38
	RECEPÇÃO	1	52,25	
	SEGURANÇA	1	12,00	
	DML	1	5,98	
	ADMINISTRAÇÃO	1	20,00	
	SALA DE REUNIÃO	1	21,19	
	ARQUIVO	1	7,50	
	SALA DE ESPERA	1	12,00	
	B.W.C FUNCIONÁRIOS	1	12,09	
	COPA FUNCIONÁRIOS	1	12,00	
ALIMENTAÇÃO	SALA DE CONVIVÊNCIA	1	65,00	563,90
	REFEITÓRIO	1	200,00	
	COZINHA INDUSTRIAL	1	44,15	
	CAMARA FRIA	1	7,00	
	LAVAGEM DE LOUÇA	1	7,00	
	LAVAGEM DE ALIMENTOS	1	7,00	
	DEPÓSITO SECO	1	12,50	
	DML	1	10,00	
PRAÇA/REFEITÓRIO EXTERNO	1	211,25		
SAÚDE	ENFERMAGEM	1	15,00	135,08
	CONSULTÓRIO PSICOLÓGICO	1	15,00	
	CONSULTÓRIO MÉDICO	1	15,00	
	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	1	15,00	
	B.WC	1	4,70	
	D.ML	1	6,00	
	RECEPÇÃO CLINICA	1	35,40	
	SALA DE BOMBAS	1	10,00	
	ESTERELIZAÇÃO	1	8,00	
	EXPURGO	1	5,42	

	LIXO	1	5,56	
FUNCIONÁRIOS	B.W.C/ VESTIÁRIO FEMININO	1	33,97	75,94
	B.W.C/ VESTIÁRIO MASCULINO	1	33,97	
	B.W.C/ VESTIÁRIO ACESSÍVEL	1	8,00	
	ESTACIONAMENTO FUNCIONÁRIOS	9 VAGAS	–	
SERVIÇO	DEPÓSITO	1	29,00	100,75
	CENTRAL DE GÁS	1	2,75	
	CAIXA D' ÁGUA	1	10,00	
	SEGURANÇA	2	6,00	
	LAVABO	2	3,00	
	CISTERNA	1	50,00	
	ESTACIONAMENTO MOTO/CARRO	33 VAGAS	–	

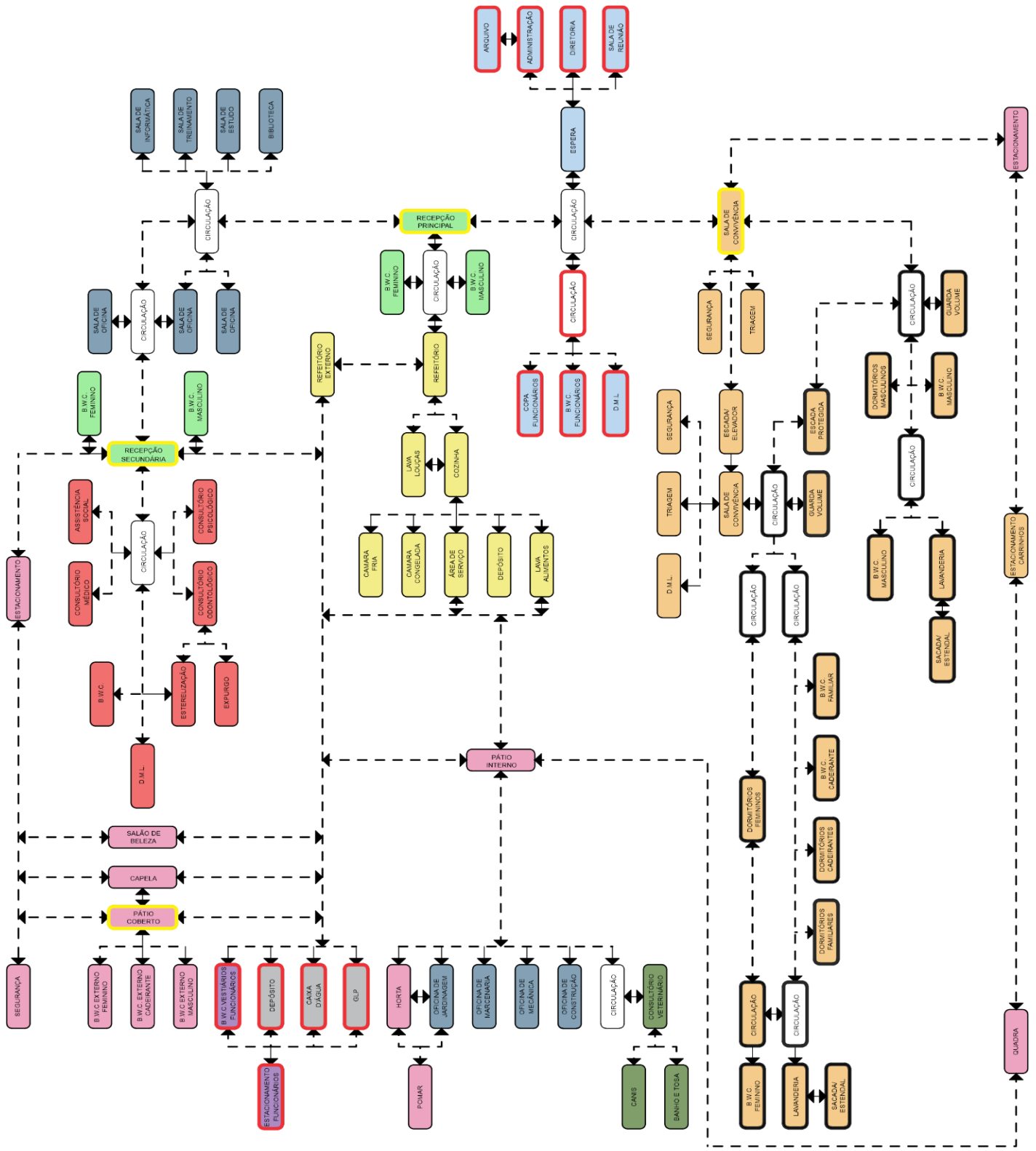
Fonte: Elaborado pela autora,2021.

5.2 Diagramas funcionais

Idealizado a partir das pesquisas desenvolvidas até agora e, conseqüentemente, com a adequação do programa de necessidades, o organograma e o fluxograma foram divididos em setorização para a melhor organização do complexo. No entanto, estes setores foram separados de forma que o edifício oferecesse funcionalidade, ergonomia e conforto aos usuários, os mesmos estão divididos em áreas privativas, administrativas, sociais, educativas e serviços.

O método que foi realizado está inserido visando a eficiência e, que atenda às necessidades dos indivíduos.

Figura 37 – Fluxograma

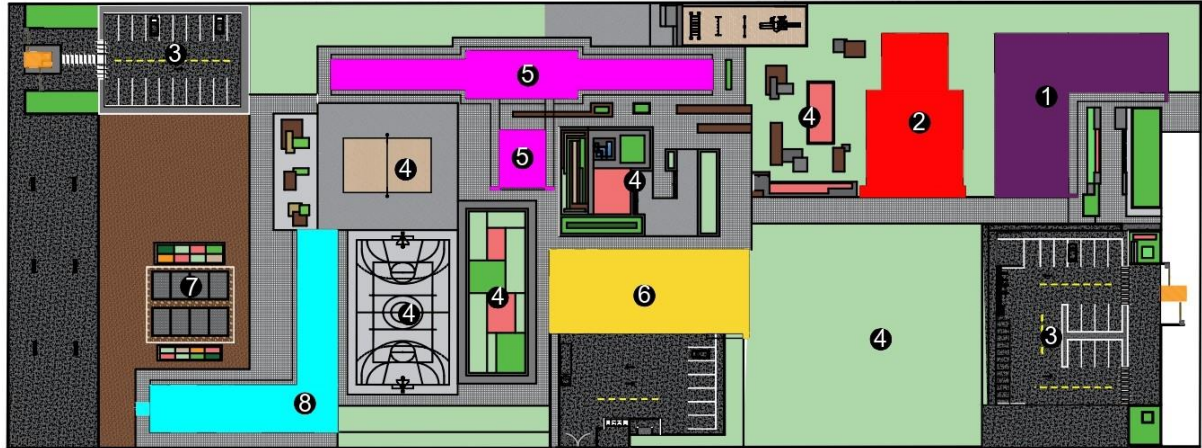


LEGENDA:

- | | | |
|---|--|---|
| ■ ATENDIMENTO | ■ SAÚDE | ■ ACESSOS |
| ■ ADMINISTRAÇÃO | ■ COLETIVO | ■ ABRIGADOS |
| ■ ACOLHIMENTO | ■ FUNCIONÁRIOS | ■ PRIVADO |
| ■ ALIMENTAÇÃO | ■ SERVIÇO | ■ PÚBLICO |
| ■ ESTUDO / CAPACITAÇÃO | ■ ANIMAIS | |

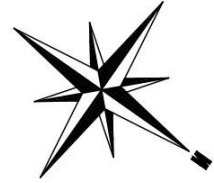
Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Figura 38 – Plano Massa



LEGENDA:

- | | |
|---------------------|--------------------|
| ① RECEPÇÃO + ENSINO | ⑤ DORMITÓRIO |
| ② SAÚDE | ⑥ REFETÓRIO |
| ③ ESTACIONAMENTO | ⑦ HORTA/POMAR |
| ④ LAZER | ⑧ ENSINO + ANIMAIS |



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

5.3 Conceito

Após as pesquisas realizadas, compreendemos que a Arquitetura e o Urbanismo têm grande importância para a consolidação e desenvolvimento do espaço como um todo. No entanto, o progresso da humanidade fez com que o mesmo fosse se adequando com o passar dos anos, tornando assim uma arquitetura mais eficaz. Conseqüentemente, o papel do Arquiteto e Urbanista tem sido cada dia mais fundamental.

Visto que o público alvo é formado por pessoas que necessitam de atenção e assistência, o conceito baseia-se em proporcionar aos usuários do centro comodidade, conforto, privacidade e locais adequados para que seja realizado o atendimento dos serviços propostos, além de fornecer ambientes propícios para a realização de atividades de interação, de estudo e capacitação profissional, para facilitar a reintegração do usuário ao meio civil.

A mesma arquitetura empregada neste plano projetual tende a atender e proporcionar ao público-alvo espaços convidativos, ou seja, um local onde o mesmo vivencie ambientes e espaços estimulantes e que ao mesmo tempo crie integração entre usuários, resgatando o ideal de realinhar as relações humanas entre os usuários, profissionais e comunidade local.

Através do referencial teórico e obras correlatas descritas no decorrer deste trabalho, é possível observar o caminho que o projeto visa seguir. No entanto, o projeto busca primeiramente atender as necessidades dos usuários, tornando assim um edifício do qual seja funcionalista e ergonômico, o mesmo tende a ser uma obra de arte, despertando neles o prazer de estar no local e evoluir conseguindo se inserir novamente na sociedade.

O edifício tende ter uma escala no qual se comporte e se integre ao meio inserido, se conectando com a vegetação e os demais edifícios ao seu entorno, visando a diminuição dos impactos ambientais e socioeconômicos. Com base nas condicionantes ambientais que foram analisadas no espaço, o projeto busca satisfazer e proporcionar as expectativas de um novo lar para essa parte da população.

Por fim, a forma deste complexo tende a seguir formas geométricas simples e lineares, criando volumes de grandes escalas que busque evidenciar o propósito do local e que gerem diferentes sensações aos usuários.

5.4 Partido arquitetônico

O partido arquitetônico adotado para este trabalho tem relação com os aspectos fundamentais estudados até então.

Foram feitos levantamentos de aspectos ambientais. Tais como, as respectivas características do terreno, o que propiciou uma reflexão dos dados relevantes como suas dimensões, formato, o plano planialtimétrico e fluxos locais.

Como o projeto possui um programa de necessidades extenso, com diferentes usos e áreas que serão acessadas pelo público em geral enquanto outras somente pelos acolhidos, a ideia se baseia em pensar nos ambientes e suas conexões de forma a atender todos esses requisitos de maneira funcional e harmônica, além de promover segurança e privacidade.

Buscando trazer familiaridade aos usuários para que eles se sintam parte integrante do local podendo usufruir de ambientes livres e ao mesmo tempo integrados, foi pensando no conceito casa praça, unindo isso ao estilo de vida das pessoas em situação de rua, que moram em praças, ruas e lugares públicos. Desta forma, para fazer essa interação do público com o privado e proporcionar espaços de convívio e lazer serão implantados pátios centrais, uma praça com espaço para atividades físicas e uma quadra junto ao terreno.

A fim de aproveitar melhor as características bioclimáticas do terreno e sua topografia natural, levando em conta uma linguagem moderna e inovadora que fosse também confortável e funcional.

Idealizando segurança, estabilidade, clareza e leveza e desta forma, evitando a inibição e retratação por parte dos usuários, será adotado como partido o uso de formas geométricas simples, com traços retos e simples.

5.5 Memorial Justificativo

O presente trabalho propõe um Centro de Acolhida, na cidade Palotina, no oeste do Paraná, o local será destinado a pessoas em situação de rua, população essa que abrange diversas variáveis que os direcionam a essa condição, como os fatores biográficos que podem ser os rompimentos dos vínculos familiares, transtornos mentais, uso excessivo de álcool e entorpecentes e os fatores estruturais como a ausência de moradia, desemprego, baixa renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social.

Partindo das análises da população em situação de rua em Palotina e principalmente no meio urbano, cria-se uma proposta de um espaço que além de acolher, possa atender as necessidades básicas dessa parcela da sociedade e promover a integração dos meios de assistência, ocasionando mudanças consideráveis a essas pessoas, objetivando futuramente minimizar o habitar das ruas.

O Centro de Acolhida tem como intuito a utilização do local pelos moradores, em benefício próprio, sendo que a cidade não possui um espaço específico destinado a essa população. O terreno escolhido facilita o acesso dos usuários, os quais em sua grande maioria não possuem meios de locomoção, localizado assim no centro da cidade, um local para fixo e estável para dar apoio e suporte aos usuários.

Diante disso, perante a ineficiência de serviços de apoio, crescimento constante deste grupo e a carência de políticas públicas para esses indivíduos, viabiliza-se a construção de um Centro de Acolhida para pessoas em situação de rua, gerando melhorias arquitetônicas, urbanísticas e sociais.

A proposta do plano projetual deste partiu de um conceito de criar um espaço convidativo, ou seja, um espaço no qual o usuário se sinta acolhido e tenha acesso à moradia, trabalho, assistência social, educação, suporte alimentar e nutricional, saúde e cultura, a fim de despertar no usuário a perspectiva de uma nova forma de vida, visando não apenas um local de acolhida, mas também de assistência e suporte.

O centro propõe integração entre espaços harmônicos e de arquitetura minimalista, atrativo visual para os usuários e baixo custo de implementação devido ao uso de materiais e métodos construtivos, com formas simples e objetivas a arquitetura resgata a interação social e recreativa dos usuários. A arquitetura tem como objetivo unir construções ao senso de responsabilidade social, com almejo de melhorar a qualidade de vida da sociedade em geral.

A setorização dos blocos foi disposta conforme as atribuições de cada ambiente, facilitando a circulação e utilização dos usuários, conectados entre praças, espaços recreativos e atrativos visuais e funcionais.

5.6 Memorial Descritivo

A pesquisa e projeto apresentados a seguir tiveram como motivação as condições de vida da população em situação de rua, com foco nos indivíduos que estão inseridos nos centros urbanos.

O programa de necessidades compreende serviços de acolhimento e atendimento oferecido por profissionais da área de assistência social, da saúde e educação, de forma a auxiliarem na inserção dessas pessoas no campo social e profissional.

A edificação está inserida em terreno plano. Possui infraestrutura de rede elétrica, reservatório de água externo e de alvenaria com capacidade de 20.000L. O terreno possui sistema de esgoto, além da coleta de resíduos sólidos, terceirizada pela Prefeitura.

Trata-se de uma edificação minimalista, com forma geratriz o retângulo, onde os blocos são interligados por caminhos e praças em linhas retas no mesmo conceito. Com fechamento em blocos de concreto e com estrutura metálica para cobertura de telha de fibrocimento, com alguns fechamentos em zinco, beirais de ferro e forro de pvc amadeirado. Centro de Acolhida composto por cinco blocos e duas guaritas, todos de um pavimento com a área total construída de 2.706,35 metros quadrados. Tais soluções vem de encontro às necessidades oriundas da racionalização dos processos construtivos, e onde as cores são as próprias texturas dos materiais, O projeto segue rigorosamente as recomendações de acessibilidade dispostas nos da ABNT.

Os acessos de veículos são feitos através de duas guaritas, uma localizada na Avenida Independência, para funcionários e visitantes e a outra na Rua Ipiranga, a qual atenderá os usuários e funcionários, um terceiro acesso mais restrito e de serviço, com estacionamento para funcionários, recebimento de materiais e alimentos, e retirada de resíduos recicláveis e orgânicos, se dá através da rua Ceará, e um acesso próximo ao bloco de acolhimento para usuários através da rua Tocantins

O bloco 1 – estudo e administrativo, com área total de 603,19 metros quadrados, sendo a edificação de entrada, a recepção, onde possui toda parte administrativa, assistência social e algumas salas de estudos, sua volumetria minimalista, com poucos elementos e volumes, já proporciona a identidade visual de todo o complexo, de frente para rua principal do Centro, a Avenida Independência. O bloco possui uma de suas laterais direcionada para Oeste, possui brises verticais para minimizar a entrada de sol.

O bloco 2 – coletivo e saúde, já é um bloco mais elaborado esteticamente, com uso de elementos mais robustos, mas sem alterar o contexto geral. Neste bloco de 479,91 metros quadrados, está localizado os consultórios de atendimento clínico, um salão de beleza e capela ecumênica.

O Centro acolherá um total de 34 pessoas distribuídas em dois blocos, sendo um de uso individual separado por femininos e masculinos, 9 unidades para cada gênero, e um bloco familiar com 4 dormitórios com capacidade para 3 pessoas cada, e possuem 2 dormitórios com acessibilidade sendo eles individuais, um feminino e um masculino. Todos dispostos em uma metragem de 538,34 metros quadrados no bloco 3 – acolhimento, com banheiros e lavanderia para utilização dos usuários.

O espaço destinado a alimentação está localizado no bloco 4 – alimentação, o qual dispõem de um refeitório, cozinha e toda a parte de serviço como a recepção e preparo de alimentos, GLP e uma área de convivência.

Os usuários poderão usufruir do centro para gerar renda, com um espaço de banho e tosa para animais de pequeno porte, um pomar, horta, marcenaria dentre outras oficinas, este é o bloco 5 – capacitação e serviço, onde se localiza também o espaço de apoio aos funcionários, como sanitários e área de convivência, o bloco possui 510,89 metros quadrados.

Todos os blocos são distribuídos no terreno e separados por praças com bancos e arborização, playground, academia, quadras de esportes e áreas de convivência.

O conceito busca desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente e rotina familiar, estabelecendo vínculos entre o espaço, promovendo hábitos e atitudes de autonomia, além de favorecer o convívio familiar, comunitário e a interação social dos mesmos utilizando os equipamentos e serviços disponíveis no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de que se chegue a um plano projetual efetivo, na melhoria de vida do público-alvo, é importante que as pesquisas realizadas e os dados obtidos sejam a base do processo de criação. Contudo, é importante destacar que todo processo de construção do trabalho se baseia em fundamentações existentes ou que já existiram no decorrer da evolução. possibilitando desta forma, a adequação desses ideais e estilos que fomentaram o progresso, gerando assim uma metodologia da qual se modernize com os avanços da tecnologia atual.

A pesquisa realizada ofereceu dados dos quais tem grande importância para a materialização deste plano projetual. Os conceitos adquiridos e propostos a serem aplicados constituirá um edifício com características próprias, ambientes e espaços bem projetados para dar uma nova oportunidade para os usuários.

As pesquisas bibliográficas, estudos de caso, levantamento de dados ambientais e o conhecimento pessoal proporcionou a conceitualização de um programa de necessidades no qual foi necessário aplicá-lo de forma coerente na elaboração do projeto arquitetônico, para que assim o mesmo atenda as carências encontradas no espaço urbano.

Por fim, o trabalho tem como premissa oferecer para a cidade de Palotina um novo espaço de oportunidades, compenetrado a diversos fatores como a educação, respeito ao meio ambiente e aspectos socioeconômicos e visando a qualidade de vida dos usuários. Proporcionando desta forma, um espaço inovador e adequado para a melhoria da qualidade de vida dos vulneráveis.

A escolha deste tema foi de fato satisfatória para o desenvolvimento e conhecimento profissional e pessoal, conclui-se que os objetivos apresentados foram coerentemente aprimorados e concluídos no decorrer deste plano projetual, o que pressupõe que o resultado deste estudo é significativo para o conhecimento técnico aperfeiçoado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

À MARGEM DA IMAGEM. Direção e produção de Evaldo Mocarzel. Brasil, 2003.

ARCHDAILY. **Shelter Home for the Homeless / Javier Larraz.** 05 de abril de 2011a. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-thehomeless-javier-larraz/>>. Acesso em 12 de maio de 2021

_____. **The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partners.** 01 de março de 2011b. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/115040/the-bridgehomeless-assistance-center-overland-partners/>>. Acesso em 12 de maio de 2021.

ARCHITIZER. **Shelter Home for the Homeless.** 23 Mar 2015. Disponível em: <https://architizer.com/projects/shelter-home-for-the-homeless/>. Acesso em 12 de maio de 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL ARQUITETURA. **Apresentação.** 2015. Disponível em: <http://brasilarquitetura.com/#>. Acesso em 14 de maio de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001 (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.** Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Desktop/imagens/Lei%2008.742%20-%2007.12.1993.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de políticas e programas.** – Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.** – Brasília, DF: Gráfica Editora Brasil LTDA, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em 05 de abril de 2021.

_____. **Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre A População Em Situação de Rua**. Meta – Instituto de Pesquisa de Opinião. Secretária de avaliação e gestão da informação. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2008.

Disponível

em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_a_pre_ndendo_a_contar.pdf. Acesso em 20 de abril de 2021.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 5ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2010.

BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua. Petrópolis: Garamond, 2003.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2000.

CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESQUINCA, Michelle Marie Méndez. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua dos bairros Sé e República**/ Michelle Marie Méndez Esquina. – São Paulo, 2013. 254 p.: il. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. São Paulo, Cortez, 2000.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas e SAS / PMSP – Secretaria

Municipal de Assistência Social. **Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo 2009 / 2010**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/censo_133873_4359.pdf. Acesso em 05 de abril de 2021.

GIORGETTI, Cassio. **Vida que segue, rua que muda** – 1º ed. São Paulo, SP: Ed. Clube de autores, 2017. 65p.: il.

GUARDADO, Mariana. M. Steven Holl. **A poética do concreto**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/80274>>. Acesso em: 5 de maio 2021.

GURGEL, Miriam. **Projetando espaços: guia da arquitetura de interiores para áreas comerciais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. População no último censo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/panorama>>. Acesso em: 10 maio 2021.

JCRB. **Alvenaria com blocos de concreto**. JCRB Blocos, São Paulo, 11 nov. 2013. Disponível em: <http://jcrb.com.br/alvenaria-com-blocos-de-concreto/>. Acesso em 27 de junho de 2021.

LAFARGEHORCIM. **6 vantagens do bloco de concreto estrutural para a sua obra**. Cimento Mauá, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://cimentomaua.com.br/blog/bloco-de-concreto-estrutural/>. Acesso em 27 de Maio de 2021.

LARRAZ ARQUITECTOS. **Studio**. Disponível em: <http://www.larrazarquitectos.com/nosotros.php/idioma/en#top>. Acesso em 12 de maio de 2021.

LENZ, Andrea. **O que é drywall e como aplica-lo**. Casa com Moda, 07 nov. 2019. Disponível em: <http://www.casacommoda.com.br/2019/07/o-que-e-drywall-e-comoaplica-lo.html>. Acesso em 27 de maio de 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre, Bookman, 2011.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995 – 2005**. Dissertação – Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SIMÕES JR., José Geraldo. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.

SNOW, David e ANDERSON, Leon. **Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1988.

VIDIGAL, Ana Carolina e GONDIN, Pollyanna Rodrigues. **Desenvolvimento capitalista e o serviço social** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177665>. Acesso em 2 de maio de 2021.

VIEIRA, E. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 67-79, mar/1997.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (org); ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.); BEZERRA, Eneida Maria Ramos (org.). **População de rua – quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: ed. Hucitec, 2004.

WHITAKER FERREIRA, João Sette. **São Paulo metrópole subdesenvolvida: para que(m) serve a globalização?** São Paulo: FAUUSP, 2000.

TEMA

O presente trabalho propõe a concepção de um Projeto Arquitetônico para um Centro de Acolhida, uma alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social atendendo as exigências de conforto, ergonomia e funcionalidade.

CONCEITO E PARTIDO

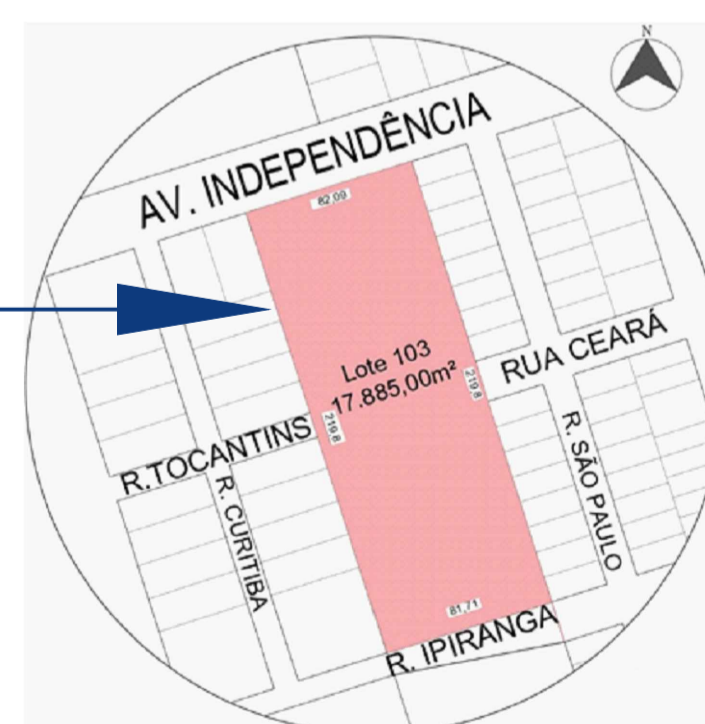
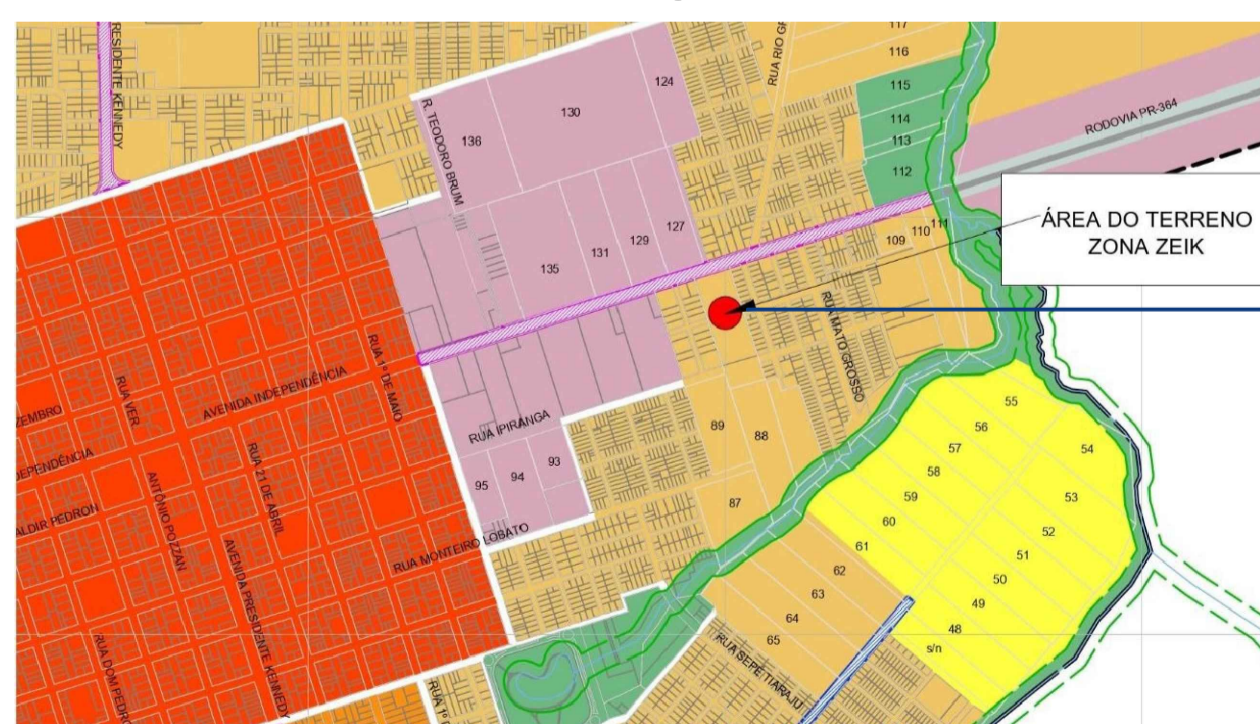
O projeto visa atender a proposta de um edifício específico destinado a população que se encontra em vulnerabilidade social, oferecendo aos usuários um local apropriado de conforto e segurança, seguindo a hipótese de que espaços bem estruturados são fundamentais para que haja reinserção social do público-alvo. Serão explanadas e organizadas as diretrizes para a elaboração do plano projetual visando a diminuição dos impactos ambientais e socioeconômicos, criando assim, uma Arquitetura que seja vivenciada e inspiradora para a consolidação do desenvolvimento de qualidade de vida urbana.

LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes a fatores ambientais do terreno foram fundamentais na elaboração do plano projetual, isto é, os conceitos relevantes como localização do terreno, zonas de inserção, acessos em relação ao entorno, posição solar, massas de ar predominantes, entre outros aspectos importantes favorecem, é essencial para a elaboração de uma edificação de qualidade e efetiva.

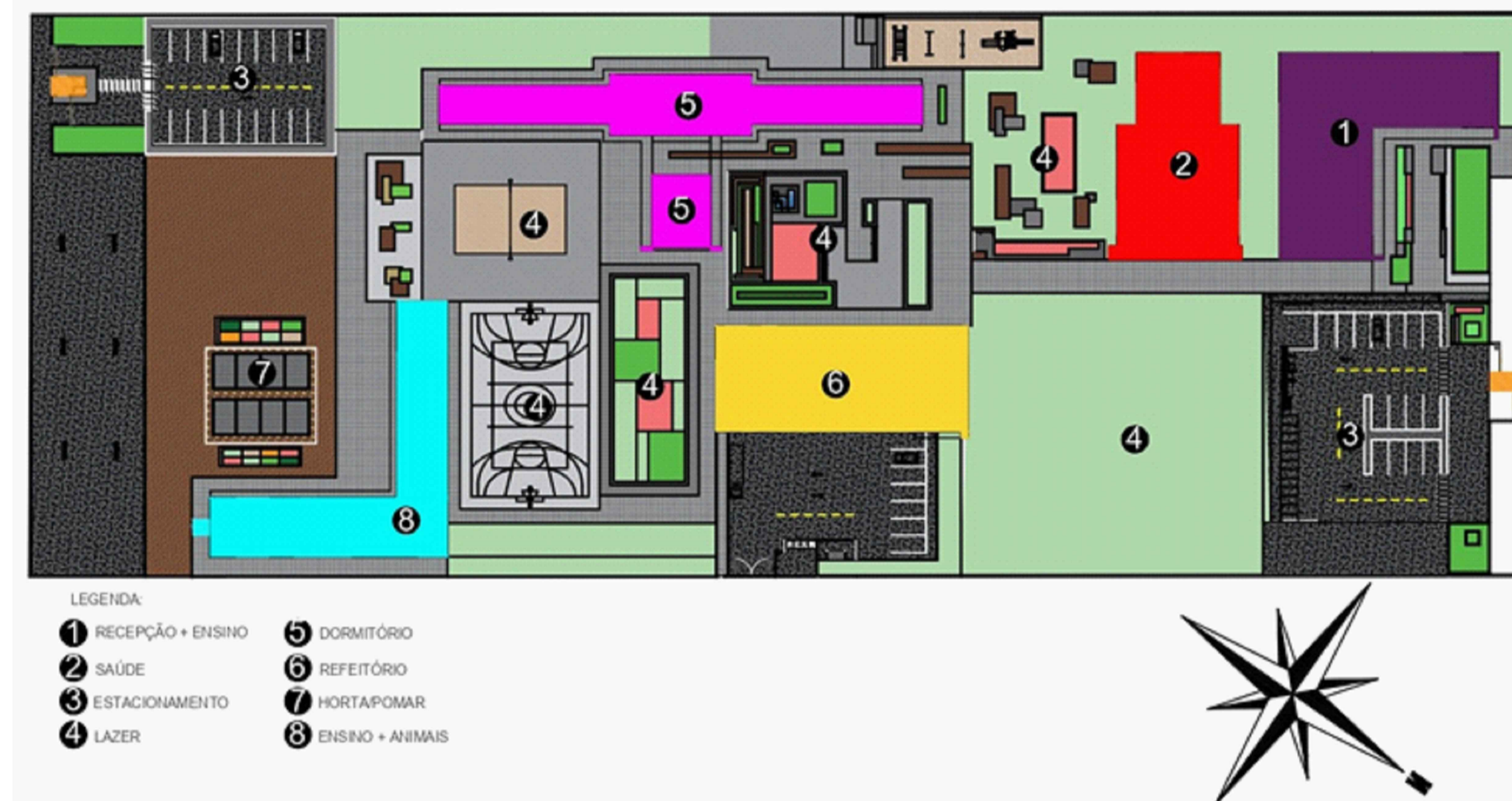
A escolha do terreno se iniciou com alguns pré-requisitos:

- Localização próxima ao centro;
- Localização próxima aos principais locais de permanência das pessoas em situação de rua;
- Local em situação de vazio urbano;



MEMORIAL JUSTIFICATIVO

O centro propõe integração entre espaços harmônicos e de arquitetura minimalista, atrativo visual para os usuários e baixo custo de implementação devido ao uso de materiais e métodos construtivos, com formas simples e objetivas a arquitetura resgata a interação social e recreativa dos usuários. A setorização dos blocos foi disposta conforme as atribuições de cada ambiente, facilitando a circulação e utilização dos usuários, conectados entre praças, espaços recreativos e atrativos visuais e funcionais.



MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto teve como motivação as condições de vida da população em situação de rua na cidade de Palotina, com foco nos indivíduos que estão inseridos nos centros urbanos. O programa de necessidades compreende serviços de acolhimento e atendimento oferecido por profissionais da área de assistência social, da saúde e educação, de forma a auxiliarem na inserção dessas pessoas no campo social e profissional.

Com forma geratriz o retângulo, onde os blocos são interligados por caminhos e praças em linhas retas no mesmo conceito. Com fechamento em blocos de concreto e com estrutura metálica para cobertura de telha de fibrocimento, com alguns fechamentos em zinco, beirais de ferro e forro de pvc amadeirado.



Recepção e Ensino



Saúde



Horta e animais



Dormitórios

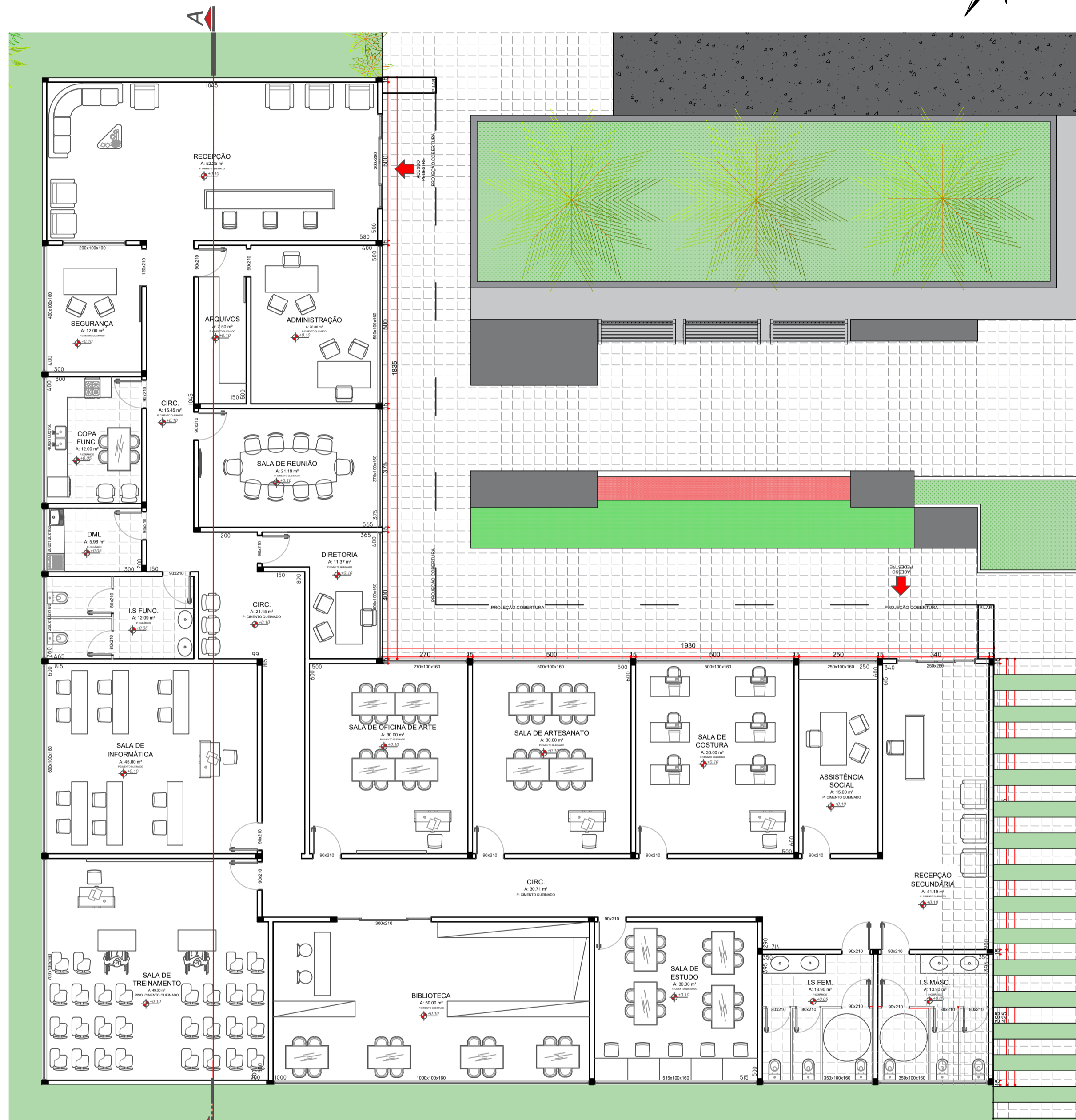


Refeitório

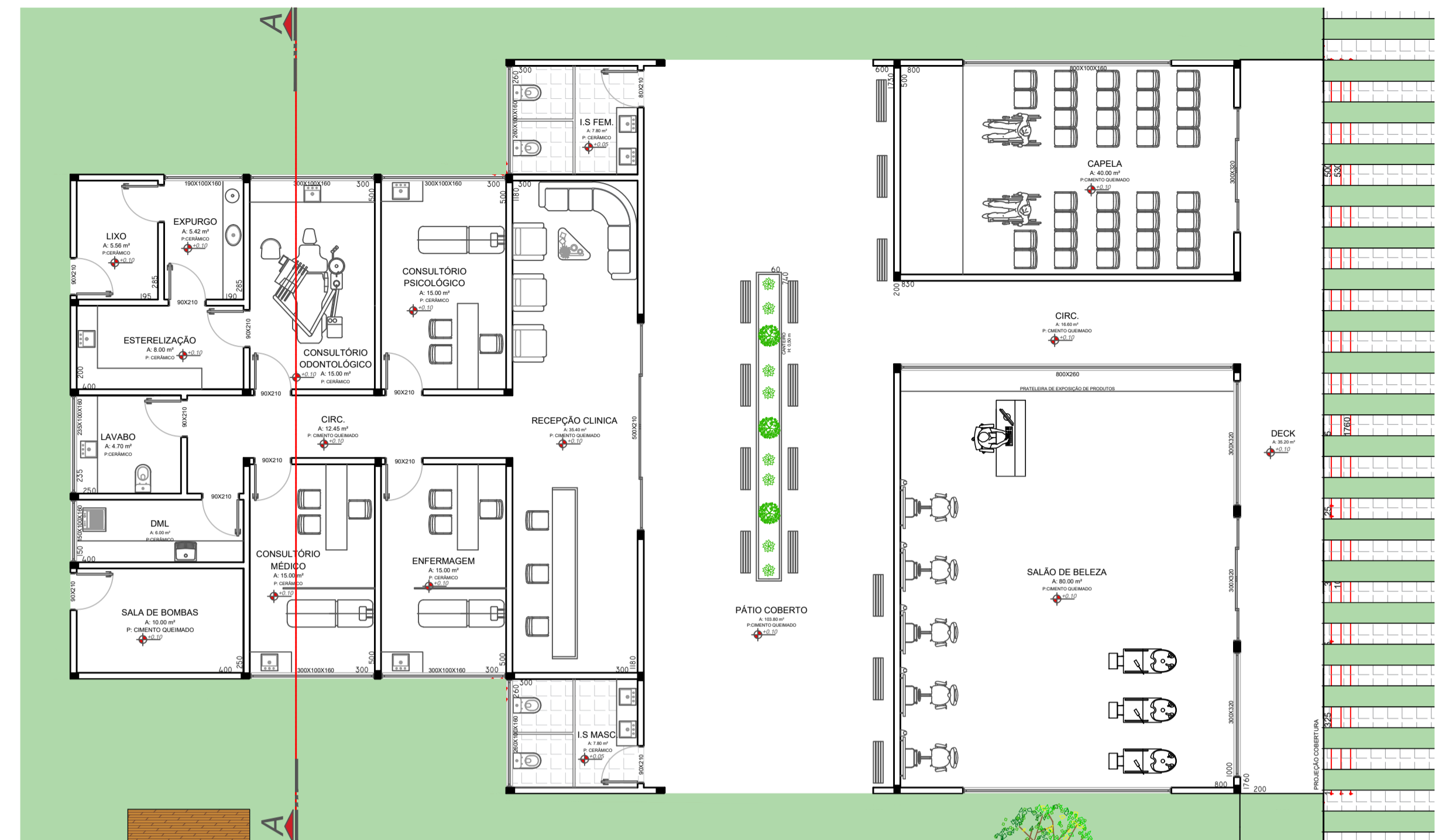


IMPLANTAÇÃO
esc: 1/250

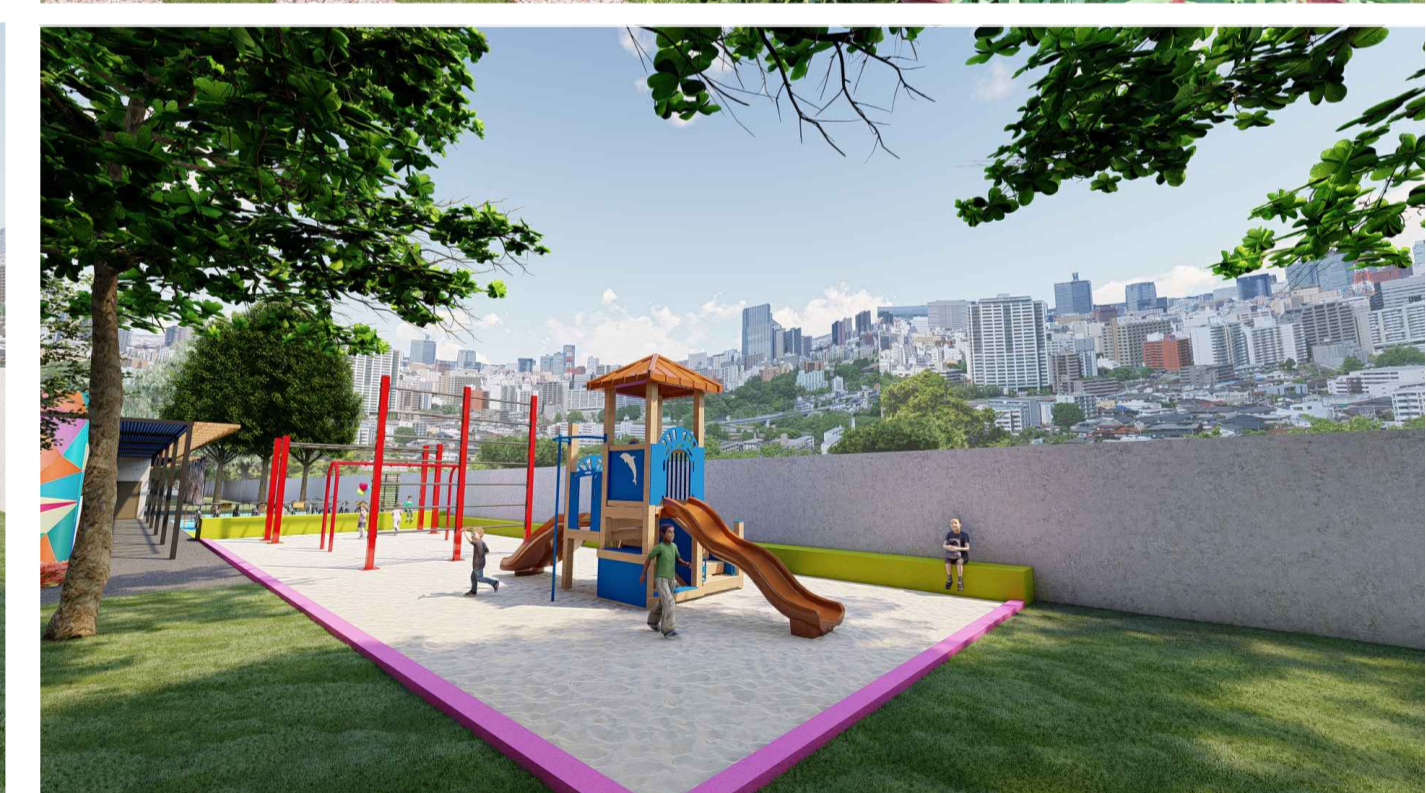
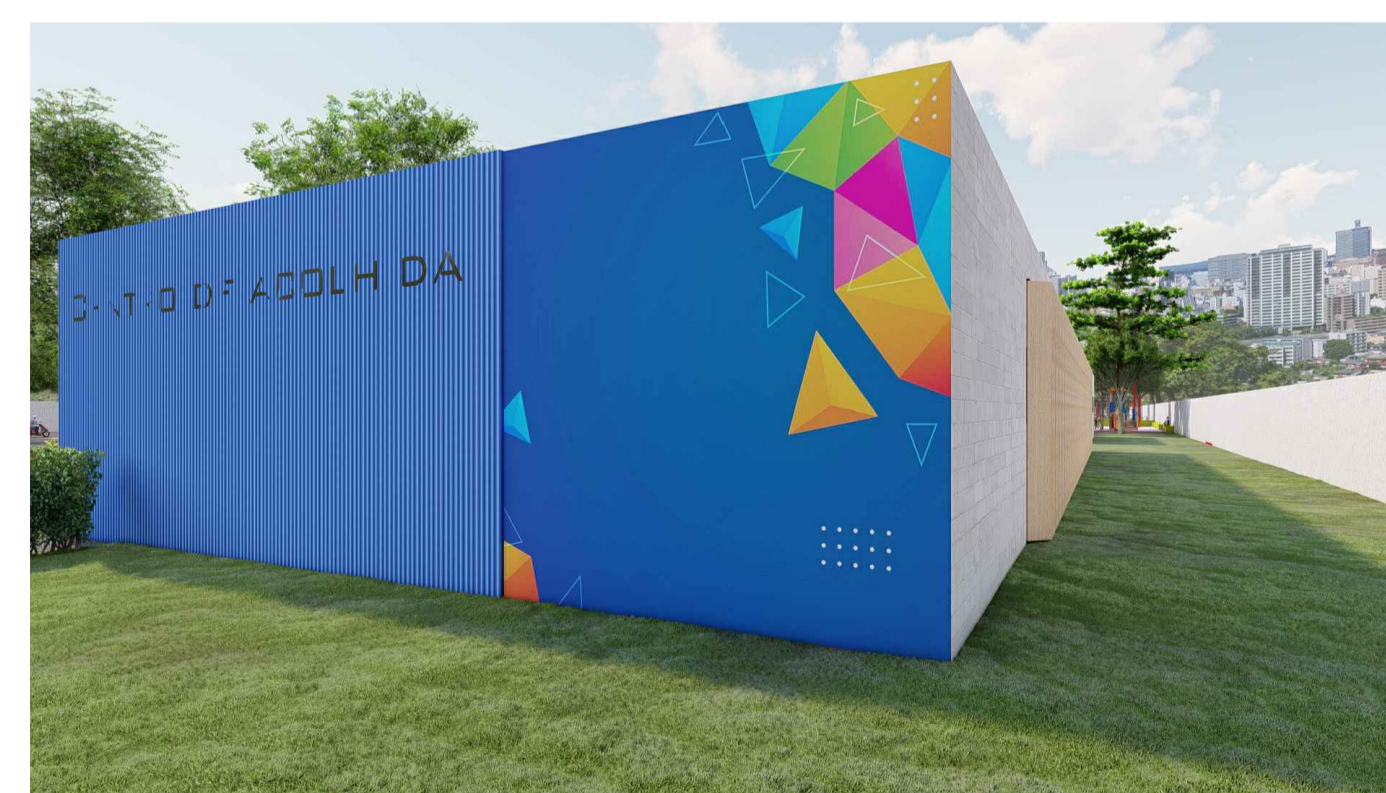
Estatística/ tabela de parâmetros	
área total do terreno	17.885.00 M ²
taxa de ocupação	2.706,35/ 15.13%
coeficiente de aproveitamento	0.151



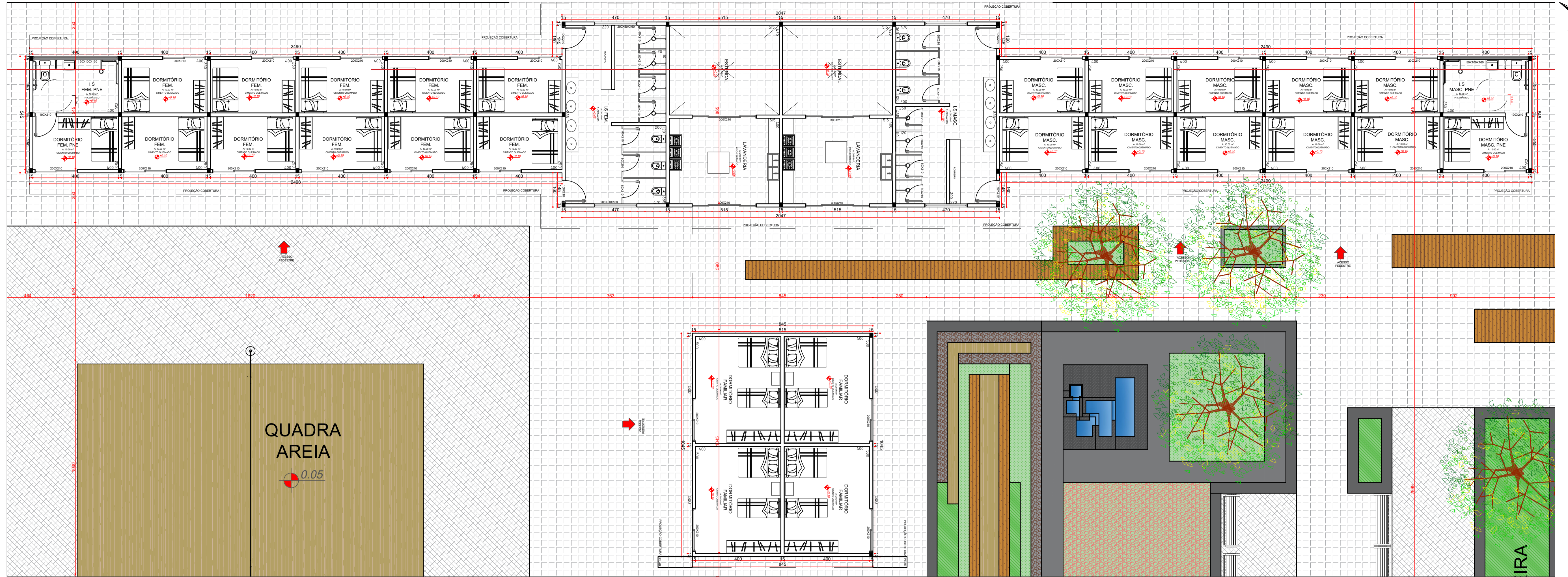
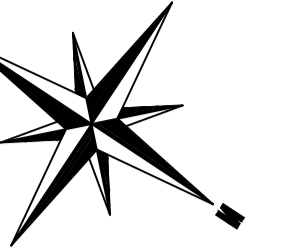
PLANTA BAIXA - BLOCO 1
esc: 1/100



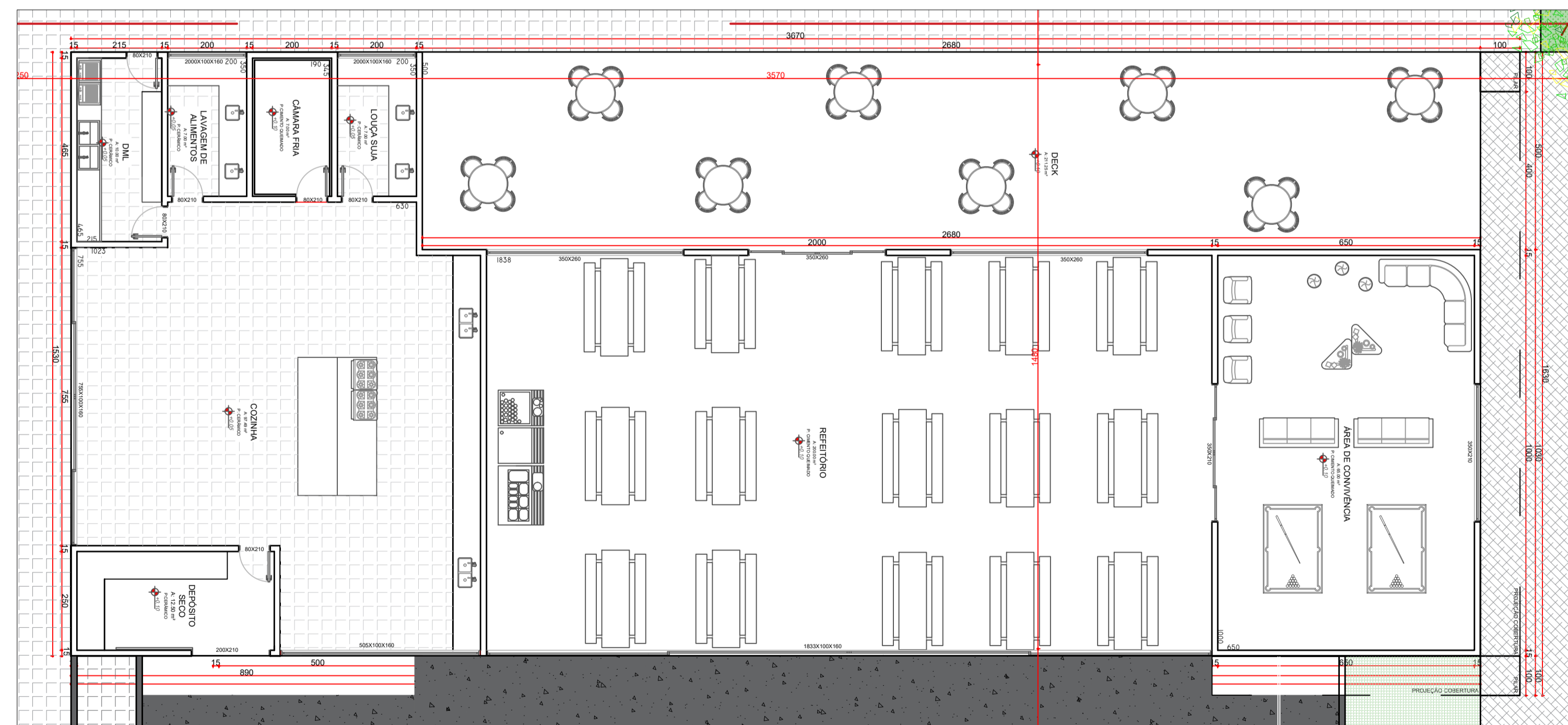
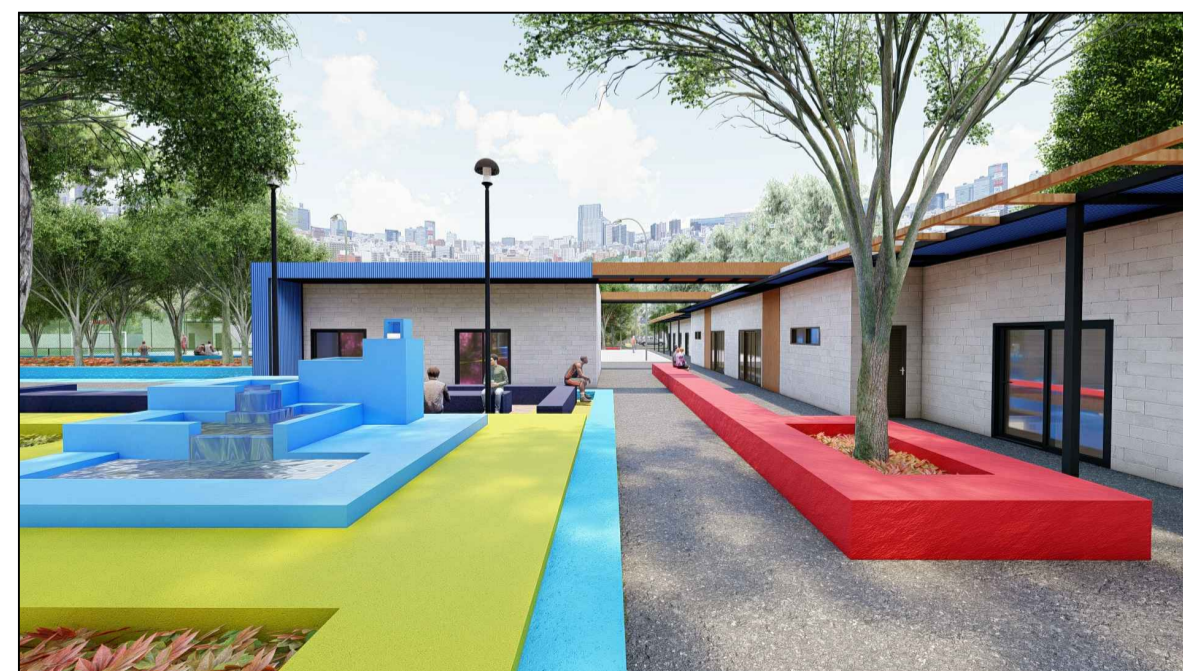
PLANTA BAIXA - BLOCO 2
esc: 1/100



PERSPECTIVAS
sem escala

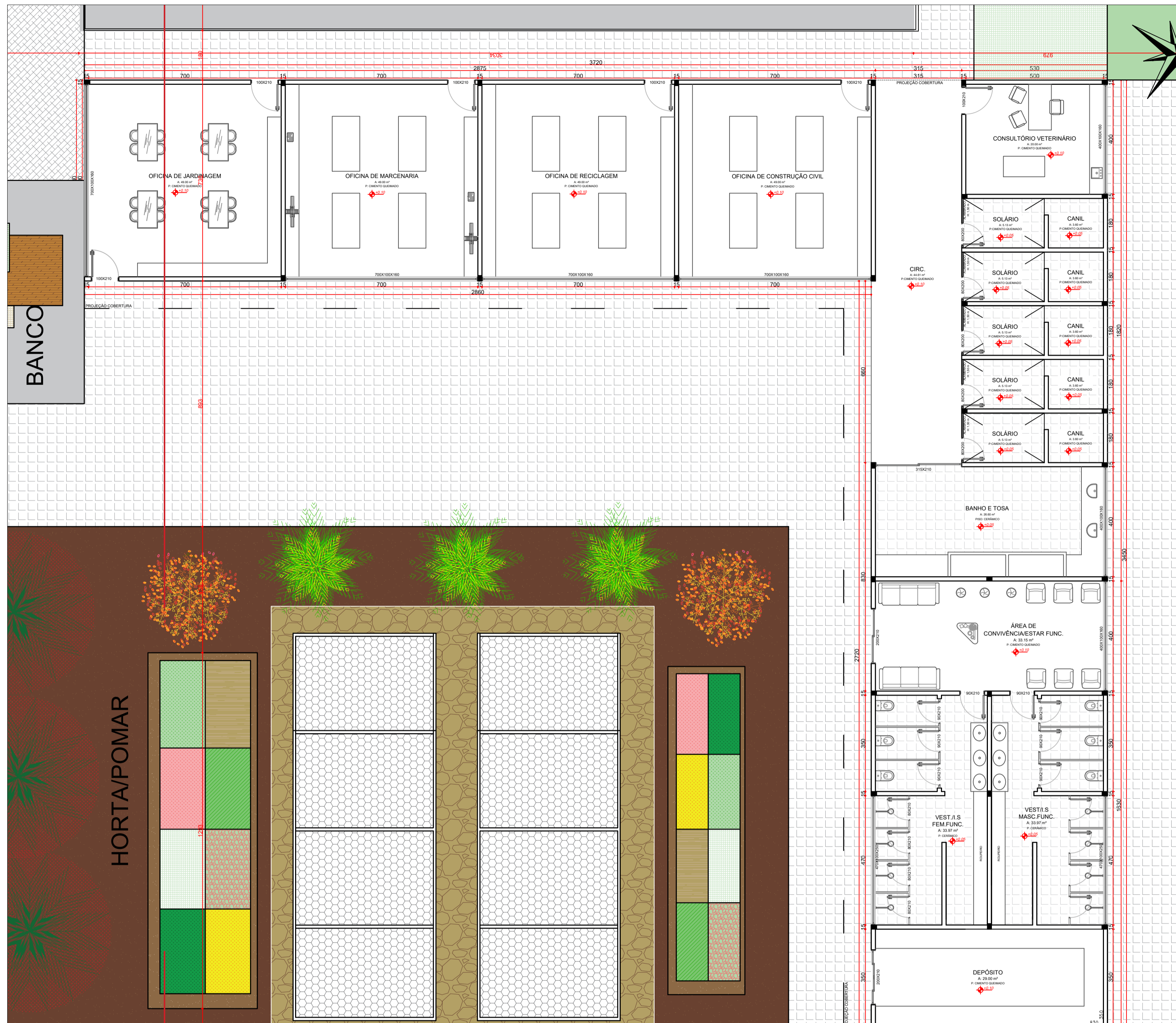


PLANTA BAIXA - BLOCO 3
esc: 1/100

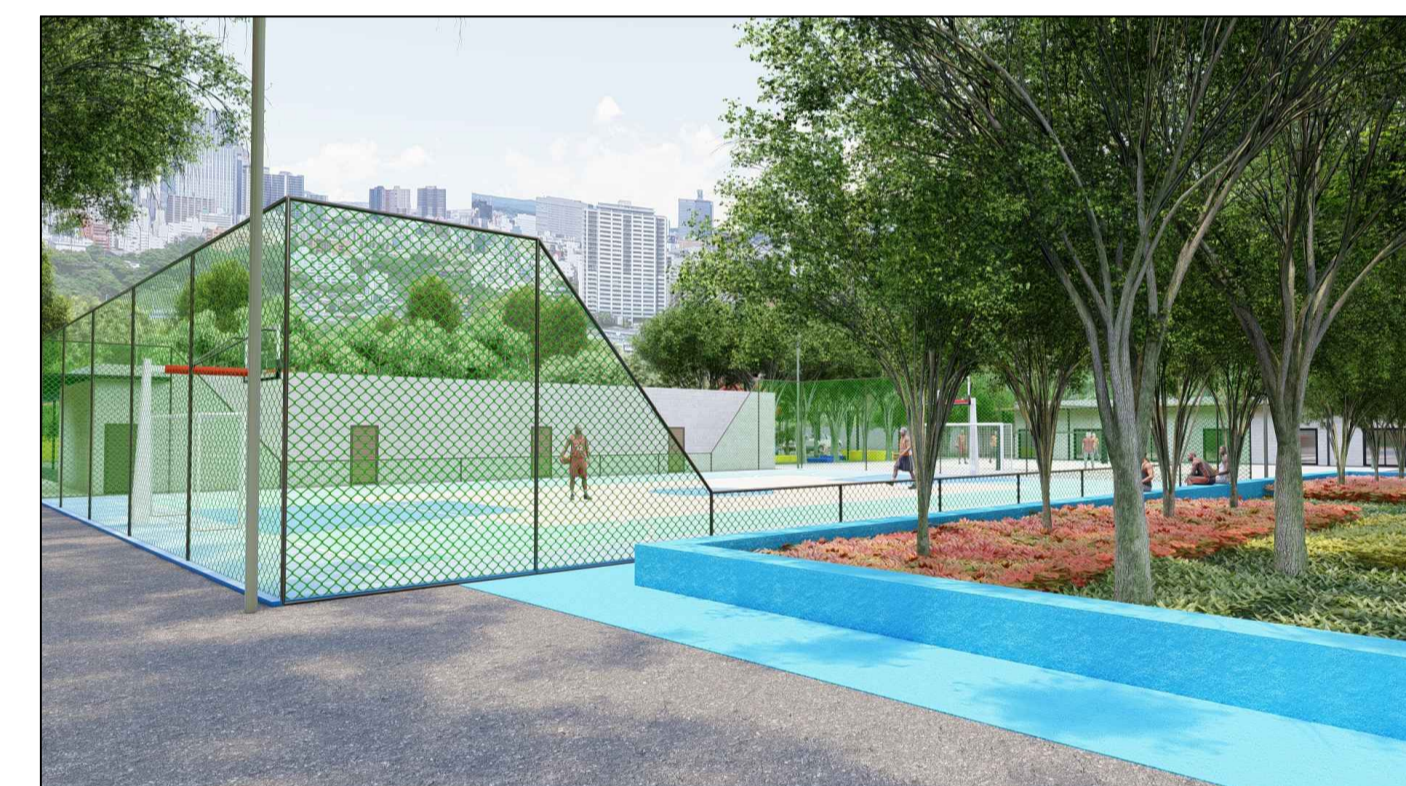
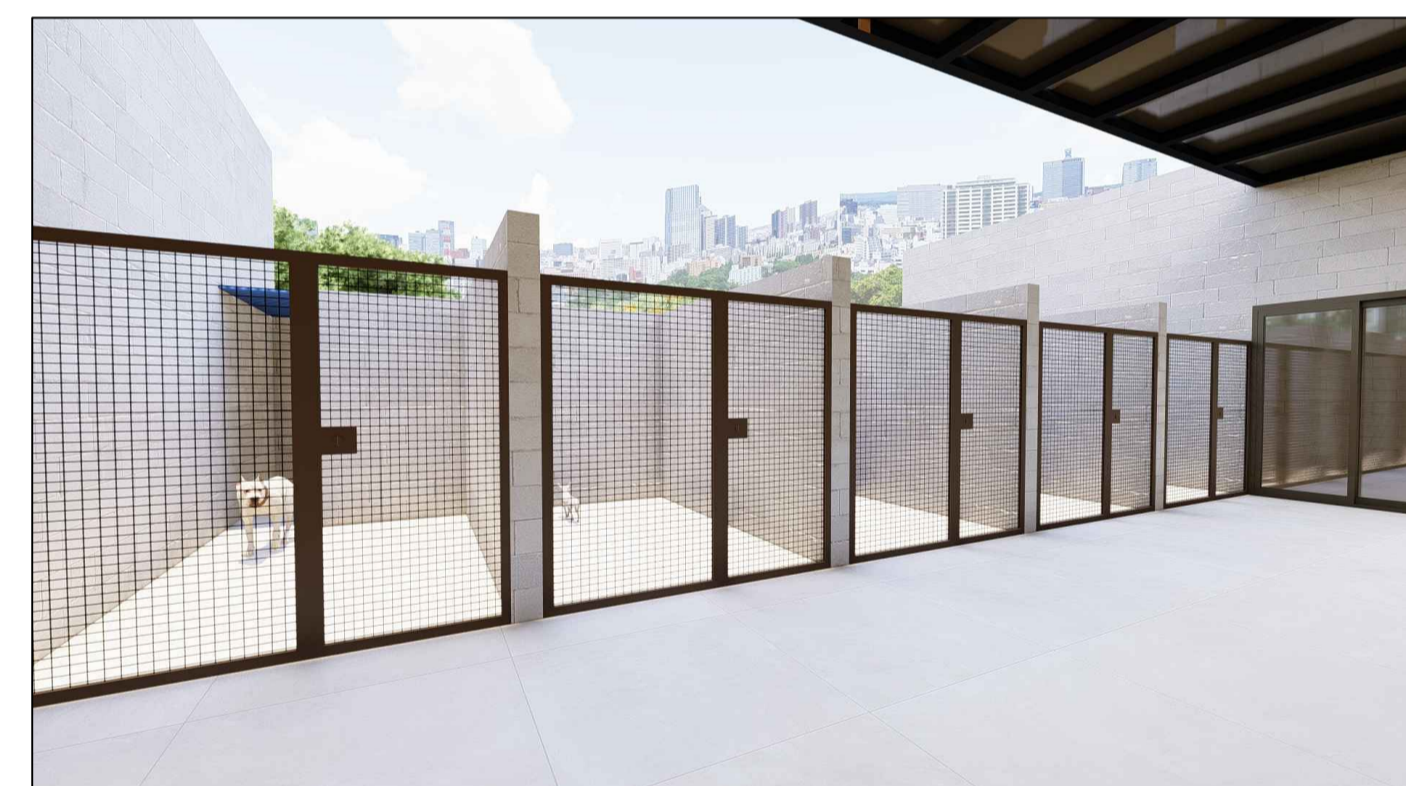
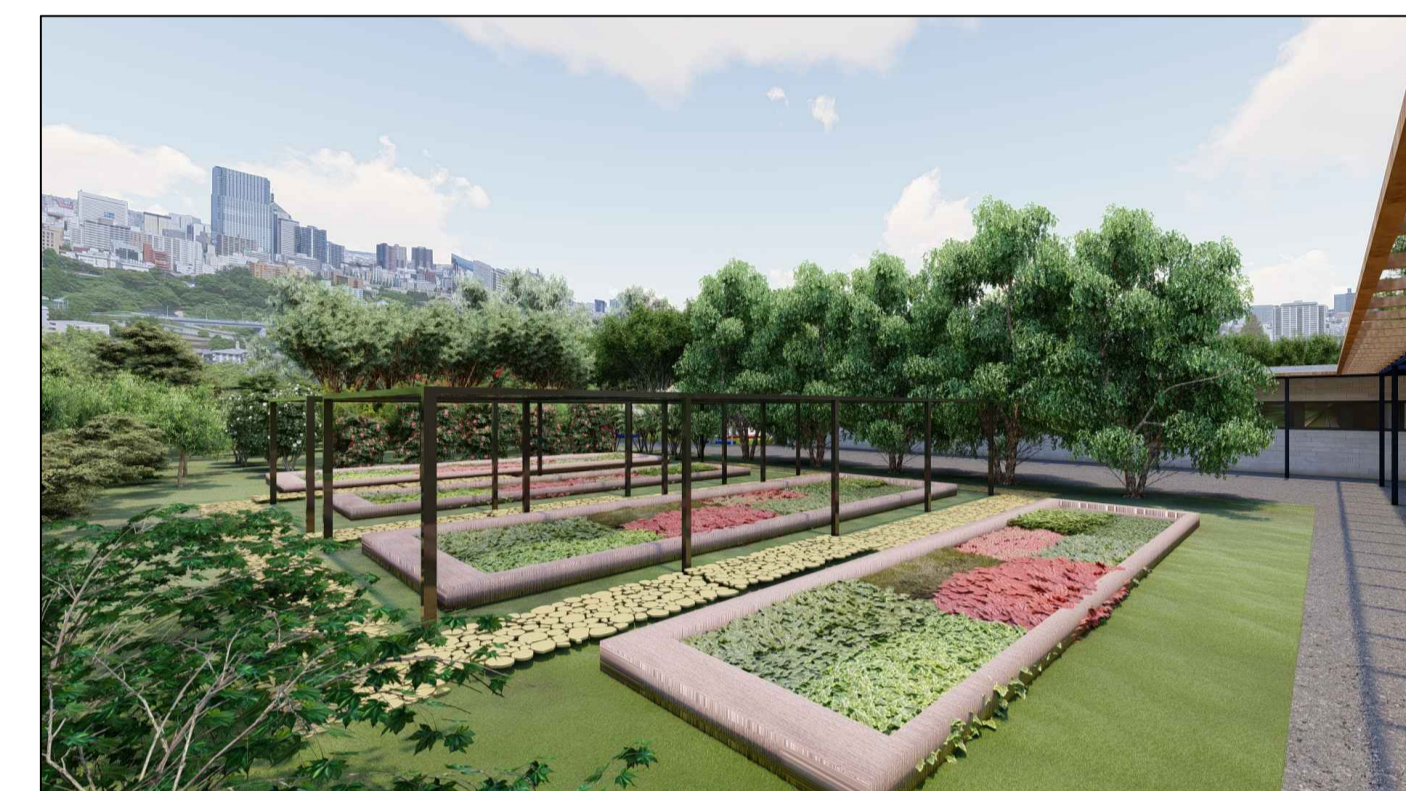


PLANTA BAIXA - BLOCO 4
esc: 1/100

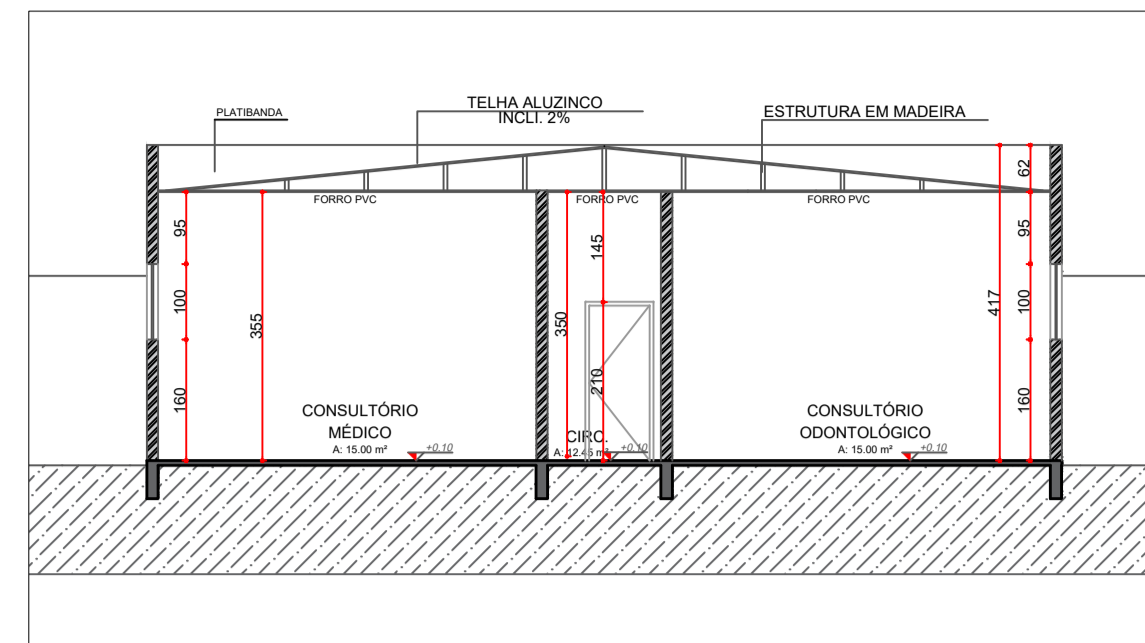
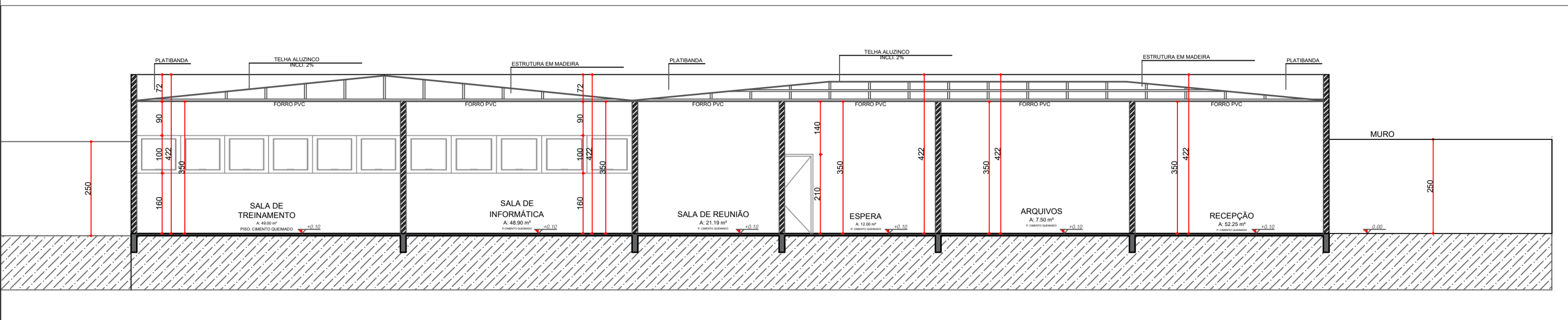




PLANTA BAIXA - BLOCO 5
esc: 1/100

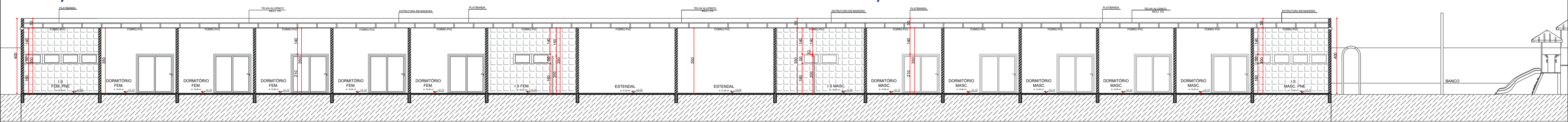


PERSPECTIVA BLOCO 5
sem escala

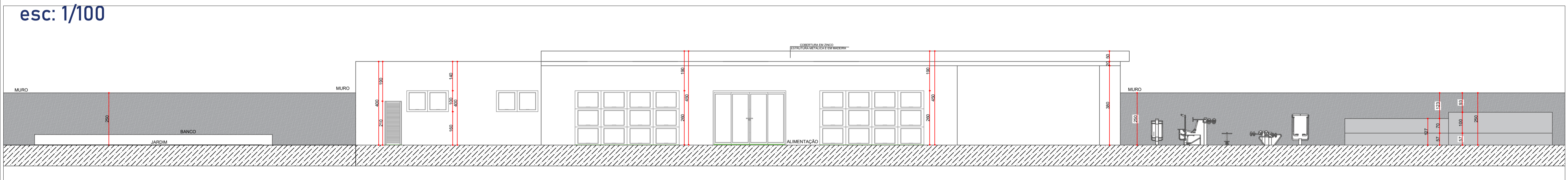


CORTE A-A BLOCO 1
esc: 1/100

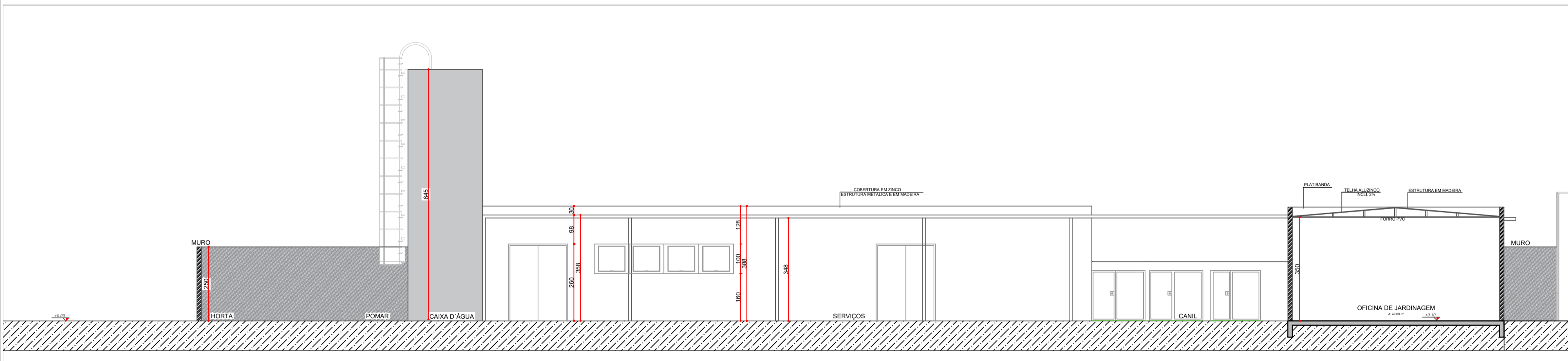
CORTE A-A BLOCO 2
esc: 1/100



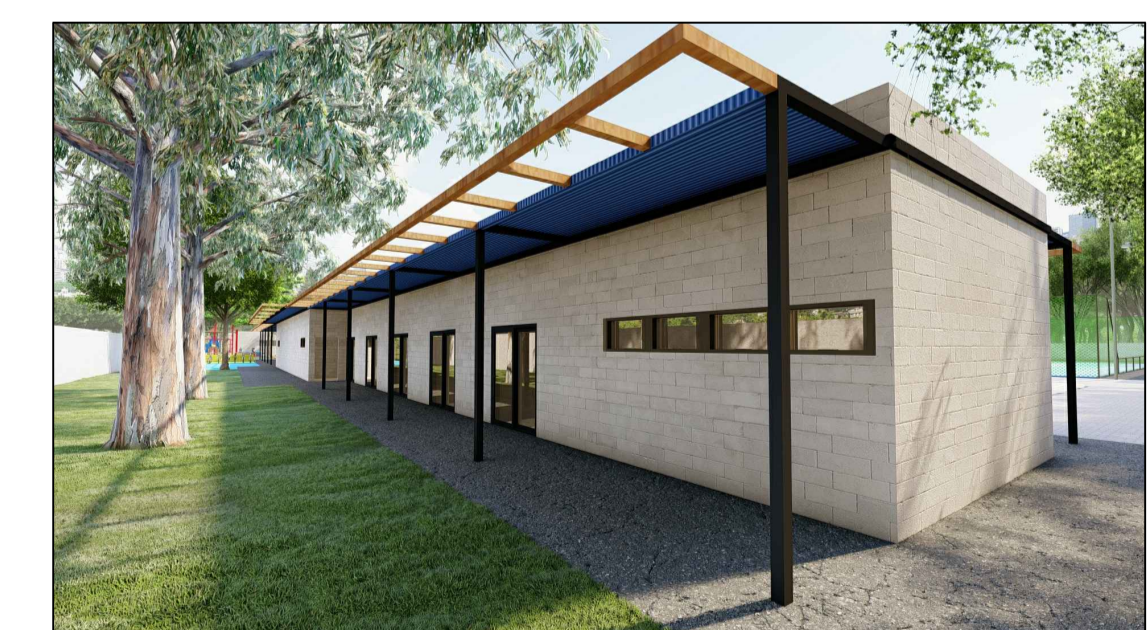
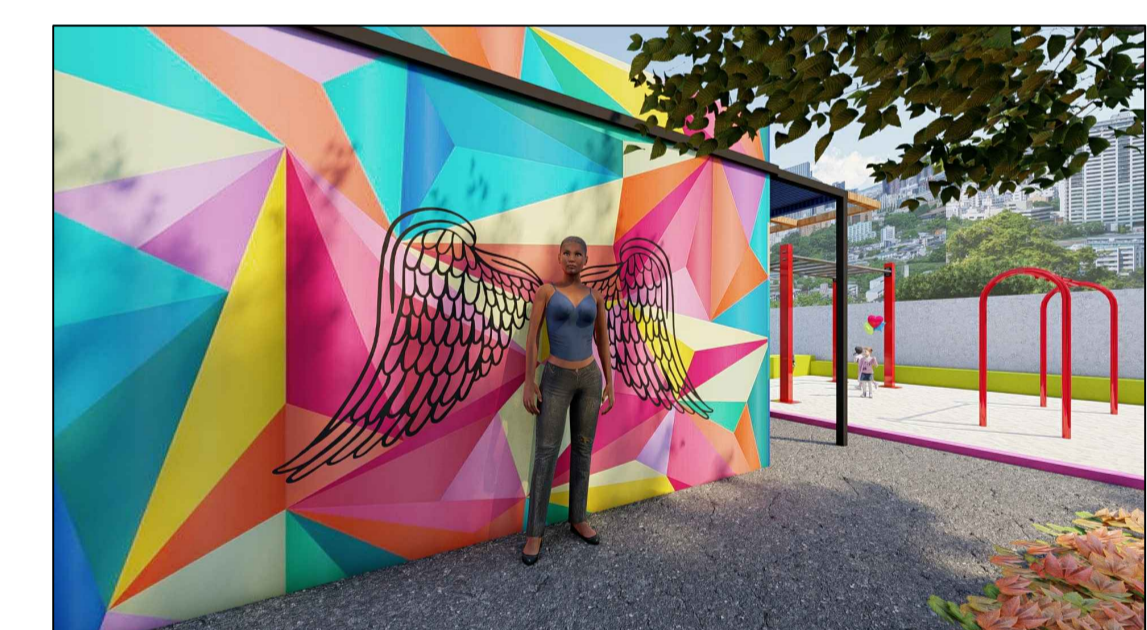
CORTE A-A BLOCO 3
esc: 1/100



CORTE B-B BLOCO 4
esc: 1/100



CORTE B-B BLOCO 5
esc: 1/100



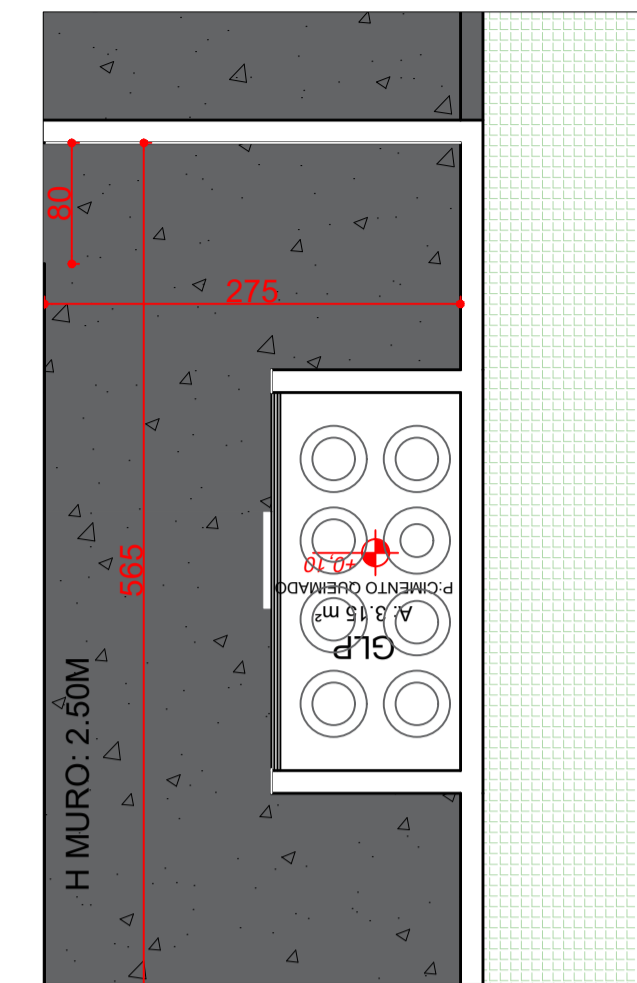
PERSPECTIVAS BLOCO 4
sem escala



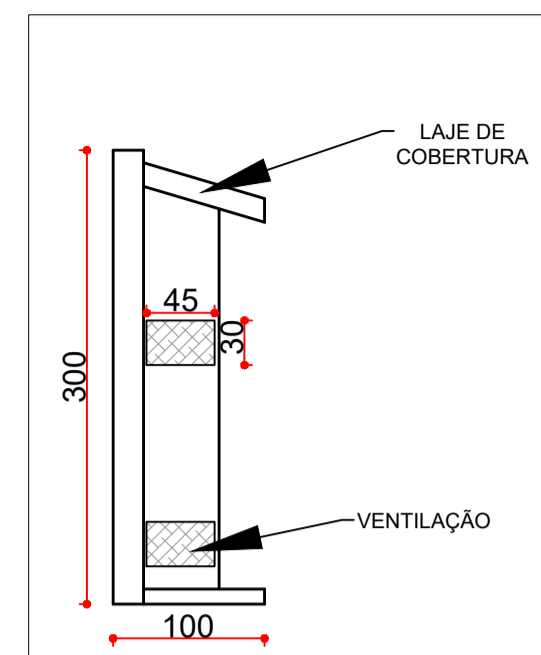
UNIVERSIDADE PARANAENSE
 TRABALHO DE CURSO - ARQUITETURA E URBANISMO
 ORIENTADOR: JOÃO PAULO TURMINA
 ACADÊMICA: THAÍSA REGINATTO GONÇALVES
 TOLEDO - 2021



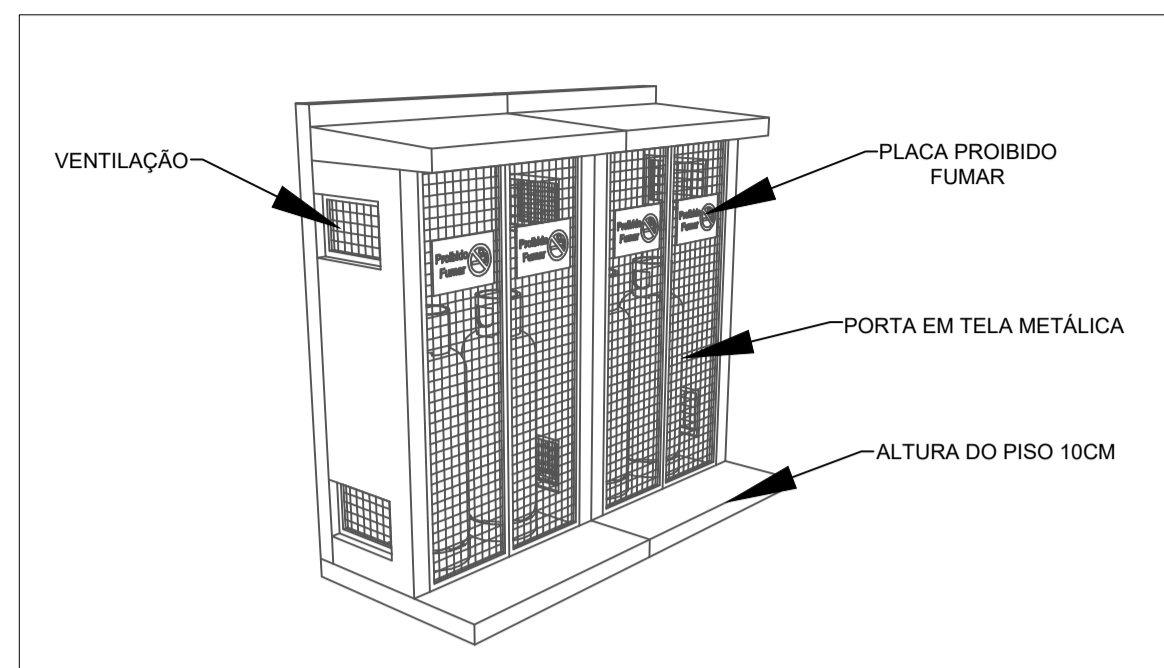
DETALHAMENTO GLP



PLANTA BAIXA
esc: 1/50

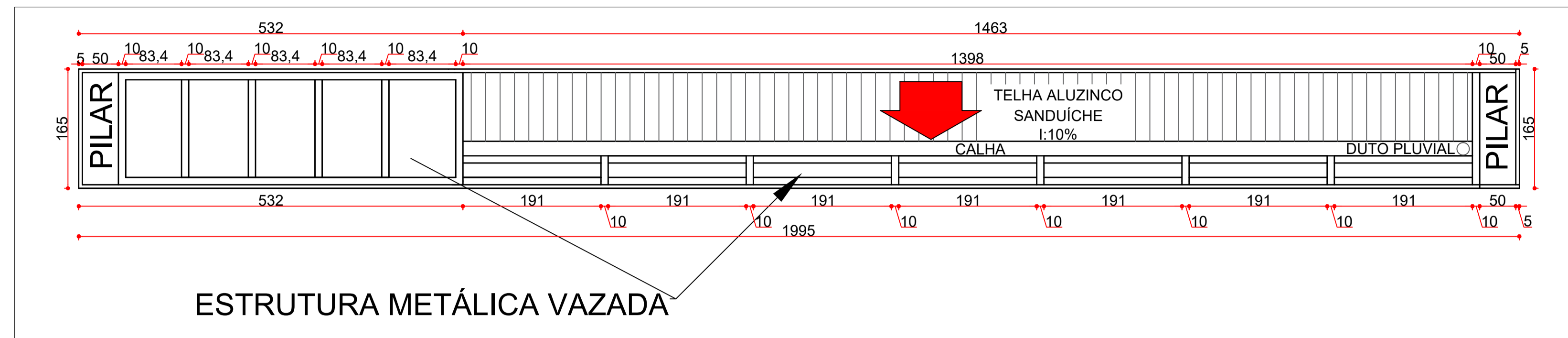


ELEVAÇÃO LATERAL
esc: 1/50



PERSPECTIVA
sem escala

DETALHAMENTO MARQUISE BLOCO 2

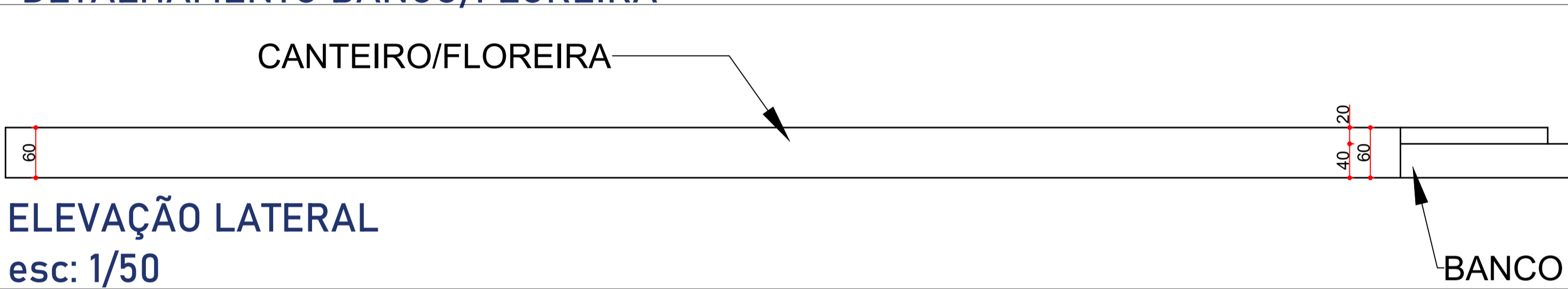


PLANTA BAIXA
esc: 1/50

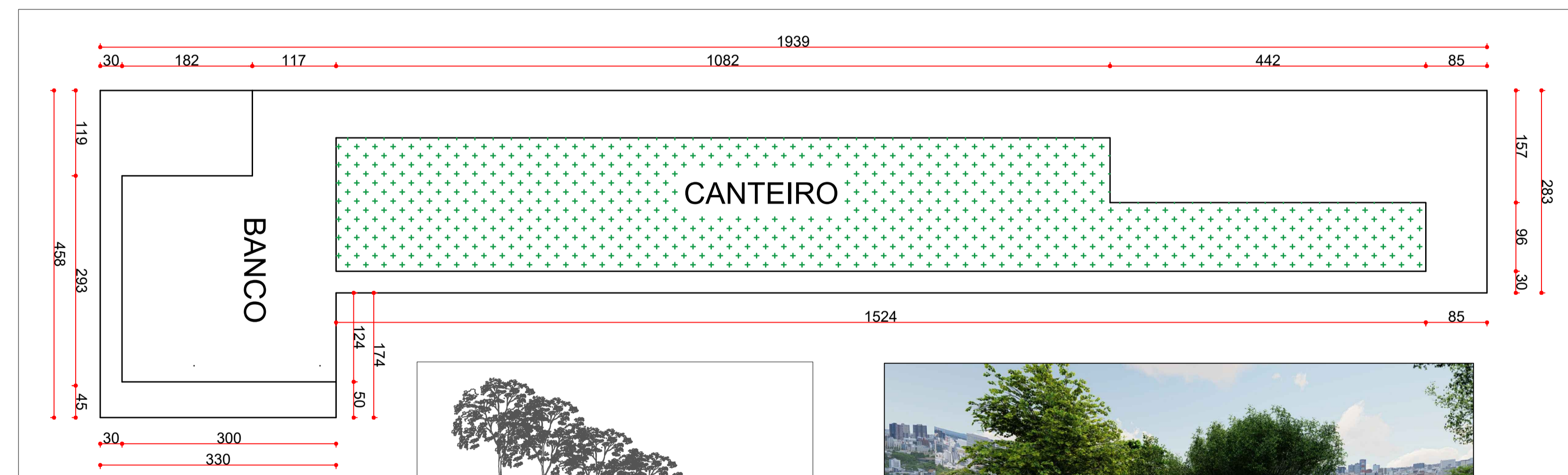


ELEVAÇÃO FRONTAL
esc: 1/50

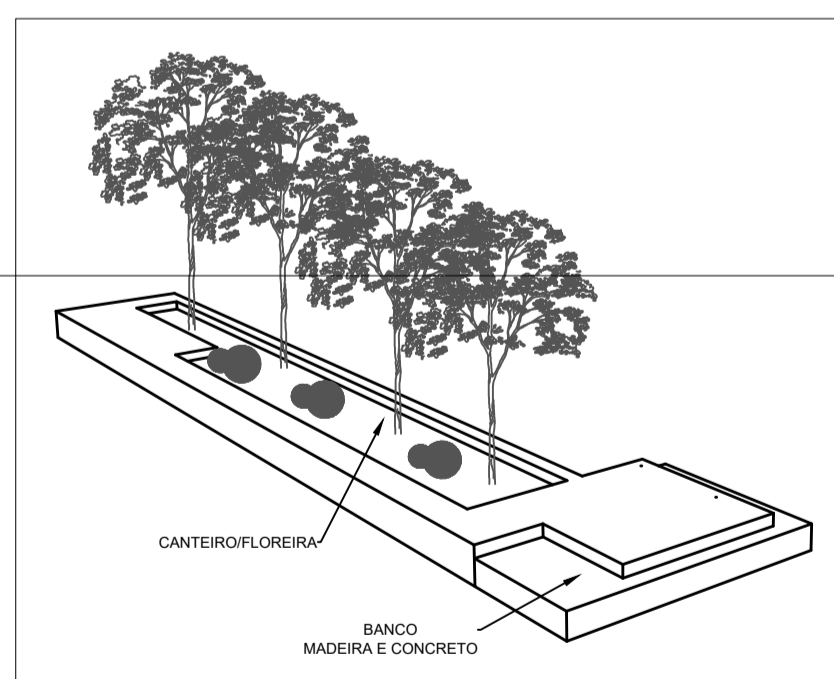
DETALHAMENTO BANCO/FLOREIRA



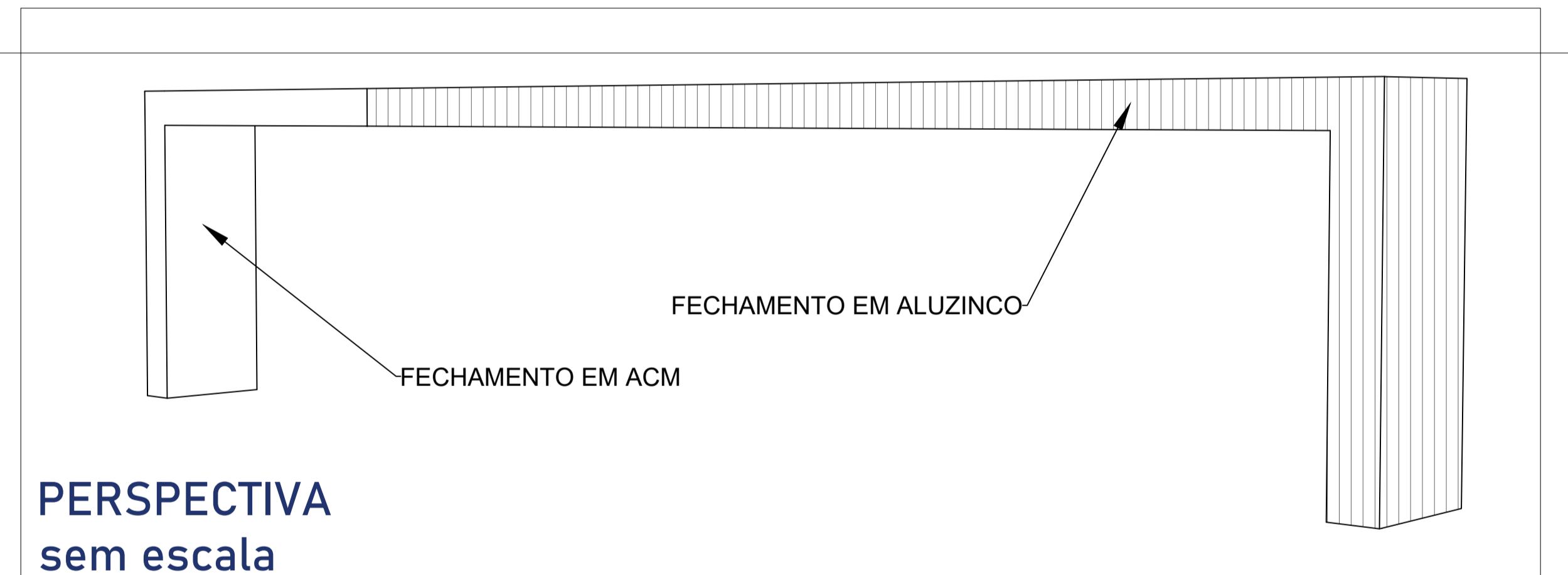
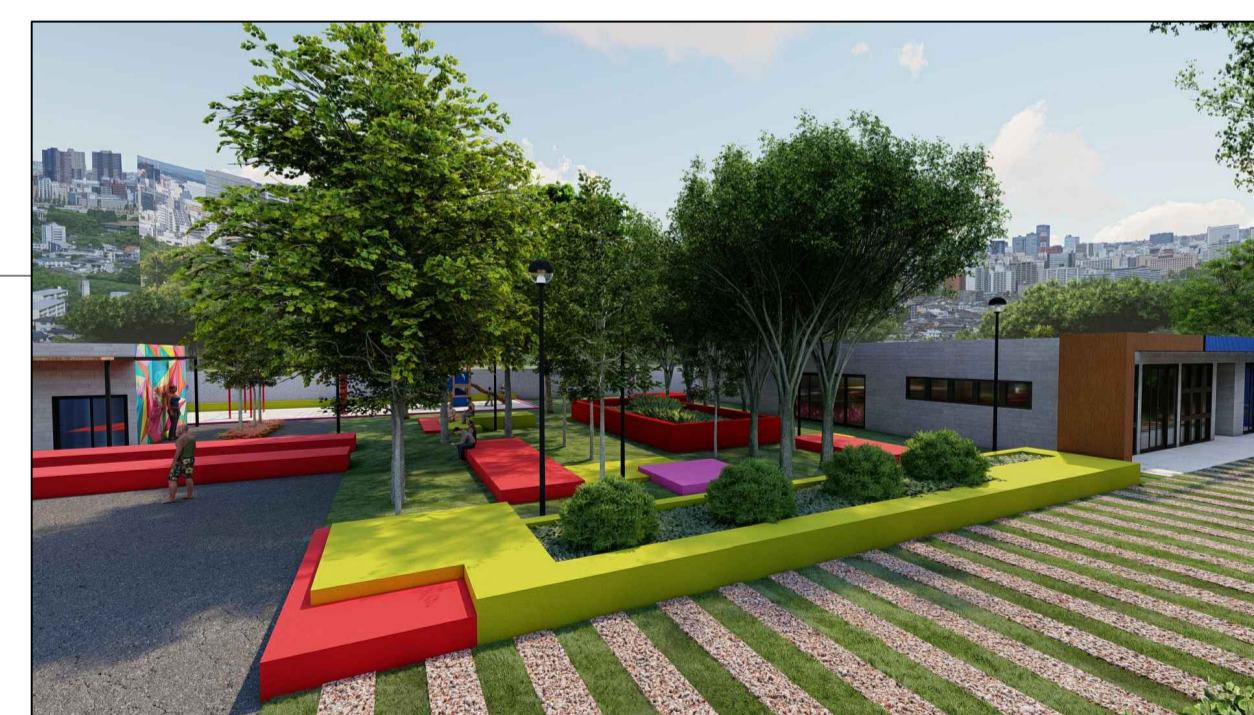
ELEVAÇÃO LATERAL
esc: 1/50



PLANTA BAIXA
esc: 1/50

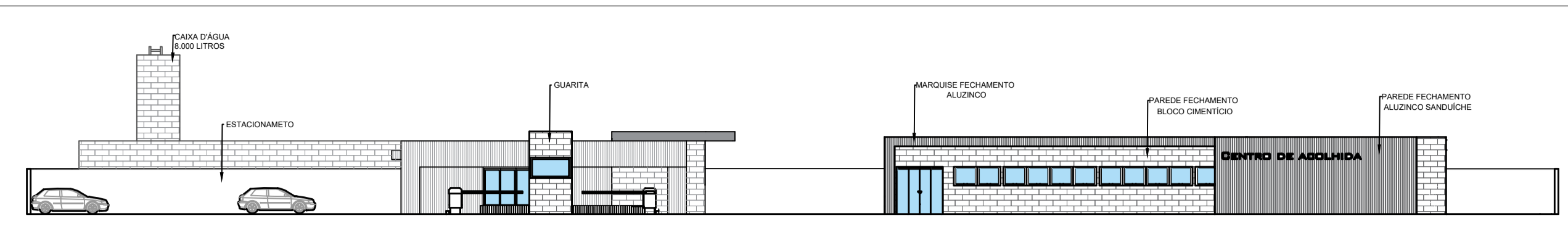


PERSPECTIVA
sem escala



PERSPECTIVA
sem escala





Elevação Av. Independência
esc: 1/250



Perspectiva Bloco 1
sem escala



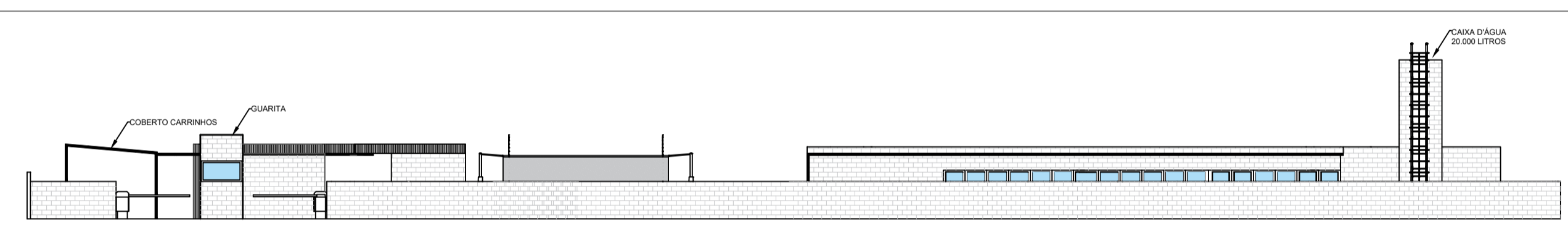
Perspectiva Bloco 2
sem escala



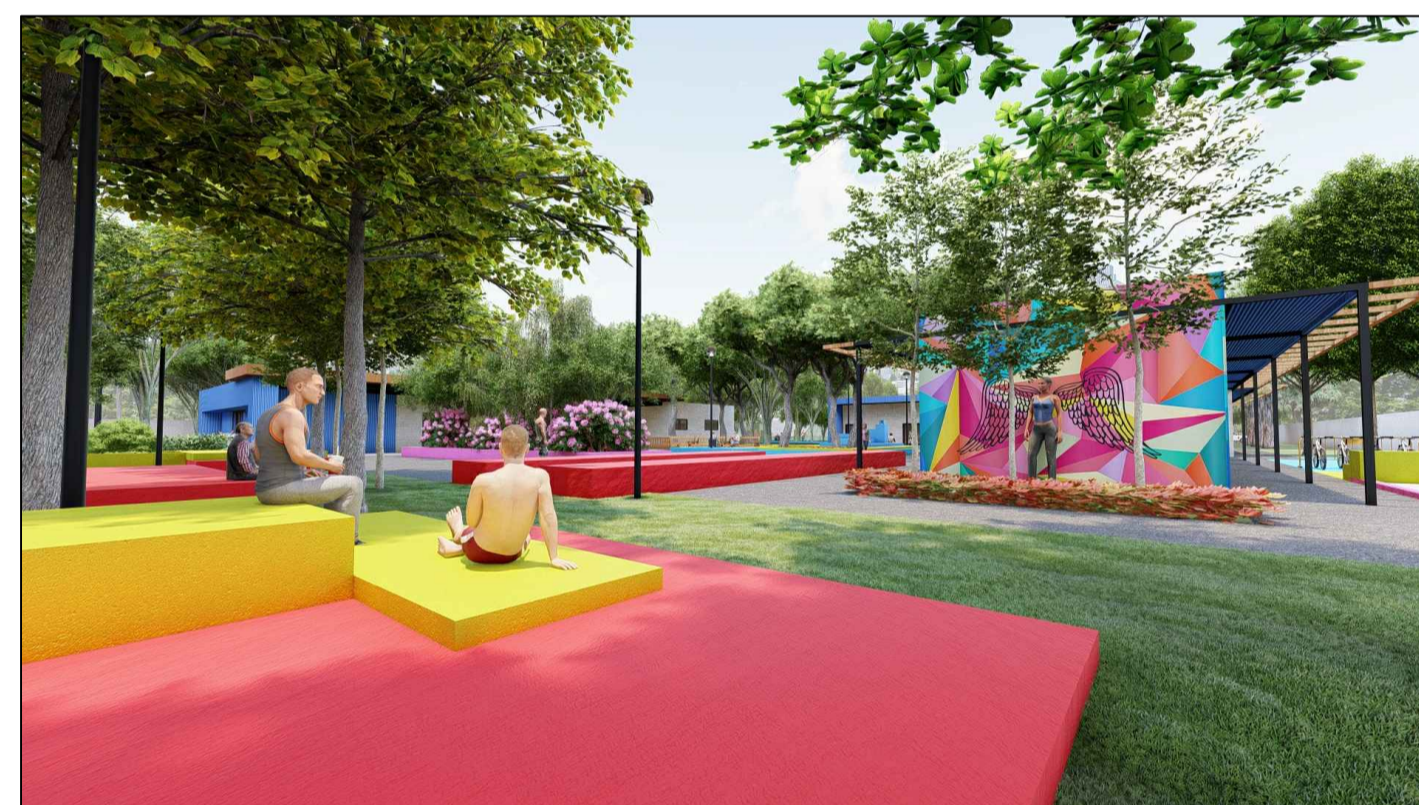
Perspectiva Bloco 3
sem escala



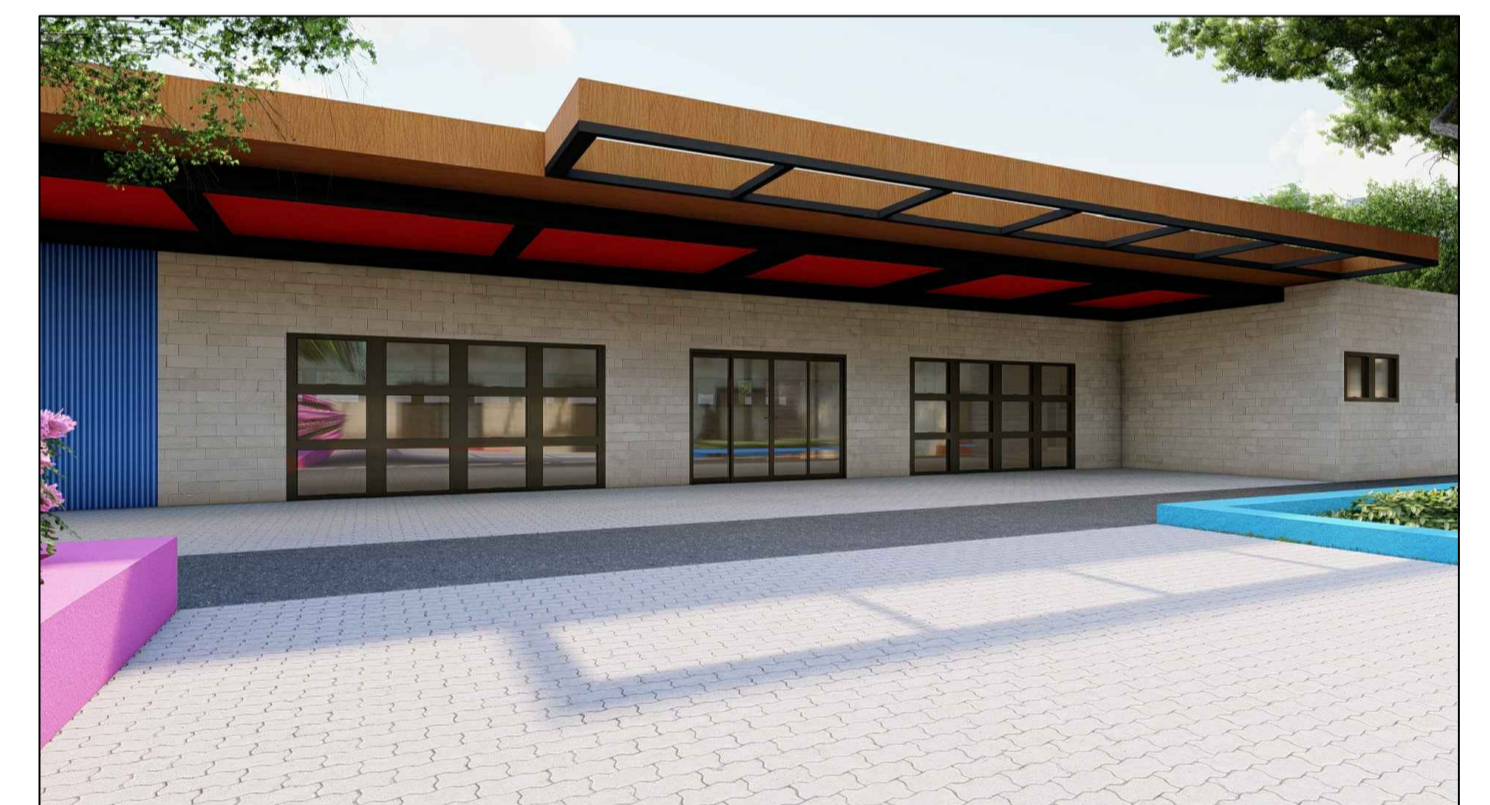
Perspectiva Bloco 4
sem escala



Elevação Rua Ipiranga
esc: 1/250



Perspectiva Bloco 3 e 4
sem escala



Perspectiva Bloco 4
sem escala



Perspectiva praça entre Bloco 3 e 4
sem escala



Perspectiva acesso pedestre Rua Tocantins
sem escala



Perspectiva Bloco 4
sem escala



Perspectiva estacionamento Av. Independência/
sem escala